

**Parentalidade e Mudança Familiar na Região das
Beiras e Serra da Estrela:
Género, Contextos e Percursos**

Maria Luísa Cantante Félix

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Sociologia: Exclusões e Política Social

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Filomena Matias dos Santos



Projeto PARENT-Financiamento fundos nacionais FCT, I.P. - Ref^a. PTDC/SOC-SOC/29367/2017

Agradecimentos

A presente dissertação é resultado de uma viagem longa e solitária, mas que contou com o apoio de várias pessoas.

Primeiramente gostaria de agradecer à Professora Doutora Filomena Santos que desde início incentivou a que concorresse à bolsa de investigação para o projeto PARENT e que com a sua paciência, saber e entusiasmo permitiu que este trabalho se tornasse real. Agradeço também a todas as pessoas que integram a equipa do Projeto a oportunidade de trabalho e de aprendizagem, em especial à Professora Doutora Vanessa Cunha.

Em segundo, queria deixar o meu profundo agradecimento à Carla G. Vaz, que com a sua amizade e apoio incondicionais, me acompanhou nesta jornada, nas inquietações, nos momentos de felicidade e nos mais nublosos, mas que também prestou apoio indispensável e incansável no recrutamento dos entrevistados durante o trabalho de campo. Agradeço também à Cátia Seixas, que também prestou apoio na procura de pessoas para entrevistar.

Agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram e incentivaram a continuar, e nunca desistir, e pelo papel que desempenharam neste percurso. Agradeço também à Liliana Guerra, que esteve presente, apesar de longe, pelo apoio incondicional e pela disponibilidade ao longo deste percurso.

Por fim, a todos os entrevistados deixo o meu agradecimento pela disponibilidade e partilha das suas experiências.

Folha em branco

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo compreender como é que as famílias com filhos da região das Beiras e Serra da Estrela vivem a conjugalidade e a parentalidade, procurando também saber o impacto de contextos de crise na vida familiar (a crise económica de 2011-2014 e a crise atual da pandemia de Covid-19).

Adotamos uma metodologia qualitativa, através de entrevistas em profundidade, a fim de conhecer as experiências subjetivas de parentalidade dos homens e das mulheres entrevistados. Os seis casos analisados foram obtidos através do trabalho de campo mais amplo realizado, enquanto bolsa de investigação, no âmbito do projeto PARENT. Sem pretensões de representatividade estatística, procurámos, contudo, recolher uma amostra diversificada do ponto de vista do género e dos contextos sociais de classe, de acordo com as principais questões da pesquisa.

Os dados recolhidos apontam para uma sobreposição de valores e práticas de cariz modernista e tradicionalista, tanto na vivência da vida a dois como na parentalidade. Por um lado, persistem valores e práticas mais tradicionalistas em casais mais velhos e menos escolarizados, tanto na divisão do trabalho doméstico como nos cuidados e educação dos filhos, sendo as mulheres as principais responsáveis pela casa e pelos filhos enquanto os homens assumem tarefas mais lúdicas. Por outro, nos casais mais novos, e sobretudo mais escolarizados, surgem práticas de divisão conjugal mais igualitárias, tanto do trabalho doméstico como dos cuidados aos filhos, no quadro de valores companheiristas.

No que concerne às crises, tanto a de 2011-2014, como a pandemia Covid-19 tiveram impactos a nível laboral. Se a primeira afetou os menos escolarizados, dos sectores operários, a segunda afetou sobretudo os mais jovens, e mais qualificados, levando a situações de desemprego ou perda de rendimentos devido ao fecho de pequenos negócios. Assim, foi a crise pandémica que mais afetou os ideais e as intenções reprodutivas, adiando a transição para o segundo filho nos casais pesquisados com idades próximas dos 40 anos.

Palavras-chave: Família; Parentalidade; Género; Masculinidades de cuidado; decisões e intenções reprodutivas; Crises; Pandemia Covid-19.

Folha em Branco

Abstract:

This dissertation aims to understand how families with children in the Beiras e Serra da Estrela region live their conjugality and parenthood, also seeking to know the impact of crisis's contexts on family life (the economic crisis of 2011-2014 and the current crisis of the Covid-19 pandemic).

We adopted a qualitative methodology, through in-depth interviews, in order to know the subjective experiences of parenting of the men and women interviewed. The six cases analyzed were obtained through the broader field work carried out, as a research fellow, within the scope of the PARENT project. With no pretensions of statistical representation, we sought, however, to collect a diverse sample from the point of view of gender and social class contexts, according to the main research questions.

The collected data point to an overlapping of values and practices of a modernist and traditionalist nature, both in the life experience as a couple and in parenting. On the one hand, more traditionalist values and practices persist in older and less educated couples, both in the division of domestic work and in the care and education of children, with women being the main responsible for the house and children while men assume more playful tasks. On the other hand, in younger couples, and above all more educated, more egalitarian practices of marital division emerge, both in terms of domestic work and childcare, within the framework of companion values.

With regard to the crises, both the 2011-2014 and the Covid-19 pandemic had impacts at the labor level. If the first affected the less educated, in the labor sectors, the second mainly affected the younger and more qualified, leading to situations of unemployment or loss of income due to the closing of small businesses. Thus, it was the pandemic crisis that most affected reproductive ideals and intentions, postponing the transition to a second child in the surveyed couples aged close to 40 years.

Keywords: Family; Parenting; Genre; care masculinities; reproductive decisions and intentions; Crises; Covid-19 pandemic.

Folha em branco

Índice

Introdução	1
Capítulo 1: Enquadramento Teórico	3
1.1 Demografia e parentalidade numa perspetiva regional: alguns indicadores estatísticos	3
1.2 Vida familiar: novos valores, contextos e significados	6
1.2.1 Do institucionalismo ao companheirismo: o contexto português	8
1.2.2 Família e Género: um apelo à participação masculina na vida familiar	12
1.2.3 Masculinidade de cuidado: reconstrução da identidade através do cuidado aos filhos	16
1.3 Parentalidade e lugar dos filhos	22
1.3.1 Significados da maternidade e paternidade: perspetiva histórica.....	22
1.3.2 Decisões reprodutivas e o lugar dos filhos nas famílias.....	25
1.3.3 Tendência de filhos únicos.....	29
Capítulo 2: Opções Teórico-metodológicas	35
2.1 Modelo de análise	38
2.2 Pesquisa qualitativa: opções e discussão metodológica	40
2.2.1 A pesquisa qualitativa.....	40
2.2.2 Entrevista em profundidade e entrevista interativa.....	41
2.2.3 População estudada e guião de entrevista.....	43
2.3 Entrada no terreno e trabalho de campo	45
Capítulo 3: As entrevistas	47
3.1 Apresentação dos casos	47
3.2 Análise e discussão dos casos	66
3.2.1 Percurso conjugal e profissional e nascimento dos filhos.....	66
3.2.2 Vida conjugal.....	68
3.2.3 Intenções reprodutivas e ideais de descendência.....	72
3.2.4 Experiências da parentalidade.....	75
3.2.5 O impacto das crises: a crise económica de 2011-2014 e a Pandemia Covid-19.....	82
Considerações Finais	91
Referências Bibliográficas	95
Anexo	101
Anexo 1 – Guião de Entrevista	101

Folha em branco

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Taxa de Fecundidade por Grupo Etário	5
------------------------------------------------------	---

Folha em branco

Lista de quadros

Quadro 1: Perfis de paternidade	19
Quadro 2 Perfis de construção de fecundidade conjugal	26

Folha em branco

Lista de tabelas

Tabela 1 Índice de Envelhecimento	4
Tabela 2 Índice Sintético de Fecundidade	4

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura 1: Modelo de análise	40
-----------------------------------	----

Folha em branco

Introdução

Diversos autores estudam a mudança familiar no que diz respeito à conjugalidade e à parentalidade, em especial a questão da (des)igualdade de género. Uma das especificidades da sociedade portuguesa é a elevada participação feminina no mercado de trabalho o que constitui, na perspetiva de alguns, nem sempre consensual, o epicentro das mudanças na vida familiar (Torres e Lobo, 2007; Santos e Dias, 2016).

Será que esta entrada das mulheres na esfera pública é acompanhada por um movimento equivalente de entrada dos homens na esfera privada? São hoje os homens mais participativos nas tarefas dos cuidados e emocionalmente mais envolvidos na relação com os filhos?

Neste sentido, um dos objetivos desta dissertação é compreender como as famílias da região das Beiras e Serra da Estrela vivem a conjugalidade e a parentalidade, prevendo-se uma maior diversidade face aos modelos normativos da maternidade e da paternidade. Também pretendemos analisar os ideais e as decisões reprodutivas dos casais, sobretudo o impacto da mudança cultural em direção à valorização das descendências pequenas, como forma de corresponder aos novos requisitos de uma parentalidade responsável e exigente em termos de tempo e recursos, materiais e afetivos.

Estes novos desafios da parentalidade pressupõem um investimento mais intenso no bem-estar da criança, fazendo com que os pais sejam mais ponderados quando pensam ter filhos (Marques, 2008). Assim, uma das facetas mais visíveis deste fenómeno é o que alguns autores classificam como «sociedade de filhos únicos» quando se referem à sociedade portuguesa (Cunha, 2012).

Um dos fatores importantes, mas não o único, para as famílias avançarem para um projeto de parentalidade é a estabilidade económica (Beaujouan e Sobotka, 2019).

Perante estas novas exigências da parentalidade, será que a crise económica de 2011-2014 e a crise pandémica de Covid-19 vieram adiar, ainda mais, a transição para o primeiro filho, e, mais ainda, a transição para o segundo filho?

Para respondermos aos nossos objetivos e interrogações organizámos este trabalho em três capítulos.

No primeiro, referente ao enquadramento teórico e revisão de literatura, procuramos fazer uma incursão sobre a família, sobre as suas mudanças e a emergência de novos valores, onde incluímos uma perspetiva de género e onde constatamos que falar de família sem abordar as questões de género é praticamente uma missão impossível

(Santos e Dias, 2019). Mais especificamente, procurámos ligar o género às questões da maternidade e da paternidade, na tentativa de compreender como estes elementos se influenciam mutuamente e como é construído o lugar da criança na família.

O segundo capítulo reporta-se às opções teórico-metodológicas, onde justificamos a escolha de uma abordagem qualitativa, a construção do modelo de análise e onde fazemos também uma breve reflexão sobre as etapas e procedimentos desta investigação.

No terceiro capítulo apresentamos os resultados da nossa pesquisa, primeiramente através de retratos sociológicos, acompanhados de esquemas biográficos, e, num segundo momento, através da análise dos casos, para finalmente passarmos às considerações finais onde procuramos responder aos objetivos da pesquisa e às questões inicialmente colocadas.

Capítulo 1: Enquadramento Teórico

1.1 Demografia e parentalidade numa perspetiva regional: alguns indicadores estatísticos

Portugal atravessa um contexto de profundo envelhecimento populacional. Porém, apesar de generalizado no território português, torna-se necessário fazer uma análise regional onde é possível observar algumas disparidades (Gomes, et.al, 2018).

Numa análise mais detalhada, Cruz (2011) divide o país em três zonas: a primeira constituída pelas Regiões Autónomas, a segunda composta pelo Algarve e a faixa centro-norte (Dão Lafões, Tâmega, Ave e Cávado), onde não se verifica a renovação de gerações. Por fim, a terceira zona encontra-se no centro de Portugal (Baixo Mondego, Serra da Estrela, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul), onde a fecundidade é ainda menor, inferior a 1,4 filhos por mulher em idade fértil.

Assiste-se assim, em 2009, a um contraste norte/sul, onde só Lisboa e o Algarve apresentam uma taxa de 1,6. Nas regiões ditas mais deprimidas como o Alto Trás-os-Montes, o Douro, a Beira Interior Norte, a Serra da Estrela e o Pinhal Interior Sul, registam-se valores inferiores a 1 (Cruz, 2011).

Os indicadores demográficos ilustram uma disparidade regional, associada a um movimento heterogéneo que se liga a questões geográficas, mas, também, socioeconómicas e laborais (Gomes, et.al., 2018).

Olhando mais detalhadamente para a região da Beira Baixa e Serra da Estrela, de acordo com o PORDATA¹, podemos concluir que a maioria da população se distribui nos grupos etários 15-64 anos e 65 ou mais anos.

Estes dados traduzem tanto um aumento da longevidade como refletem, também, uma população envelhecida. De facto, o índice de longevidade² tem registado um aumento ao longo das décadas situando-se em 55,7 o número de pessoas com mais de 75 anos por cada 100 com mais de 65 anos na Beira Baixa e de 53 pessoas com mais 75 anos por cada 100 pessoas com mais de 65 anos, nas Beiras e Serra da Estrela.

¹Fonte: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3a7%c3%a3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%3a1rios-22> consultado 15 de junho 2021

²Fonte: <https://www.pordata.pt/Municipios/%3a8ndice+de+longevidade+segundo+os+Censos-347> consultado 15 de junho 2021

O fenómeno do envelhecimento é diretamente observável através do índice de envelhecimento³ que reflete o número de pessoas com mais de 65 anos por cada 100 pessoas com 15 anos ou menos. A tabela abaixo, mostra que o fenómeno tem aumentado de forma drástica nas regiões consideradas.

Tabela 1 Índice de Envelhecimento

Índice de envelhecimento				
	1960	1981	2001	2011
Beira Baixa	37,4	108,1	238,3	270,3
Beiras e Serra da Estrela	30,2	75,7	173,1	236

Consequentemente, o índice sintético de fecundidade⁴ que enuncia o número médio de crianças nascidas vivas por mulher em idade fértil (mulheres entre os 15 e os 49 anos), tem vindo a diminuir desde 2001, tanto na Beira Baixa como na região Beiras e Serra da Estrela, tendo registado uma descida acentuada em 2019 e uma recuperação significativa em 2020.

Tabela 2 Índice Sintético de Fecundidade

Índice sintético de Fecundidade													
	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Beiras e Serra da Estrela	1,26	1,13	1,12	1,17	1,07	1,05	1,12	1,11	1,13	1,14	1,18	1,08	1,14
Beira Baixa	1,30	1,18	1,19	1,20	1,19	1,13	1,08	1,17	1,17	1,19	1,27	1,04	1,19

Se em 2001 se registou um índice sintético de fecundidade de 1,26 e 1,30 para as Beiras e Serra da Estrela e na Beira Baixa, em 2013 a região das Beiras e Serra da Estrela regista o valor mais baixo desde então com uma fecundidade de 1,05; em 2019 a região da Beira Baixa regista uma fecundidade 1,04. Estes valores só se voltam a aproximar dos de 2001 em 2018, ano onde a região das Beiras e Serra da Estrela regista um valor de 1,18 e a região da Beira Baixa 1,27, registando os valores mais altos desde então. Apesar de em 2020 se verificar uma recuperação, este ainda fica aquém dos valores de 2001.

³Fonte <https://www.pordata.pt/Municipios/%c3%8dndice+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-348> consultado em 15 de junho 2021

⁴ Fonte <https://www.pordata.pt/Municipios/%c3%8dndice+sint%c3%a9tico+de+fecundidade-739> consultado 28 setembro 2021

Para assegurar a renovação de gerações cada mulher deveria ter em média 2,1 filhos. Contudo, ao observarmos os dados, verificamos que o Índice Sintético de Fecundidade ronda 1 filho por mulher em idade fértil.

Analisando a taxa de fecundidade por grupo etário⁵, através do gráfico 1, é curioso de observar que quer nas Beiras e Serra da Estrela, quer na Beira Baixa, o grupo etário com maior taxa de fecundidade é o de 30-34 anos, registando uma taxa de 80,1 e 78,3, respetivamente.

A partir do grupo etário 30-34 os valores da taxa começam a diminuir, tornando-se cada vez mais residual a partir dos 40 anos. Sendo assim e tendo em conta a idade cada vez mais tardia de entrada na parentalidade, a carreira reprodutiva das mulheres fica, também, cada vez mais curta com consequências na diminuição das descendências.

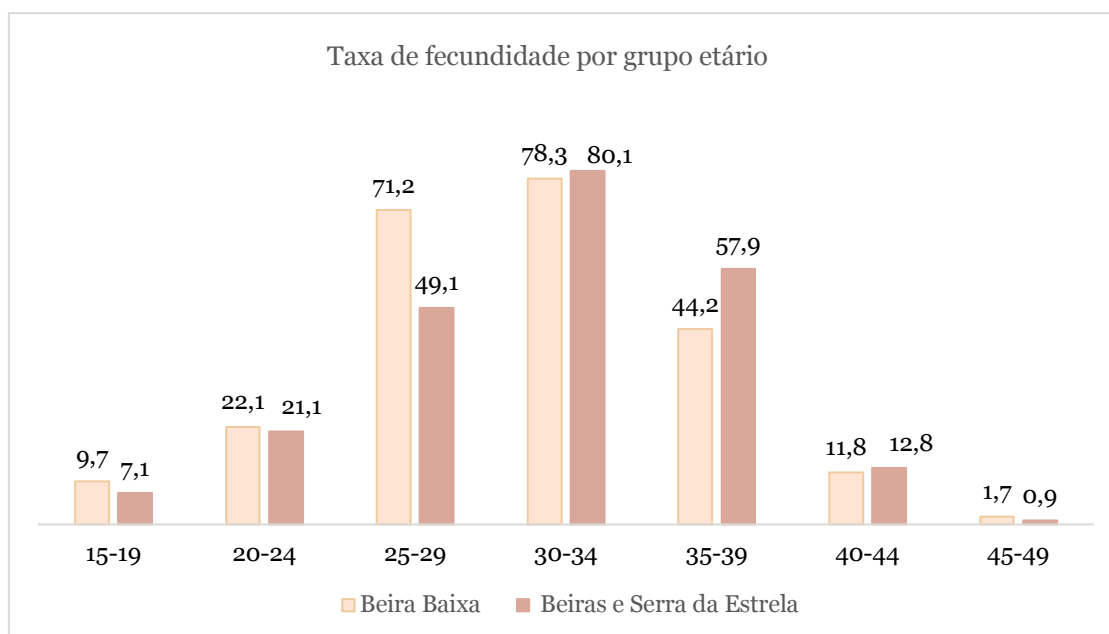


Gráfico 1 Taxa de Fecundidade por Grupo Etário

Os dados aqui apresentados refletem um novo modelo de fecundidade caracterizado pela queda da taxa de fecundidade e por um adiamento por parte das mulheres do projeto de maternidade (Atalaia et.al.,2013). Este modelo insere-se num panorama mais abrangente e complexo que teve início na segunda metade do século XX, a chamada Segunda Transição Demográfica. Esta caracteriza-se não só pelo adiamento da parentalidade, mas, também, pela diversidade dos modos de constituição e vivência da vida familiar, consumando-se numa rutura com os valores tradicionais.

⁵ Taxa de Fecundidade por grupo etário corresponde ao número de nascimentos por cada 1000 mulheres em idade fértil, distribuído por grupo etário (PORDATA).

A baixa fecundidade não é um fenómeno expectável e neste sentido as suas consequências são preocupantes, uma vez que colocam em risco a sustentabilidade das populações e impõe um novo desafio às políticas de apoio às famílias (Sobotka, Brozowska e Matysiak, 2020). Aliás, de forma geral, por toda a Europa os baixos níveis de fecundidade atingiram valores preocupantes. Em 2005, nenhum país europeu estava acima do nível de substituição de gerações. De facto, no início do século XX, apenas cerca de 1/4 da população europeia vive em países onde a substituição das gerações é assegurada, contra cerca de 3/4 que reside em países onde a fecundidade está aquém da renovação geracional (Frejka e Sobotka, 2008), onde se inclui Portugal.

Consequentemente, perante o declínio constante da fecundidade, muitos governos começaram a implementar políticas visando apoiar as famílias. Por exemplo, mães e pais que trabalham têm agora direito a férias pagas após o nascimento dos filhos, e/ou gozo de licenças partilhadas em grande parte dos países desenvolvidos, com exceção dos Estados Unidos. A fim de estimular o nascimento de crianças, muitos governos que enfrentam baixa fertilidade, estão cada vez mais voltados para as políticas familiares.

Porém, muitas das políticas anunciadas ignoram a diversidade familiar atual ou visam apenas alguns grupos populacionais, como casais ou famílias com baixos rendimentos (Sobotka, Brozowska e Matysiak, 2020).

1.2 Vida familiar: novos valores, contextos e significados

A emergência do sistema capitalista baseado no trabalho assalariado e na concorrência de mercado, marcada pela liberdade de escolha, refletiu-se, igualmente, na liberdade de escolha dos parceiros considerando o sentimento e a relação de afinidade que fundamenta e legitima a díade conjugal. Se nas sociedades pré-modernas o casamento era um contrato entre duas famílias, destinado a durar, cujo objetivo era perpetuar uma linhagem familiar ou ampliar o património, com a modernidade o foco torna-se o sentimento e a intimidade entre pessoas (Santos e Dias, 2016).

Neste sentido, ocorrem dois fenómenos: o de privatização das famílias e o de sentimentalização das relações.

A privatização e a sentimentalização são fenómenos pluridimensionais e complexos que acompanham as grandes tendências históricas de modernização da vida familiar.

O processo de sentimentalização consiste na prioridade dada à construção de laços afetivos tanto na relação conjugal como na relação com os filhos (Santos e Dias, 2016). Porém, este movimento, aliado à ideologia do Amor Romântico da primeira

modernidade, promoveu o papel da mulher enquanto dona de casa e responsável pelo bem-estar dos filhos e família (Santos e Dias, 2016). Por outras palavras, significa que encerrou a mulher na esfera doméstica, promoveu a maternidade intensiva e a relativa exclusão dos homens do universo privado da família, dos sentimentos e da relação com filhos.

Mais recentemente, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a crescente autonomia feminina, acentua-se a procura pela autorrealização e independência perante outros familiares (Santos e Dias, 2016). Consequentemente, a dimensão dos agregados familiares, segundo os dados dos recenseamentos populacionais em Portugal, tem vindo a diminuir nos últimos cinquenta anos. Constituídos maioritariamente por duas ou três pessoas, assistiu-se igualmente ao aumento dos agregados unipessoais com apenas uma pessoa, embora o casal continue a ser a forma de organização familiar predominante (Wall, Cunha e Ramos, 2014).

As mudanças mais significativas ocorreram a partir de 1974, transportando em si uma crescente diversidade na forma de viver e constituir a família, como é visível na dissociação entre casamento e sexualidade (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007), ou na crescente informalização do vínculo da conjugalidade, surgindo novas formas de coabitação, com ou sem filhos, de carácter transitório ou de longa duração como as uniões de facto, mas também o aumento do divórcio e das famílias recompostas e monoparentais (Santos e Dias, 2016).

Observando de forma mais imediata esta evolução nas estruturas e nas interações familiares, Walsh (2016) propõe que se analise os programas de televisão que retratam o quotidiano familiar. Por exemplo, durante meados da década de 1970 e início da década de 1980, popularizou-se a série “Uma casa na Pradaria” (*Little House in the Prairie*) que retratava as vivências de uma família biparental, heterossexual branca. Atualmente, temos “Uma Família Muito Moderna” (*Modern Family*) que retrata a vivência de uma família diversificada, existindo um casal biparental e heterossexual com três filhos, uma família reconstituída na qual o homem de nacionalidade norte americana casa com uma mulher de nacionalidade colombiana que traz para este relacionamento o seu filho e um casal homossexual que adota uma menina.

Na perspetiva de Walsh (2016), ambas as séries retratam diferentes conceitos e formas de famílias. Enquanto a primeira apresenta uma ótica mais restrita que se rege pelos papéis de género rígidos, a segunda apresenta vários conceitos de família com relações mais fluidas e diversificadas e, ao mesmo tempo, ilustra algumas tendências: 1) maior diversidade nas formas familiares, 2) diversidade de papéis de género; 3) um

crescimento da diversidade cultural; 4) mas também a um aumento das disparidades sociais e 5) variação e expansão dos percursos familiares (Walsh, 2016).

1.2.1 Do institucionalismo ao companheirismo⁶: o contexto português

No caso português, o período de ditadura promoveu uma política nacionalista e de fechamento face ao resto do mundo e da Europa o que impediu, ou dificultou, a aproximação a novos padrões de vida (Guerreiro, Torres e Lobo 2007).

É importante notar que, neste período, o catolicismo exercia grande peso no quotidiano da população, sendo uma das faces mais visível a vivência do casamento e da sexualidade, acrescendo expectativas, normas e experiências muito diferentes para mulheres e homens. A título de exemplo, constatamos que a liberdade sexual é bastante díspar já que a qualidade da mulher é medida pela sua virgindade e a falta desta constituía até um argumento de anulabilidade do casamento. Em contraste, a qualidade do homem é medida pela sua experiência sexual, sendo um fator de afirmação da virilidade masculina (Aboim, 2011).

Por outras palavras, o Estado Novo incumbiu-se de criar um conjunto de propaganda, por meio de revistas, instituições públicas, publicações periódicas tais como revistas ou folhetos, que exaltava a virtude feminina e os bons costumes, apelando à maternidade ao papel de dona de casa da mulher, em oposição ao papel de provedor da família e figura de autoridade do homem (Aboim, 2011).

O longo período de ditadura é marcado por políticas protecionistas, pela pobreza, escassez de recursos, um mercado de trabalho fortemente masculinizado onde prevalecem baixos salários. Contudo, a guerra Colonial (1960-1975), que teve grande impacto na demografia portuguesa, fez com que as mulheres entrassem no mercado de trabalho e assumissem atividades outrora masculinas, face ao serviço militar obrigatório dos homens. Este contexto contribuiu para a emancipação das mulheres portuguesas, quer no campo, quer, sobretudo, nas cidades, que passaram a assumir um papel de maior protagonismo nas decisões da vida familiar. Por outro lado, a vaga de emigração que levou muitos portugueses a emigrar para outros países do continente europeu (França, Luxemburgo, Suíça) permitiu o acesso a novos padrões de vida, costumes e valores (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007).

⁶ Casal companheirista tem na sua génese a negociação constante dos papéis de género com vista a uma maior igualdade na esfera privada. Deste modo, a união do casal é baseada no sentimento que enlaça o casal (Santos e Dias, 2019).

Numa perspetiva cultural, as especificidades do caso português associam-se ao padrão de vida que emerge durante o século XX, associado à Guerra Colonial, ao êxodo rural e ao lento progresso da industrialização. Contudo, estas mudanças não foram acompanhadas de estruturas de apoio às famílias ou de incentivos à participação masculina no trabalho não pago, nem de um incentivo ao trabalho parcial tanto para homens como para mulheres (Ramos, Rodrigues e Correia, 2019). O trabalho a tempo parcial não é uma característica da sociedade portuguesa, em comparação com o norte e centro da Europa, destacando-se, o trabalho a tempo inteiro das mulheres, mesmo nas fases da vida em que têm filhos pequenos. Esta especificidade de Portugal, numa perspetiva comparada, acentua-se com a terciarização da economia e da sociedade portuguesa, que era ainda um país rural nos anos 60, sem nunca ter sido um país muito industrializado.

Após o período revolucionário, ocorrem transformações bastante marcantes para a sociedade portuguesa, como a laicização do Estado e o processo de democratização, de tal forma que podemos identificar um antes e depois do 25 de abril (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007; Wall, Cunha e Ramos, 2014; Santos e Dias, 2016). O Estado separa-se da Igreja, pelo que o casamento religioso regista uma progressiva diminuição, sendo hoje o casamento civil predominante (Aboim, 2011). A coabitação conjugal passou a ser aceite como forma de construção da vida dois (Aboim, 2011) e um importante fator de desinstitucionalização das conjugalidades e da parentalidade, nomeadamente, com o aumento do número de nascimentos fora do casamento.

Com o surgimento de métodos contraceptivos mais eficazes, como a pílula ou o DIU, ocorre uma mudança radical à vida conjugal e familiar. As mulheres ganharam mais autonomia sobre a sua sexualidade e o casal ganha também a possibilidade de escolher quando ter filhos e o número de filhos que deseja ter (Cunha, 2007). Desta forma, as mulheres tornam-se libertas do seu «destino biológico» (Almeida et.al.,2002).

Como assinalam diversos autores, o processo de sentimentalização e privatização da vida familiar ocorreu, no caso português, mais tardiamente, quando comparado com a restante Europa. Assim, a casa transforma-se num casulo privado para a família, fonte de realização afetiva do casal, onde os afetos invadem o seio familiar tanto a nível do casal como das relações entre pais e filhos (Almeida, et al.,2002). A laicização o Estado, a par de outros fatores como a crescente urbanização e concentração da população nas grandes cidades, permitiu que as famílias se afastassem dos olhares da família alargada e vizinhos, dando lugar à privatização das famílias, longe do policiamento e controlo social (Almeida, et al.,2002).

Apesar de todas estas mudanças, que ocorreram em Portugal num espaço de tempo relativamente curto, estas não se refletiram imediatamente nas práticas e nas representações familiares, pelo que testemunhamos uma sobreposição de modelos mais institucionalistas e modelos mais companheiristas, por outras palavras, observamos uma mistura de valores e dinâmicas na forma de viver a conjugalidade e a família (Aboim, 2005), uns de carácter mais tradicionalistas, outros de carácter mais modernista. A tal ponto, que há autores que falam da sociedade portuguesa como uma sociedade de modernidade inacabada, onde se entrecruzam diferentes modernidades e/ou processos contraditórios de mudança provocados por fortes desigualdades sociais e de género (Costa e Machado, 1987).

Esta sobreposição de normas e costumes pode ser observada no estudo sobre as famílias de casais com filhos de Aboim (2005). Nas práticas de coesão foi avaliado a forma como as tarefas domésticas são divididas, os papéis de género (quem faz o quê) e como se organiza o tempo de lazer, nas sociabilidades do casal e o grau de abertura para com o exterior.

As conclusões do estudo apontam para a existência de um conjunto de variáveis que influenciam a forma como é pensada e vivida a vida familiar:

Primeiramente **nenhum tipo de família é predominante**, na sociedade portuguesa, existe, pelo contrário, uma grande pluralidade de modos de funcionamento familiar.

Em segundo, há uma **correlação entre o tipo de interação e os níveis de capital social, profissional e escolar**. As investigadoras concluem que as mulheres inquiridas cujos níveis de escolaridade correspondem ao ensino secundário e ensino superior têm tendência para estabelecer uma interação de fusão aberta, associativo e confluyente. Nas dinâmicas de fusão aberta, onde as atividades são realizadas em conjunto pelo casal, predomina, todavia, o trabalho doméstico feminino; do ponto de vista da integração há uma abertura média em relação ao exterior. Já o tipo associativo pressupõe uma divisão das tarefas domésticas mais igualitária, dupla carreira, autonomia masculina e feminina, e forte abertura e integração face ao exterior. Por fim, o terceiro tipo, confluyente, supõe uma coesão polivalente e uma abertura forte ao exterior. Por oposição, em famílias cujo nível de escolaridade é mais baixo (primeiro ciclo e ensino básico) predominam dinâmicas do tipo bastião, ou seja, uma coesão fusional, centrada no papel da mulher enquanto doméstica e homem ganha-pão, e do ponto de vista da integração esta é fraca. Estas dinâmicas associam-se aos níveis de escolaridade, e fica demonstrado que quanto mais baixo o nível de escolaridade, mais tendência há para se adotar interações consideradas de matriz tradicional, isto é, baseadas em papéis de género socialmente estabelecidos e rígidos onde a mulher continua a ter o papel

expressivo principal, mesmo quando trabalha fora de casa, e o homem o papel instrumental. Em contraste, quanto maior o nível de escolaridade, maior tendência existe para adotar perfis de interação com características mais modernas, ou seja, há uma partilha mais igualitária das atividades domésticas e dos cuidados aos filhos e tanto mulher como homem têm papéis semelhantes e dupla carreira.

Em terceiro **há uma correlação entre o tipo de interação e os contextos sociais**. Em meios mais desfavorecidos, nas secções de origem operária e camponesa, adotam-se práticas mais tradicionais, baseadas numa visão mais conservadora do que é a família. Por contraponto, em meios cujas qualificações escolares e profissionais são superiores, quadros intermédios e superiores, mas também nos casais mais jovens dos setores executantes, adotam-se práticas mais modernas e igualitárias.

Por fim, em quarto lugar, salienta-se **o ano de entrada na das mulheres inquiridas**. Aboim e Wall (2002) encontram uma correlação menos forte entre esta variável e os padrões de interação conjugal. Ainda assim, as duas sociólogas demonstram que uma entrada na conjugalidade em anos mais recentes (geração de mulheres mais jovens) traduz-se em padrões mais modernos, dando lugar a interações mais abertas e mais igualitárias, sendo menos frequente interações de cariz tradicional.

Assim, torna-se claro, através deste estudo (Aboim, 2005), que existem diversos fatores que influenciam a vivência da conjugalidade, e o perfil de interações familiares, mais igualitário ou menos igualitário, sendo estes tanto de ordem mais estrutural (como, por exemplo, o contexto social, os níveis de escolaridade e os capitais profissionais) como de ordem individual, associados aos percursos de vida e às experiências que cada um tem ao longo da sua vida. Fatores de ordem macrossocial como as transformações nos ambientes políticos e sociais, como foi a Revolução dos Cravos, que permitiu uma maior autonomia das mulheres e gerou uma nova dinâmica no interior das famílias, a par das políticas públicas (como, por exemplo, a criação de creches, licenças, abono de família e outros apoios à parentalidade), são tudo fatores que influenciam as mudanças nas relações familiares.

Em sintonia com Ramos, Rodrigues e Correia (2019), o tempo social evidencia as diferenças etárias e os fossos geracionais existentes em termos de partilha e divisão do trabalho conjugal, nas formas de viver a conjugalidade e a parentalidade, a forma como assuntos mais sensíveis são pensados, tais como a interrupção voluntária da gravidez, a adoção por casais do mesmo sexo ou o casamento gay.

Em síntese, podemos concluir que a vida familiar é bastante dinâmica, marcada pelas mudanças tanto no lugar do homem na vida familiar e conjugal como da mulher no mercado de trabalho (Ramos, Rodrigues e Correia, 2019). Apesar da crescente recusa dos

esquemas mais tradicionalistas e institucionalista, podemos encontrar famílias que transportam sementes mais modernista e outras mais tradicionais, conduzindo muitas vezes a práticas híbridas (Ramos, Rodrigues e Correia, 2019).

Em Portugal, tal como na maior parte dos países ocidentais, a complexidade da mudança está intimamente ligada uma crescente despadronização do percurso familiar, que se traduz não só numa heterogeneidade de situações e formas familiares como, também, nos modos de organizar a vida familiar que tendem a ser cada vez mais afastados de preconceitos, tradicionalismos e do controlo moral externo (Tetsa e Bolano, 2018). Esta despadronização ilustra um movimento de reforço da desinstitucionalização e individualização da vida familiar (Santo e Dias, 2016).

No que diz respeito à parentalidade, Tetsa e Bolano (2018) concluíram, que existem eventos biográficos individuais que podem adiar, antecipar, ou até mesmo impedir, o planeamento e concretização de um projeto de parentalidade. Os autores fazem também questão de sublinhar que os mesmos eventos não afetam de igual forma os planos das mulheres e dos homens. Há uma genderificação da vida familiar, género e família andam ligados, já que esta última é um espaço privilegiado de construção, mas também e reprodução de papéis e identidades de género (Santos e Dias, 2019). Assim, o movimento de individualização associação à modernidade não atinge todos da mesma maneira (homens e mulher, meios sociais) nem com a mesma intensidade (Santos, 2013).

1.2.2 Família e Género: um apelo à participação masculina na vida familiar

Os perfis familiares traçados por Aboim (2005), ilustram que a vida familiar ainda se organiza em torno dos papéis de género e na divisão genderificada o que confere diferentes protagonismos aos homens e às mulheres face ao trabalho pago e não pago e até nas diferentes modalidades de autonomia que cada um possui em torno das sociabilidades e lazeres.

De facto, neste estudo ficou patente que cerca de 54% das mulheres inquiridas realiza as tarefas domésticas rotineiras sozinhas e em apenas 14,4% dos casos é que as tarefas são participadas conjuntamente. Ainda assim, as atividades de lazer, refletem uma coletivização familiar, sendo as atividades mais frequentes passeios, idas ao restaurante, visitas a outros familiares, ou seja, observa-se neste aspeto uma vida conjugal mais partilhada (Aboim, 2005).

Ramos, Rodrigues e Correia (2019), apontam que a manutenção destas assimetrias na divisão do trabalho doméstico e das tarefas de cuidado constitui uma sobrecarga para as mulheres já que têm que o conciliar com o trabalho pago com o trabalho não pago.

Olhando um pouco mais detalhadamente para a divisão do trabalho doméstico, Wall e Guerreiro (2005) concluíram que ainda existe um desfasamento entre o ideal de divisão e as práticas efetivas. De facto, as sociólogas constataam que 88% das mulheres idealiza uma divisão do trabalho doméstico mais igualitária, porém, em 34% dos casais de dupla-jornada investigados é a mulher quem realiza as atividades domésticas.

Esta divisão, tanto do trabalho doméstico como do cuidado aos filhos, tem na sua origem diversos fatores, porém, Wall e Guerreiro (2005) apontam que a raiz mais profunda assenta nas desigualdades sociais, o que, de acordo com as autoras, faz emergir cinco cenários nas formas de divisão:

Primeiramente, **abastado com duplo emprego** o que possibilita a contratação de uma empregada doméstica aliviando esse encargo sobre o casal.

Um segundo cenário é o de **transição** que ocorre em setores intermédios e técnicos, caracterizado por casais de duplo emprego que tentam dividir de forma igualitária, mas delegando na empregada doméstica;

O terceiro perfil **economia familiar**, enquadra-se nas camadas operárias e camponeses. Neste, a mulher trabalha longas horas fora de casa e ainda assume o trabalho doméstico, podendo ocorrer uma partilha, ainda que pouca, com os cônjuges e filhos;

Na quarta configuração possível, **polarizada**, sobressai a mulher dona de casa e o marido ganha-pão, vigorando a dupla jornada;

Por fim a quinta configuração caracteriza-se pelo **trabalho feminino diversificado**, onde a mulher trabalha em par-time e completa com o trabalho doméstico rotineiro, sendo que o marido trabalha a tempo inteiro.

Podemos concluir que para os homens a trajetória, na sua relação com o trabalho pago, parece ser mais uniforme e linear. Os homens mantêm sempre um vínculo com o mercado de trabalho, ao passo que as mulheres têm trajetórias mais plurais combinando em si o trabalho pago com o trabalho não pago. Continua a existir um forte investimento feminino nas esferas públicas e privadas, sendo que a participação masculina no universo privado e doméstico continua a ser menor do que esperado (Wall e Guerreiro, 2005).

Estes resultados, que analisam práticas, parecem estar em sintonia com os valores e as atitudes dos portugueses face à família e papéis de género. De acordo com *International Social Survey Programme* (ISSP) existe unanimidade quanto à ideia de que o homem deve participar mais nas tarefas domésticas, sendo esta tendência mais expressiva nas mulheres mais jovens (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016). Porém, existe uma ambivalência

nas atitudes dos portugueses face à participação feminina no mercado de trabalho e as consequências que isso pode ter nos filhos pequenos (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016).

Por um lado, a esmagadora maioria dos inquiridos concorda que «uma mãe que trabalha fora pode ser tão carinhosa e manter uma relação sólida e próxima com os filhos como uma mãe que não trabalhe fora de casa». Por outro lado, ainda que minoritariamente, mantém-se a opinião, face a inquiridos anteriores, que a criança pode sofrer com a ausência da mãe (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016).

Em suma, o *International Social Survey Programme* mostra-nos que ainda é significativo o número de pessoas que considera que a vida familiar é prejudicada quando a mulher trabalhar fora de casa. Para as autoras isto acontece porque tanto a vida doméstica, como os cuidados aos filhos surgem como uma esfera naturalmente feminina (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016).

O apelo à participação masculina não ocorre apenas para as tarefas domésticas, como observado anteriormente. De facto, o homem é cada vez mais chamado para colaborar nos cuidados aos filhos (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016).

O *Inquérito à fecundidade 2013* veio realçar que tanto os homens como as mulheres parecem estar muito satisfeitos com o modo como dividem as tarefas e os cuidados aos filhos. Porém, são os homens, quem apresentam maior nível de satisfação (INE, 2014). A perceção dos homens não parece causar estranheza uma vez que são eles, de uma maneira geral, que fazem menos em casa. A avaliação da injustiça quanto à divisão do trabalho doméstico e dos cuidados dos filhos, que sabemos ser desfavorável às mulheres, mostra bem que as perceções não estão sempre em consonância com as práticas, ainda assim, os cuidados aos filhos constituem uma área onde os homens tendem a participar mais. Segundo o estudo *Vida familiar no Masculino* o nascimento dos filhos e o envolvimento na parentalidade parecem empurrar os homens para a esfera privada e doméstica (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

Ainda assim, *Inquérito à fecundidade 2013* aponta para a existência de tarefas com graus de partilha diferentes, existindo tarefas dirigidas mais pela mãe do que pelo pai. Um exemplo disto é o vestir os filhos: esta é uma tarefa maioritariamente feminina, ainda que seja percecionada pelo homem como uma tarefa partilhada. Um segundo exemplo ocorre com o apoio aos trabalhos de casa onde a perceção feminina é de que são elas a realizar maioritariamente as tarefas, ao passo que na perceção masculina são tarefas partilhadas (INE, 2014).

Wall et.al.(2016) no *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*, observam a existência tanto de mudanças como a continuidades na vida familiar.

Em termos de mudanças, observamos que os homens, independentemente da sua idade, tendem a ser mais participativos no trabalho doméstico, partilhando uma parte das tarefas rotineiras, ou seja, a divisão conjugal do trabalho evolui num sentido de existir mais equilíbrio, sobretudo quando existem crianças pequenas (Wall, et.al.,2016).

Neste sentido, é visível a crescente perceção, por parte de homens e mulheres de uma maior justiça na divisão do trabalho doméstico, sobretudo nos inquiridos mais jovens. Consequentemente, há uma transformação dos papéis de género na família, tendo os homens ganho mais responsabilidade no universo doméstico, existindo a convicção de que o bem-estar da criança é afetado quando o homem não participa nos cuidados (Wall, et.al.2016).

Verificou-se neste estudo, que junta dados qualitativos e quantitativos, uma certa coerência entre as atitudes e os princípios de igualdade que se procuram atingir e que são visíveis nas políticas de licença parental: tanto homens como mulheres são precocemente envolvidos na procura e harmonização do bem-estar das crianças. Deste modo, há a perceção de que a partilha dos cuidados ao filho e o usufruto da licença partilhada não só tem efeitos positivos na relação dos pais com a criança como também na dinâmica conjugal e familiar (Wall et.al.,2016).

Em sentido oposto, existem evidências de que permanecem atitudes e práticas mais conservadoras e de que ainda existe um longo percurso a realizar (Wall, et.al.2016).

De facto, Wall, et.al.,(2016) afirmam que persiste ainda um padrão no qual o homem destina menos tempo às atividades domésticas. Por outro lado, são os homens quem menos concordam que são tão capazes como a mãe de cuidar dos filhos, mostrando-se também mais apreensivos e negativos relativamente ao impacto que o trabalho feminino fora de casa tem no bem-estar das crianças menores de um ano.

Em termos de atitudes das entidades empregadoras, deteta-se ainda alguma resistência e conservadorismo perante as masculinidades cuidadoras, estando este preconceito muitas vezes associado à desinformação e à falta de reconhecimento das licenças parentais destinadas ao pai (Wall, et.al.,2016). Esta falta de reconhecimento gera medo e apreensão por parte dos pais, inclusivamente, medo de perder o emprego, caso seja solicitado o usufruto da licença (Wall, et.al.,2016).

Os projetos de parentalidade são resultado de uma conjugação de fatores macrossociais complexos, como as desigualdades de género com expressão na divisão desigual do trabalho doméstico, mas também desigualdades laborais onde é exigido às mulheres um maior investimento para puderem ascenderem na profissão (Almeida et.al, 2002). Mendes et.al.,(2016) afirmam que a vinda de um filho acarreta mais custos para as

mulheres do que para os homens, tendo as mulheres mais dificuldades em conciliar a vida profissional com a vida familiar e, portanto, são elas que mais propensão têm para preferirem ter apenas um filho.

Os dados mais recentes confirmam o que já foi amplamente discutido: uma tendência de adoção de valores companheiristas onde se valoriza a relação do nós-casal, tanto na esfera privada através da partilha do trabalho doméstico e cuidados aos filhos, como na esfera profissional em que ambos investem nas carreiras ou atividades profissionais. Verifica-se assim, uma maior integração do homem na esfera doméstica, e um movimento de reconstrução das masculinidades que passam a incluir nos seus traços os cuidados. Aboim (2010) afirma que a entrada do homem na vida privada veio reconfigurar os modelos familiares e diversificar as práticas, levando-nos a assistir a um aumento dos valores companheiristas, da igualdade, da negociação e da afetividade, ou seja, caminhamos para uma visão do homem como companheiro tanto pelo projeto familiar como também pela conciliação entre carreira e família. Desta forma, há uma valorização da dimensão pessoal e do bem-estar da família (Doucet, 2004).

1.2.3 Masculinidade de cuidado: reconstrução da identidade através do cuidado aos filhos

Este movimento de reconstrução das masculinidades pode ser lido através de uma abordagem performativa das configurações de género. Butler (1990) cit in Santos e Dias (2019) propõe que se analisem as desigualdades de género interseccionando com outras variáveis uma vez que a autora considera que o género é resultado de um efeito performativo, ou seja, a sua construção é produzida no contexto de interações, existindo um referencial que define homens e mulheres.

Nesta perspetiva, o género está em constante construção e mutação, o que leva Connell (2002) cit. in Santos e Dias (2019) a afirmar que existem diversas feminilidades e masculinidades, traduzindo-se em desigualdades dentro da mesma categoria de género. Assim, que dentro da categoria das mulheres e dos homens existem hierarquias que intersectam com outras variáveis, como a etnia, o estatuto socioeconómico ou o nível educacional (Santos e Dias 2019).

Desta forma, é importante não considerar o género como uma categoria estática, mas antes como uma categoria fluída, sujeita a mutações e constante negociação (Pereira, 2012 cit in Santo e Dias, 2019). Quer isto dizer, que não nos devemos submeter a uma ordem estritamente heteronormativa com categorias rígidas, pois, considerando as mudanças pelas quais a sociedade tem vindo a passar, estas categorias excluem e

marginalizam novas formas de viver a família e a parentalidade, para além de legitimarem preconceitos e atos violentos.

Considerando, então, a diversidade de interações, Connell identifica tipos diferentes de masculinidades (Santos, 2014).

I) Masculinidade hegemónica ou normativa é definida como a imagem mais típica e dominante de afirmação da virilidade masculina, inscrevendo-se em relações de poder/subordinação entre homens e mulheres, mas também entre grupos de homens (Connell, 2005 cit. in Santos, 2014);

II) Masculinidade cúmplice, que se caracteriza por uma acomodação ao sistema patriarcal em semelhança à masculinidade hegemónica, todavia não cumpre com rigor todas as práticas hegemónicas (Connell, 2005 cit. in Januário, 2016);

III) Masculinidade marginalizada, onde se inclui masculinidades que não se encaixam nos padrões hegemónicos por fazerem parte de uma categoria socialmente discriminada, dada a sua condição social ou étnica (Connell 2005, cit. in Januário, 2016);

IV) Masculinidade subordinada descreve a desigualdade de poder existente dentro da categoria masculina. Este termo foi aplicado por Connell para descrever a dominação heteronormativa sobre os homossexuais, pelo que se incluem práticas discriminatórias e violentas. No entanto, isto não descreve apenas a desigualdade de poder entre homens heterossexuais e homossexuais, mas também, entre relações heterossexuais que não cumprem os «requisitos» de masculinidade. Walzer-Lang (2001) cit. in Januário (2016) afirma que existe um policiamento da heterossexualidade normativa ao qual se soma uma natureza homofóbica.

Porém, estas conceções não são isentas de críticas. As críticas mais frequentes são a simplicidade e o reducionismo de uma realidade que envolve diversas dimensões difíceis de conjugar (Elliot, 2016). Seidler (2006) cit. in Elliot (2016) argumenta que estas conceptualizações são limitadoras das experiências e da forma como cada indivíduo experiência o seu quotidiano, para além de excluir o processo individual de análise e crítica, bem como a evolução cultural e histórica que leva a essas transformações.

Numa tentativa de conciliação, Halon (2012) cit. in Elliot (2016) afirma que ambas as perspetivas se podem complementar e que não se deve dissociar a masculinidade do seu contexto micro e macrossocial, ou seja, na tentativa de conceptualizar e compreender a masculinidade, deve-se ter em consideração o contexto social e político, mas também as experiências, os valores e as crenças individuais.

Na sequência desta dialética entre indivíduo e contexto e, como já observámos, do apelo constante à maior participação masculina no trabalho não pago e também na crescente

consciencialização dos próprios homens para o seu envolvimento na esfera doméstica, surge o conceito de masculinidade do cuidado (*Caring masculinities*).

Esta abordagem sugere que os traços tradicionalmente associados à esfera feminina sejam assimilados, também, pelos homens e incluídos na construção da sua própria identidade (Elliot, 2016).

Por conseguinte, é interessante analisar o trabalho realizado por Brandth e Kvande (1998) que procuraram saber como é que os homens incluem as tarefas de cuidado no seu dia a dia e como é que isto se conjuga com a masculinidade. Estes autores puderam concluir que o modelo-ganha pão já não satisfaz a identidade masculina e que a família de origem influencia o que o homem procura para a sua família. Surge então uma ambivalência nas identidades masculinas: por um lado, os homens procuram ser mais presentes na vida familiar e nos cuidados aos filhos, mas, por outro, permanecem com uma forte ligação ao mercado de trabalho e ao rendimento (Brandth e Kvande, 1998).

Lupton e Barclay (1997) afirmam que este processo não é fácil e enfrenta obstáculos vindos de outros homens que entendem esta reformulação como um desafio à masculinidade.

Por sua vez, Elliot (2016) acrescenta que há uma crescente rejeição da dominação. Os cuidados aos filhos e as atividades domésticas tornam-se parte central da identidade masculina, fazendo surgir assim as masculinidades de cuidado. Assistimos a uma reconstrução da masculinidade, onde há uma negociação de lugares e práticas identitárias, ou seja, a parentalidade é reconstruída em torno da autonomia masculina na relação com a criança e a autoridade parental é negociada dentro do casal (Marinho, 2011).

Porém, o envolvimento dos homens na parentalidade não é um binómio entre bom pai/ mau pai, ou pai presente/pai ausente, mas antes um lugar com nuances e bastante plural. Na verdade, Wall, Aboim e Cunha (2010), concluem que existem perfis de parentalidade bastante diversificados: parentalidade igualitária, parentalidade conjunta, parentalidade de apoio, parentalidade paralela e parentalidade eletiva, que passamos a expor no quadro abaixo:

Quadro 1: Perfis de paternidade

Perfis de paternidade	Indicadores em estudo		
	Práticas Parentais	Laço Pai-Filho	Autoperceção
Paralela	Não participa no cuidado aos filhos, mas participa em atividades de lazer.	A relação é mediada pela mãe.	Provedor, chefe da família afetuoso.
Eletiva	Numa fase inicial há uma partilha, mas numa fase mais adiantada é a mulher quem assume os cuidados e o homem participa mais nas brincadeiras.	Existe pouca proximidade, sendo a relação mediada pela mãe.	Companheiro de «tempo de qualidade» educador e principal provedor.
De apoio	A família é gerida pela mulher, pelo que o homem presta apoio em algumas atividades de cuidar e domésticas.	Há proximidade ainda que baseada na genderificação - papéis de género.	Provedor e cuidador presente.
Conjunta	Delegação das atividades domésticas e do cuidar dos filhos. Estabelece uma relação de interdependência.	Há proximidade entre pai e filho.	Educador, cuidador e companheiro presente.
Igualitária	Há uma divisão equitativa das tarefas de cuidado, há a partilha de interesses e realização de atividades em conjunto.	Aqui existe proximidade, sendo esta individualizada.	Cuidador, companheiro, educador e mediador.
Apropriativa	O homem apropria-se das atividades e da vida familiar.	As relações são próximas e individualizadas.	Principal cuidador, companheiro e provedor.
Tempo Inteiro	O homem doméstico assume-se como principal cuidador, existindo partilha de atividades.	Existe uma relação de proximidade, baseada na família.	Principal cuidador, companheiro e educador.

Fonte: Wall, Aboim, Marinho (2010).

Com estes perfis, podemos observar o papel dos homens na parentalidade, mas também o papel da mulher na maternidade. De facto, podemos identificar perfis onde a divisão do trabalho se baseia numa divisão tradicional dos papéis, perfis os papéis de género são

tendencialmente igualitários e mais indiferenciados e ainda perfis onde há uma sobreposição de traços tradicionais com traços mais modernos.

No primeiro caso, na divisão tradicional da vida familiar, temos a parentalidade **paralela**, na qual podemos observar que as relações entre pai e filhos são mediadas pela mãe e o homem que se vê, a si próprio, como provedor e não participa nas atividades de cuidado. Na parentalidade **de apoio**, o homem vê-se como um ajudante da mulher, mas é esta que assume o trabalho doméstico principal. Por fim, a parentalidade **eletiva** onde numa primeira etapa o homem participa nos cuidados aos filhos, essencialmente quando estes são pequenos, mas depois este apenas participa nas atividades de brincadeira e tal como o padrão paralelo, o laço entre pai e filhos é mediado pela mãe (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

Enquanto os padrões, descritos anteriormente, estão associados a valores mais institucionalistas, a parentalidade apropriativa, conjunta, igualitária e a tempo inteiro, desenvolvem-se num quadro de valores companheiristas. Na parentalidade **apropriativa**, o homem apropria-se da família, é ele quem assume as tarefas de cuidador e de provedor e as relações com os filhos são próximas e individualizadas; na parentalidade a **tempo inteiro**, o homem assume o papel central na realização das atividades de cuidado dos filhos, e vê-se como principal cuidador, companheiro e educador (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

Num ponto de equilíbrio, encontramos a parentalidade **conjunta** e a parentalidade **igualitária** onde há a procura, tanto do homem como da mulher, em participar de igual modo nos cuidados dos filhos, estabelecendo com eles uma relação de proximidade. Em ambos os perfis os homens veem-se como cuidadores, educadores, companheiros e mediadores. A diferença encontra-se no laço que estabelecem com os filhos: na primeira o laço de proximidade estabelece-se numa lógica de interdependência, onde o homem se vê como complemento na parentalidade, e na segunda, o laço é individualizado através da partilha de interesses em comum entre pai e filhos (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

Em suma, Wall, Aboim e Marinho (2010) afirmam que as dinâmicas parentais são fortemente influenciadas pela dinâmica familiar. No exemplo das parentalidades conjunta e igualitária, estas supõem maior igualdade de género, uma vez que ambos os membros trabalham e existe a preocupação em conciliar a vida profissional com a vida familiar. A principal diferença entre ambas encontra-se na divisão do trabalho não pago. No caso da parentalidade conjunta há a preocupação de fazer uma gestão e cooperação conjunta e equitativa, ao passo que na parentalidade igualitária, as tarefas são distribuídas de forma igualitária e indiferenciadamente entre pai e mãe.

Apesar das mudanças verificadas ao nível da integração e a maior participação do homem no âmbito doméstico estas não constituem um percurso linear. A reformulação da parentalidade e da identidade masculina, é acompanhada de alguma resistência e obstáculos (Cunha et. al.,2018).

Cunha et.al.(2018) observam que há uma conformação com as normas de género, ou seja, há a tendência para os homens se conformarem com o privilégio associado ao seu género que se traduzem no melhor posicionamento no mercado de trabalho e ao facto de os cuidados aos filhos serem encarados como uma opção.

A mesma equipa de investigadores identifica, ainda, uma ambivalência nos papéis do homem na família. O facto da socialização para o cuidado ser tendencialmente feminina torna necessário adotar uma visão mais inclusiva, alargando as medidas públicas e políticas. Por fim, o terceiro obstáculo são os estereótipos, que geram impactos negativos ao excluir os homens do cuidado. Quando se segue concepções rígidas de masculinidade hegemónica legitimam-se comportamentos discriminatórios e, por vezes, violentos nas várias esferas da vida masculina.

O que está em linha de conta com Elliot (2016) que acrescenta que para alguns homens o processo de aceitação do cuidado é mais complexo, pois estes sentem-se inferiorizados por realizarem tarefas tradicionalmente femininas, tendo medo de serem ostracizados e excluídos das suas relações quotidianas. Por outras palavras, há o receio de que realizar essas tarefas seja visto como uma feminização da sua identidade.

Em suma, encontramos-nos a atravessar um período de mudanças dinâmicas, marcado pelas transições e transformações do lugar do homem na família. Mas este é também um período onde os valores institucionalistas se tingem com os valores de cariz mais moderno. Assistimos ao declínio do «homem-provedor e autoritário» e ao crescer do homem cuidador (Aboim, 2005) e do homem doméstico (Doucet, 2004).

Para ilustrar de forma mais concreta estas mudanças, podemos analisar o caso estudado em detalhe por Wall, Cunha e Marinho (2013) de Pedro e Inês, caracterizado pela partilha do trabalho doméstico e cuidado ao filho. Pedro trabalha no turno da tarde e a Inês durante a manhã. As autoras observaram a complexidade existente no processo de construção da igualdade de género na vida conjugal. De facto, estas investigadoras concluíram que existem fatores que facilitam esta construção como o ambiente laboral, as políticas sociais de apoio à parentalidade (licenças de parentalidade) mas também o percurso biográfico. Esta ideia vai ao encontro do que Bjørnholt (2010) discute sobre o arranjo familiar da família de origem, cuja influência é observável nos arranjos familiares dos seus entrevistados quando estes se tornam pais. Pode-se então concluir que há um processo de internalização da igualdade de género nos homens cuja prática na família de

origem pressupõe igualdade de género, observando-se uma transmissão intergeracional dos valores da igualdade (Bjørnholt, 2010).

Apesar das mudanças, observa-se que o homem mantém um vínculo mais estável com o mundo do trabalho e apresenta maior flexibilidade para gerir o seu dia a dia. Continuam assim a ser as mulheres a fazer maior esforço para conciliar trabalho doméstico e trabalho pago (Bjørnholt, 2010).

A paternidade é, de facto, construída e reconstruída no quotidiano (Marinho, 2011). Dienhart (2001) afirma que os homens definem o seu sucesso através do envolvimento no quotidiano doméstico, tanto nas atividades de manutenção da casa como nos cuidados aos filhos.

Neste sentido, Gillis (2000) propõe que o género se dissocie do ser mãe ou ser pai já que a parentalidade deve ser entendida como uma escolha e não como um «destino biológico». Por consequente, Dienhart (2001) propõe uma visão alargada sobre a paternidade onde sejam observadas as nuances e a complexidade das relações existentes entre pai e filho através da própria visão do pai. Assim, a autora pôde concluir que ao longo das décadas há uma crescente participação masculina no seio familiar apesar de ainda existir alguma relutância.

No caso português, Wall, Aboim e Cunha (2010) verificaram que existe um movimento de rejeição de um padrão tradicional de cariz institucionalista que dá lugar à reconstrução da masculinidade associada ao cuidado e à afetividade.

1.3 Parentalidade e lugar dos filhos

1.3.1 Significados da maternidade e paternidade: perspetiva histórica

A década de 70 do século XX foi um período de fortes transformações, tanto do ponto de vista macrossocial como na forma como as famílias se relacionam entre si (Marinho, 2011).

Efetivamente, as mudanças são bastante expressivas quando observamos os indicadores demográficos, como a taxa de nupcialidade, o número de casamentos católicos, casamentos civis e uniões de facto, mas também através da fecundidade, cuja taxa tem decrescido (Marinho, 2011).

Se formos analisar mais detalhadamente alguns dos períodos da história portuguesa, destacamos quatro períodos marcantes na mudança das relações familiares e nos papéis de género e familiares (Marinho, 2011):

O período compreendido entre os **anos 40 e 60** do século XX é marcado pela vigilância apertada do Estado: a família é entendida como uma instituição moralizadora onde as relações se caracterizam pela rigidez de papéis e pela hierarquização na qual a mulher é subordinada ao poder do homem. Assim, o homem assume-se como provedor e protetor da família e da boa moral. Durante os **anos 70**, após a revolução de 1974, surge uma abertura em direção a relações mais igualitárias, tendo na sua base valores democráticos e de cooperação. No decorrer dos **anos 80 até aos anos 90** do século XX, o foco passa a ser as políticas de proteção à família centradas na criança e na mulher. Por fim, na **primeira década dos anos 2000**, ocorre uma reformulação e transformação do lugar do pai na família (Marinho, 2011).

Constatamos um desenrolar de mudanças que ampliam e complexificam as representações sociais da família, os significados de ser mãe e pai, mas, também, o que simboliza a criança no seio familiar.

Bandinter (1980) faz uma incursão histórica, ilustrando como o papel da mulher mudou ao longo do tempo, mas, também, como mudou em função do estatuto da criança na família.

Se durante o século XVII a criança era descrita como um símbolo do mal e, neste sentido, as relações entre mães e filhos são caracterizadas pela indiferença e pelo infanticídio, a partir de 1760 o paradigma muda: abundam as publicações que apelam a que as mulheres cuidem dos seus filhos, sobretudo que os amamentem. Este movimento é impulsionado pela obra *Emílio* redigida por Rosseau em 1762. Emerge o conceito de amor materno, centrando na relação entre mãe e filho que responsabiliza a mãe pelo cuidado e educação do filho (Bandinter, 1980).

Por conseguinte, o pai fica excluído desta relação sob a justificação de que o seu trabalho exige dedicação face à competição e sobrecarga de trabalho, o que não lhe deixa tempo para a família e para participar na educação dos filhos (Bandinter, 1980). O pai do século XIX apenas está presente nos serões de fins de semana e nas ocasiões festivas (Gillis, 2000).

Só a partir da década de 20 do século XX é que tem início a «domesticação» do homem, na sequência dos movimentos feministas que emergem nesta década (Gillis, 2000). Porém, o auge do homem doméstico é atingido durante a década de 70 do mesmo século (Gillis, 2000).

Ao longo da história, a paternidade foi construída e reconstruída consoante o contexto social, económico e cultural vigente. Se o afastamento do homem do seio familiar se iniciou com a Revolução Industrial e com a separação das esferas laboral e familiar, foi

com o desenvolvimento do sistema capitalista que houve, de facto, uma reformulação das relações de género e marginalização dos homens nas relações familiares (Gillis, 2000).

Marinho (2011) identificou três modelos de paternidade integrados em contextos socio-históricos específicos:

- o primeiro, definido como paternidade rural ou tradicional, tem na sua base o casamento religioso. A figura paternal é símbolo de autoridade e o filho representa a continuidade da família, da sua linhagem;
- o segundo modelo é a paternidade simbólica ou industrial, onde os homens estão ausentes, inicialmente pelo trabalho e depois, também, com a guerra. Assim, a autoridade do homem perde dimensão jurídica, religiosa e económica, e a função educativa das crianças é partilhada entre a Família e o Estado. A família é responsável por integrar a criança nos valores da sociedade industrial;
- O terceiro, a paternidade de proximidade ou relacional, está associado à desinstitucionalização do papel paterno. Assim, a mulher passa a ter estatuto igual ao homem, pelo que no lugar de uma hierarquia vertical, onde o homem se encontra no topo, temos uma hierarquia horizontal, onde o homem e a mulher são iguais em termos de direitos e deveres. Deste modo, a paternidade baseia-se na negociação dos papéis e lugares, fabricando o conceito de infância e uma cultura a ela associada à infância. Este movimento faz com que o homem seja chamado a participar na família mais ativamente tendo maior consciência da sua responsabilidade.

Esta cronologia ilustra a emergência de um modelo de parentalidade baseado num modelo burguês (Gillis, 2000) que, lentamente incluiu os homens no centro da vida familiar. Um dos fatores impulsionadores foi, sem dúvida, a crescente participação da mulher no mundo laboral, mas, também, a mudança de valores (Dienhart, 2001) e o surgimento de métodos anticoncepcionais durante os anos 50 do século XX (Cunha, 2007).

É de notar que a introdução destes métodos contraceptivos afetou significativamente os projetos e intenções reprodutivas dos casais, tendo sido visível uma inflexão significativa da curva da natalidade, em Portugal, no período compreendido entre 1965 e 1975 (Cunha, 2007).

1.3.2 Decisões reprodutivas e o lugar dos filhos nas famílias

Lentamente, com as diferentes formas de parentalidade, surge um movimento de corresponsabilização que incentiva o planeamento familiar (Cunha, 2010). Todavia, o foco do controlo da natalidade tem sido a mulher através da banalização da saúde reprodutiva feminina. Responsabiliza-se a mulher pelo controlo e planeamento da natalidade, tendo a saúde reprodutiva masculina ficado mais encoberta e desconhecida (Cunha, 2010).

Porém, é sabido que o calendário fértil feminino é mais curto comparativamente ao calendário masculino. Os homens podem ter mais filhos e em idades mais tardias (Cunha, 2010).

Para as mulheres, com o avançar da idade, a probabilidade de vir a ter filhos tende a reduzir-se substancialmente (9 em 10 mulheres entre os 40 e os 44 anos afirmam não querer ter filhos); ao contrário das mulheres, os homens, na mesma faixa etária, desejam ter filhos, tendo como ideal 2 filhos (Cunha, 2010). Deste modo, a idade é um fator chave para as mulheres (quanto mais avançada for menos provável é que tenham filhos, sobretudo quando já têm um filho), mas não tem o mesmo impacto para os homens, já que o seu período fértil é mais longo (Mendes et.al.,2016).

Ainda assim, através do estudo realizado por Cunha (2010), é possível observar como é que os casais constroem os seus projetos e como planeiam os seus filhos. Esta investigadora, conclui que, por um lado o projeto de parentalidade está, de maneira geral, presente desde a juventude, ainda que possa ter surgido, no caso dos homens, de forma vaga. Por outro lado, os resultados mostram que a negociação assume um papel central nas decisões relativamente à dimensão das descendências e ao calendário, levando a reformulações.

Apesar de a negociação ser generalizada, nos perfis em que esta se encontra ausente, há um alheamento masculino da vida familiar e dos cuidados aos filhos (Cunha, 2010). Desta forma, Cunha (2010) encontrou oito perfis de construção de fecundidade conjugal:

Quadro 2 Perfis de construção de fecundidade conjugal

Perfil	Descrição
Concertado contido	Desde a juventude que ser pai fazia parte dos seus planos e, por isso, quando a gravidez ocorre estes homens envolvem-se no acompanhamento à esposa. Aqui a negociação assume particular importância, pois são confrontados aspirações e desejos. A vigilância contracetiva é elevada.
Antecipado bem-vindo	Constituir família faz parte dos planos de juventude, porém a gravidez ocorre de forma precoce. O homem tende a estar presente e a envolver-se na gravidez. Neste sentido o calendário de fecundidade é marcado por imprevistos.
Tradicional acidentado	O plano de vir a ter filhos está presente na juventude, porém a antecipação da vinda de um filho é vista como uma forma de marcar a masculinidade e a virilidade. Neste perfil há fraca vigilância contracetiva e negociação. O homem vê a gravidez como algo exclusivamente feminino pelo que se afasta do processo.
Flexível ambicioso	O homem diz não ter acesso pleno à gravidez. Porém, existe negociação e abertura quanto ao número de filhos e margem de manobra na fecundidade. A vigilância contracetiva é pouco apertada.
Imposição feminina acomodação masculina	A paternidade não era um plano e surge no âmbito de uma gravidez não planeada. O homem conforma-se com este projeto com medo de rutura da relação ou de vir a ser rejeitado. Assim, a negociação é inexistente e o envolvimento é circunscrito.
Imposição feminina desacordo masculino	Neste perfil não existe qualquer intenção de ter filhos, verificando-se um forte desacordo no casal, o homem é empurrado pela mulher para o projeto de parentalidade. Ausência masculina durante a gravidez.
Imposição masculina	A par da ausência de um plano há desacordo quanto à dimensão da descendência. Porém, é a vontade do homem que prevalece. Sendo assim o homem está bastante presente.
Concertado no tempo	A ideia de ser pai surge com a conjugalidade, pelo que a negociação assume um papel bastante importante e o envolvimento masculino é circunscrito.

Fonte: Cunha (2010)

No que respeita ao envolvimento masculino na gravidez e parentalidade, há que notar que Cunha (2010) encontrou três disposições: na primeira, o envolvimento masculino ocorre de forma plena, ou seja, o homem acompanha tanto a gravidez como o parto e isso confere um sentimento de realização pessoal; na segunda, o envolvimento do homem é

descrito como circunscrito, quer dizer, acompanha a mulher grávida, mas centra-se na vida intrauterina (desenvolvimento do feto). Neste caso, a gravidez é percebida como algo que diz respeito à mulher e que só ela consegue ter acesso pleno; a terceira e última disposição encontrada, é descrita como alheada, o que significa que o homem vê o processo de gravidez e parto como algo exclusivo da mulher.

Quanto aos ideais, relativamente ao número de filhos, estes apontam para que o ideal abstrato seja de dois filhos. Contudo, quando olhamos para as práticas efetivas estas ficam aquém do esperado. As mulheres optam, mais do que os homens, por um modelo de filho único, sendo este uma forma de concretizar um plano de fecundidade contido (Cunha, 2010).

Os dados deste estudo também ilustram um maior apelo a uma paternidade mais ativa (Aboim, 2010), como já expusemos anteriormente. Procurámos demonstrar no ponto anterior deste trabalho, como o homem está a ser chamado a participar nos cuidados aos filhos e como este reconstrói a sua masculinidade. No presente ponto, queremos salientar como é que este é chamado a participar na programação, definição de um calendário reprodutivo e como negocia a descendência.

Deste modo, resta-nos questionar quais as representações sobre filhos e como é que essas representações se traduzem em termos de descendência, mais ou menos numerosa.

Marques (2008) afirma que atualmente a parentalidade é descrita como algo gratificante e como uma experiência única e magnífica, ainda que, cheia de ambiguidades. Todavia, a perspetiva sobre a criança e infância nem sempre foi assim.

De facto, a conceção de criança e infância surge primeiramente associada a critérios higiénico-sanitários. A família e o espaço doméstico são os principais alvos de intervenção e políticas públicas. A construção de um conjunto de critérios, que as famílias devem cumprir, tiveram como objetivo uniformizar a condição da infância. Com o processo de familiarização da criança no cenário doméstico e a sua identificação como aluno, no âmbito do processo de escolarização, a infância emerge como uma construção social (Nunes, 2016 [2009]).

Em coerência com outros conceitos já expostos, historicamente as crianças pertenciam à esfera doméstica e privada das famílias, juntamente com as mulheres. Desde o início do século XIX que se assiste a uma alteração no modo de ver a criança. Surge a afetividade e as crianças desempenham um papel central na família assume uma nova responsabilidade de proteger e educar (Almeida, 2011).

Até ao início do século XIX pode afirmar-se que a criança desempenhava funções económicas, assistenciais, de linhagem e religiosas. Isto é, a criança até então era vista

fundamentalmente como uma fonte de rendimento para as famílias, estas podiam trabalhar e contribuir para a vida económica da família. Todavia, com o avanço da industrialização, e a necessidade de maior especialização, o trabalho infantil é menos produtivo (Boyden, 1997), pelo que as crianças assumem um papel mais importante na esfera doméstica de apoio ao trabalho doméstico e aos familiares. Estas funções, económica e assistencial, acumulam com uma função de linhagem - a criança simboliza a continuação de um «tronco familiar», conservando uma herança e património. Por fim, a função religiosa uma vez que esta simbolizava uma dádiva e bênção da união familiar (Cunha, 2007).

Em suma, cada período histórico encerra em si uma infância diferente. Na era industrial a infância estava associada ao trabalho de fábrica, tal como é visível na obra de Charles Dickens *Oliver Twist*. Mas no início do século XIX começa a afirmar-se uma visão romanceada da criança, do amor-materno e de uma infância escolarizada (Prout e James, 1997). Nasce então uma visão binária, na qual a criança se contrapõe ao adulto, ela é irracional, o adulto é racional, um pertence à esfera privada, o outro à esfera pública. Em suma, a criança é um modelo do adulto, é uma tábua rasa que será moldada de acordo com o adulto (Almeida, 2016 [2009]).

Podemos desta forma e em conformidade com Cunha (2007), encontrar alguns fenómenos que provocaram uma mudança nas mentalidades. Primeiramente, a teoria Malthusiana que levou à redução da natalidade e, em segundo, a necessidade de especialização no trabalho das fábricas que conduziu a uma mudança na forma de ver as crianças. Consequentemente, as descendências tornam-se mais pequenas e mais limitadas, assistindo-se gradualmente a uma individualização, cada filho é diferente. A criança torna-se progressivamente um sujeito que é preciso acarinhar, educar e proteger. Assistimos ao fenómeno que Philippe Ariès definiu como sentimentalização da infância. Isto significa que o interesse pela criança foi crescendo, a afetividade por esta torna-se a razão da sua existência. Deste modo, a criança ganhou um estatuto central no quotidiano familiar. O crescente interesse na criança fez diminuir a fecundidade e conduziu à promoção de medidas de proteção e sobrevivência. Tal como refere Ariès, «(...) as pessoas passaram apenas a não deixar morrer, ou a ajudar a morrer os filhos que não desejavam» (Ariès 1988 cit. in Cunha, 2007 p.35).

Posto isto, e indo ao encontro de Marques (2008), a criança ganha um novo estatuto, passando a ter uma função fundamentalmente afetiva. A criança representa uma gratificação para os pais. Desempenha também, uma função simbólica de coesão, não como legitimação do casal, mas de concretização de um sentimento que enlaça os cônjuges. Todavia, é necessário ter em atenção que esta visão romantizada da infância

ocorre sobretudo na Europa e em meios mais favorecidos (Boyden,1997). A criança tem ainda, dependendo dos contextos sociais, uma função de papel, isto é, a criança leva consigo uma nova rotina para o meio familiar, um leque de atividades quotidianas que são consideradas gratificantes. Em meios mais desfavorecidos a criança desempenha, muitas vezes, uma função instrumental que reúne em si uma componente assistencial e económica (Cunha, 2007).

Numa breve nota, Boyden (1997) alerta-nos e faz-nos refletir sobre as infâncias marcadas pela violência, maus-tratos físicos e psicológicos, trabalho e exploração. A autora dá-nos vários exemplos: as crianças em campo de refugiados ou que residem em zonas de conflito armado; na Argentina onde os militares raptaram crianças, ou na Tailândia e Filipinas onde é frequente o rapto de crianças para a exploração sexual. A par destes fenómenos, a tendência é cada vez mais, para considerar a criança como um sujeito de direitos (Marinho, 2011) e a ideia de uma infância protegida difunde-se para além das fronteiras do mundo ocidental mais desenvolvido.

No caso português, as atitudes e perceções sobre a infância e parentalidade apontam para um consenso em que a parentalidade é vista como uma fonte de prazer e realização pessoal (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016). No entanto, esta visão não é isenta de contradições e ambiguidades, uma vez que a tarefa de educar os filhos pode gerar tensões no seio do casal (Marques, 2008).

Para concluir, com este ponto fica claro uma mudança no estatuto da criança na família e sociedade, o que levou à emergência de um novo conceito de infância em que a criança deixou de ser vista simultaneamente como um adulto em miniatura. O seu desenvolvimento não passa apenas por um processo de complexificação de etapas e pela mera aquisição de normas e valores (Almeida, 2011). A infância torna-se algo mais complexo, mais protegido. Um processo que exige dos pais envolvimento emocional e disponibilidade para acompanhar os seus filhos. Apesar de algo compensador, também é cheio de desafios, medos e incertezas.

1.3.3 Tendência de filhos únicos

A afetividade pela criança e a melhoria da condição social da infância trouxe importantes mudanças demográficas, que podem ser observadas na redução da natalidade e da mortalidade infantil. A longo prazo, ambas, a par do aumento da esperança média de vida, tem consequências na composição demográfica da sociedade, visíveis nas pirâmides demográficas.

Efetivamente, de acordo com Atalaia et. al.(2013), o reforço da privacidade na vida conjugal, associado à sua crescente sentimentalização, é evidente na redução da dimensão média das famílias: menos filhos, maior número de famílias unipessoais e decréscimo das famílias alargadas. As famílias são hoje cada vez mais pequenas, estando a dimensão média situada em 2,6 em 2011. Em contraste, as famílias complexas tendem a diminuir, refletindo o crescimento da autonomia do casal e da autonomia residencial; e maior diversidade da forma de viver e de constituir família, bem como o surgimento de novas perspetivas sobre o casamento e as relações de parentalidade. Viver em casal é, ainda, apesar da crescente pluralidade de formas e modos de funcionamento familiar, a forma predominante de organização familiar, representado cerca de 60% das famílias. Porém, tem-se vindo a registar um aumento das famílias monoparentais e das famílias unipessoais, que em 2011 representavam 8% dos arranjos familiares.

O movimento de transformação da vida familiar, visível nos indicadores demográficos, traduz uma valorização das escolhas pessoais e da autorrealização. Isto representa uma dinâmica central no processo de modernização das sociedades, incluindo da sociedade portuguesa, há um distanciamento face ao modelo familiar em que o homem é o provedor e figura de autoridade. Assiste-se a uma valorização individual do bem-estar e de realização afetiva, pelo que o divórcio se naturalizou (Santos e Dias, 2016) e cresceu, como mostram as estatísticas (Atalaia et.al.,2013).

Em consequência do adiamento dos projetos de parentalidade, verifica-se que as descendências são cada vez mais de filhos únicos, a tal ponto que Cunha fala da sociedade portuguesa como uma sociedade de filhos únicos (Cunha, 2012). As descendências podem ser vistas como um reflexo da modernização dos comportamentos reprodutivos, ou seja, traduzem uma tendência de conciliação entre vida profissional e vida familiar, devido, em muito, à crescente emancipação e autonomia das mulheres. Se, por um lado, o ideal se encontra em ter dois filhos, quando olhamos para as práticas efetivas verificamos que ocorre menos vezes do que é planeado, o que constituiu um indicador da existência de constrangimentos, tais como a precariedade laboral, que atinge em particular os adultos portugueses, bem como o problema de conciliação, entre outros fatores (Cunha, 2012). De facto, a fecundidade esperada é, em média, 1,8 (Rosa e Mendes, 2014). Porém, ao compararmos com a fecundidade desejada, que é de 2,3, observamos que fica aquém da expectativa, ou seja, há um desfasamento entre o esperado e o concretizado.

Rosa e Mendes (2014) chamam a atenção para o adiamento da parentalidade que se encontra, sobretudo, em quem deseja ter o primeiro filho.

Não obstante, é importante analisar as razões complexas pelas quais as descendências de filhos únicos são cada vez mais frequentes, já que estas carecem de uma interpretação mais aprofundada, não apenas centrada nas consequências demográficas, mas, também, na sustentabilidade das políticas públicas em vigor (Cunha, 2012). Deste modo, em conformidade com a investigadora citada, podemos sintetizar:

- constrangimentos materiais: entendidos como dificuldades económicas, problemas de emprego, dificuldade de alojamento e insegurança face ao futuro;
- obstáculos de ordem pessoal: a idade avançada, problemas de saúde e impossibilidades biológicas de ter filhos. Estes fatores, são decisivos quer no adiamento da maternidade para o primeiro filho, mas também no segundo filho, levando a que a média de intervalo de idades entre os dois filhos atinja cerca de 5 anos;
- falta de disponibilidade pessoal: dificuldade em conciliar o universo familiar e com o profissional, mas também ter sucedido uma experiência negativa durante a gravidez, ou já no parto, podendo ter ocorrido um aborto, ou existir problemas com o cônjuge;
- satisfação com a descendência: uma em cada dez mulheres, mães de filhos únicos apontaram esta razão para não querer mais filhos.

Os filhos únicos são, na sociedade portuguesa, conforme sublinha a autora, o reflexo de um cenário de contenção e, ao mesmo tempo, uma tentativa de concretizar a aspiração de ter filhos (Cunha, 2012). Este cenário resulta da adesão a um quadro normativo onde se julga que após a conjugalidade deve surgir um projeto de parentalidade, ou surge como uma forma de satisfazer o desejo da mulher em ser mãe. O desacordo e a ausência de negociação no casal são também apontados como razões que dificultam a transição para o segundo filho (Cunha, 2010).

Tetsa e Bolano (2018) afirmam que o laço entre a concretização do projeto de parentalidade e a intenção de ter um filho tendem a ser vistos isoladamente de outros fenómenos associados aos percursos de vida. Esta ligação pode ser o que faltava para uma compreensão mais completa sobre a baixa fecundidade. Assim, na perspetiva destes autores (Cunha, 2010; Tetsa e Bolano, 2018), além de olharmos para os indicadores sociodemográficos e económicos, é fundamental compreender e analisar os percursos de vida. As biografias são bastante complexas, pelo que geram formas bastante diversificadas de constituir e vivenciar a parentalidade, como, aliás, já foi referido anteriormente.

Em Portugal quando analisamos a fecundidade ao longo das décadas verificamos um declínio bastante acentuado. Cunha (2014) identifica três momentos chave:

- o primeiro ocorre em 1982, onde a renovação de gerações sofre um ponto de viragem ao registar-se um Índice Sintético de Fecundidade abaixo dos 2,1 filhos. A partir daí veio sempre a decrescer, deixando de se assegurar a renovação geracional;
- o segundo é em 1994, onde o número médio de filhos é de 1,5 colocando Portugal, pela primeira vez, na categoria de muito baixa fecundidade;
- o terceiro momento chave ocorre em 2012, onde se regista uma média de 1,2 filhos, colocando o país num patamar perigosamente baixo.

A baixa fecundidade está relacionada com a redução da população em idade ativa e reprodutiva, resultante do movimento de emigração característico da sociedade portuguesa que não é acompanhado de um regresso ou de um movimento de entrada de imigrantes de semelhantes proporções (Cunha, 2014).

O adiamento da entrada na parentalidade tornou-se um fenómeno comum na Europa, a que Portugal não é alheio, com consequências bastante visíveis no declínio da taxa de fecundidade. No início de 2000 praticamente toda a Europa, incluindo os países da antiga União Soviética, experienciaram um adiamento da parentalidade. Muitas mulheres, quer da Europa do norte, sul ou leste, entraram na maternidade com 28 e 29 anos. Neste aspeto, as mulheres suíças e espanholas destacam-se por serem as mães mais velhas da Europa, com média de idade no nascimento do primeiro filho de 29,3 (Frejka e Sobotka, 2008). Dados recentes do Pordata⁷, revelam que as mulheres portuguesas têm 30 anos aquando do nascimento do primeiro filho.

Para além dos fatores macrossociais é importante reparar que existem diversos fatores que influenciam as decisões reprodutivas. Tetsa e Bolano (2018) tentam sintetizar alguns desses fatores que ocorrem ao longo do percurso de vida, e que podem atrasar ou antecipar os projetos reprodutivos. A sua investigação conduzida na perspetiva do curso de vida, chegou às seguintes conclusões:

- O primeiro evento que influencia, quer para os homens, quer para as mulheres, nos projetos de natalidade é a coabitação. Quando o casal decide coabitar tem em mente um projeto de construir família.
- Em segundo, a intenção de regressar aos estudos afeta negativamente as intenções de parentalidade das mulheres, mas não afeta os planos dos homens.

⁷ Fonte:

<https://www.pordata.pt/Municipios/Idade+m%C3%A9dia+da+m%C3%A3e+ao+nascimento+do+primeiro+filho-843> consultado a 27 de setembro 2020.

- Em terceiro, a intenção de começar a trabalhar ou a mudança de emprego têm um efeito negativo na intenção de engravidar, sendo estes fatores estatisticamente mais significativo para as mulheres do que para os homens.
- Em quarto, as intenções de mudar de residência estão, para os homens, correlacionadas com a intenção de engravidar e ter filhos, mas não têm um efeito positivo equivalente entre as mulheres. Pode especular-se que a intenção de mudar de residência pode fazer parte de um plano maior de constituir família. O facto desta relação ser positiva nos homens pode estar associado ao modelo «ganha-pão», masculino sendo, o homem, neste caso, o principal responsável pelas escolhas económicas.

Os investigadores, salientando a perspetiva de género aliada à perspetiva do curso de vida, procuraram ilustrar não só como há acontecimentos durante o percurso de vida que influenciam os projetos de parentalidade, como influenciam as intenções de homens e mulheres de forma diferente. O presente trabalho beneficia não apenas dos conhecimentos teóricos e empíricos da sociologia da família como também do seu cruzamento com a perspetiva de género e do curso de vida.

Folha em branco

Capítulo 2: Opções Teórico-metodológicas

A presente investigação⁸ tem como objetivo compreender como é que os homens e as mulheres vivem a parentalidade e como esta é vivida no âmbito conjugal.

Deste modo procuraremos:

- Identificar representações e crenças sobre a parentalidade (indiferenciação de papéis de género ou a mãe como cuidadora natural e o pai como figura de autoridade e a escolha, ou não, da figura paterna ou materna para determinadas atividades);
- Compreender como é feita a divisão do trabalho doméstico e dos cuidados aos filhos e de que forma influencia a parentalidade;
- Explorar a questão da (des)igualdade na conjugalidade e parentalidade;
- Compreender de que forma a crise 2011/2014 e a atual pandemia de Covid-19 influencia, ou não, as intenções e os projetos reprodutivos dos casais;

Posto isto, observamos que a nossa investigação tem na sua base três alicerces ou principais eixos explicativos: o género, o contexto social de classe e o curso de vida.

Género

Quando estudamos as famílias deparamo-nos com duas perspetivas teóricas que se complementam e entrecruzam, a sociologia da família e os estudos do género (Santos e Dias, 2020).

Deste modo, no que respeita aos estudos do género, podemos identificar três perspetivas dominantes: a perspetiva da socialização, a performativa e, por fim, a perspetiva da dominação simbólica e/ou a da assimetria nas representações do género (Santos e Dias, 2020).

A perspetiva da socialização, pressupõe que os papéis de género são internalizados, ou seja, o indivíduo absorve os papéis pré-existentes como se fosse uma esponja, ou seja, de forma passiva. Distingue-se: a socialização primária que ocorre no seio familiar e que supõe que os indivíduos reproduzem os estereótipos e modelos comportamentais vivenciados na sua família de origem; da socialização secundária que ocorre através da

⁸ A atividade de pesquisa decorre da integração na equipa de investigação projeto PARENT: Procriação e Parentalidade em Contexto de Baixa Fecundidade, Mudança Familiar e Crise Económica (PTDC/SOC-SOC/29367/2017) com a bolsa de Investigação n.º 5/2020.

escola e convivência com os pares (Cunha et al., 2018). Esta é uma perspetiva estática, que coloca a ênfase no sistema social, não questionando os motivos das desigualdades de género e como são construídas e interpretadas pelos sujeitos (Santos e Dias, 2020).

A abordagem performativa considera que o género como uma representação é uma construção social que surge nas interações com os outros (Santos e Dias, 2020). Mais do que um traço fixo e estável, adquirido pela socialização, é uma construção fluída e contínua, é uma expressão da personalidade individual (Santos e Dias, 2020). Deste modo o género é algo construído e vivenciado de forma diferente. Elliot (2016), no seguimento do trabalho desenvolvido por Connell, identifica várias formas de experienciar as masculinidades: o padrão hegemónico, legitimando uma hierarquia que subordina, oprime e discrimina quem não segue este padrão e mantém a desigualdade de género; o padrão de cumplicidade, entendido como uma manutenção da ordem hegemónica heteronormativa apesar de não se concordar totalmente com ela; o padrão de masculinidade subordinada, subestimado e frequentemente excluído pelos outros dois tipos de masculinidades; e, por fim, a masculinidade marginalizada onde a discriminação é feita tendo por base a classe social, a etnia e/ou valores religiosos ou políticos (Elliot, 2016).

A abordagem performativa permite-nos observar as relações e interações dos indivíduos entre si, tanto nas relações com o grupo de pares como também nas relações conjugais e de parentalidade.

Por fim, a perspetiva da dominação, coloca o seu foco na estrutura social e no policiamento exercido para a manutenção da ordem de género (Amâncio, 1994). As representações assimétricas do género inserem-se num sistema social mais amplo, fortemente hierarquizado, no qual o homem exerce um poder de dominação (Santos, 2007). Se o masculino é associado a algo universal e é definido a partir de si, já o feminino é definido a partir de um contexto específico (o universo privado da família, dos sentimentos e da maternidade) e surge mais influenciado pelo grupo de pertença e o estatuto social (Amâncio 1992).

Contexto Social de Classe

A classe social é um conceito mediador (entre as estruturas sociais e as práticas e disposições individuais) que nos permite observar como os indivíduos interagem com as ideologias comuns e que significados lhes atribuem, ou seja, este conceito permite-nos articular o nível individual e microssocial de análise com as trajetórias coletivas, e os eventos e fatores macrossociais (Santos, 2008; Santos e Dias, 2016).

Deste modo, através da classe social, podemos diversificar a forma de expressar e pensar a conjugalidade e a parentalidade, consoante a pertença social dos agentes já que esta pressupõe diversos recursos culturais, económicos, escolares e sociais (Santos, 2008).

Dado que as estruturas sociais influenciam as práticas sociais são um importante contributo para a matriz interacionista. A centralidade do indivíduo e o protagonismo das suas interações, não impede a articulação com o contexto social mais amplo onde essas ações têm lugar e sofrem condicionalismos (Santos, 2008).

Porém, tentar explicar as representações e práticas estabelecidas individualmente apenas com base no estatuto social dos seus protagonistas é manifestamente insuficiente, pelo que, numa abordagem interacionista, é necessário refinar a análise e integrar o processo através do qual os atores sociais constroem a realidade (Santos e Dias, 2016).

Curso de Vida

O curso de vida deve ser compreendido à luz de uma relação entre um paradigma teórico e prático (Machado 2009, cit. in Nico, Cunha e Casimiro 2016), ou seja, existem diversas conjugações possíveis entre o curso de vida e a família. A conceção de família é bastante heterogénea, já que se incluem dinâmicas dentro da família, a relação com o exterior, com o trabalho, a parentalidade e as transições associadas ao percurso de vida e familiar (Nico, Cunha e Casimiro, 2016).

Através do curso de vida, é possível analisar e interpretar eventos de vida no seu panorama global e na sua interação entre futuro e passado (Nico, 2011).

Deste modo, observar a forma como os eventos de vida se organizam e conduzem a decisões reprodutivas diferentes gera uma visão menos normativa na medida em que permite explicar em profundidade os eventos que conduzem a determinadas situações (Tetsa e Bolano, 2018).

Tetsa e Bolano (2018), afirmam que as intenções de fecundidade são muitas vezes analisadas de forma isolada, ignorando que a fecundidade é afetada pelas trajetórias individuais e não apenas por fatores macrossociais. Assim, ao incluirmos os percursos individuais assistimos a uma heterogeneidade e despadronização das vivências familiares, bem como das formas de construir e constituir família. Tudo para ilustrar que os indivíduos não são meros atores à espera de cumprir um calendário, mas que existem outros fatores que podem adiar ou antecipar os planos traçados (Tetsa e Bolano, 2018).

De facto, estes investigadores observam que não só há acontecimentos durante o percurso de vida que influenciam os projetos de parentalidade (início de coabitação, intensão de regressar aos estudos, começar um novo trabalho e mudar de residência), como influenciam as intenções de homens e mulheres de forma diferente, indicando ainda que a vida familiar é fortemente genderificada.

Em síntese, a teoria do curso de vida procura valorizar o tempo interno da família, ou seja, procura estudar como o tempo social interfere nos momentos de decisão e transição mais significativos e de que forma se entrelaçam (Santos, 2008). De facto, esta perspetiva permite-nos ter uma visão dinâmica e longitudinal da conjugalidade e da parentalidade e dos itinerários familiares (Segalen, 1999 cit in Santos, 2008).

2.1 Modelo de análise

O modelo de análise que se segue (ver figura 1) procura compreender as experiências da parentalidade através de três eixos explicativos principais: **o contexto social de classe, o género e o percurso de vida**. Como mostram vários estudos (Wall, Aboim e Marinho, 2010; Santos, 2008), os percursos biográficos não existem no vazio social e são eles próprios estruturados por contextos sociais e de género. Assim, procuramos saber como os homens e as mulheres entrevistados com diferentes recursos e qualificações escolares e profissionais⁹ pensam e vivenciam a parentalidade. Quando observamos o percurso de vida o nosso olhar centra-se nas trajetórias individuais (escolares, profissionais, familiares), nas transições mais significativas da vida familiar (entrada na conjugalidade, nascimento dos filhos) e nos eventos da história de vida pessoal na sua articulação com os contextos mais amplos e de pertença dos indivíduos pesquisados.

O modelo de análise esquematicamente sintetizado na figura 1, destaca ainda, para além dos eixos explicativos principais, as duas dimensões de análise mais importantes consideradas no nosso estudo: por um lado, as **representações e práticas parentais** e, por outro, as **dinâmicas conjugais e familiares**.

⁹ O conceito de classe social, de acordo com os critérios definidos no âmbito do projeto PARENT, foi operacionalizado, fundamentalmente, através do nível de escolaridade dos entrevistados. Como se trata de um estudo qualitativo, a análise do percurso de vida permitiu conhecer também os contextos sociais de classe das famílias de origem dos indivíduos, o seu trajeto profissional e condição perante o trabalho ao longo da vida, nomeadamente, antes e após a entrada na conjugalidade e na parentalidade, tendo em atenção não apenas as qualificações profissionais do entrevistado/a e do seu cônjuge como, também, as entradas e saídas do mercado de trabalho (períodos de desemprego) e tipo de vínculos laborais.

Partimos do pressuposto, tal como ficou demonstrado noutros estudos (Wall, Aboim e Marinho, 2010), que o exercício da parentalidade, considerando as práticas (comportamentos), e os seus significados (representações), é um elemento das dinâmicas familiares, em especial das dinâmicas conjugais. Assim, por exemplo, práticas e representações mais modernistas da parentalidade, ambas cúmplices de uma visão do casal assente em valores companheiristas e modos de funcionamento mais igualitários, do ponto de vista dos papéis de género, influenciam quer as práticas parentais, quer os seus significados. Deste modo, procuramos analisar de que forma a divisão conjugal do trabalho pago e não pago, com destaque para a divisão dos cuidados aos filhos, tarefas, responsabilidades e atividades, são vividos no quotidiano do casal e como são transmitidos e percecionados pelos filhos. Esta é uma forma de observar a construção da (des)igualdade na conjugalidade e na parentalidade, de acordo com a perspetiva de que esta última, e a forma como é construída e vivenciada, está intimamente ligada à dinâmica e aos diferentes perfis de interação conjugal.

A dimensão principal explora, mais especificamente, as representações e as práticas parentais. Procura-se aqui analisar os ideais e projetos de parentalidade, as intenções e decisões reprodutivas dos homens e das mulheres a viver em casal (com atenção particular à transição, ou não, para o segundo filho), a centralidade e o significado da criança na vida familiar, o significado atribuído ao papel paternal e maternal (competências, emoções), as aprendizagens dos cuidados/educação dos filhos e o papel de familiares, de profissionais e dos saberes oriundos das redes sociais nessas aprendizagens, conceções e vivências da paternidade e da maternidade.

Procura-se ainda conhecer o impacto das crises - a de 2011/2014 e, a mais recente, relacionada com a pandemia Covid-19 - nas vidas individuais e familiares, numa perspetiva que considera a cumplicidade e entrosamento existente entre o tempo social e os trajetos pessoais. Para além dos impactos nas decisões reprodutivas e no trabalho profissional, pretendemos explorar as dificuldades, as tensões nos relacionamentos, em especial entre pais e filhos, e as mudanças nas rotinas familiares das mulheres e dos homens entrevistados por efeito dos contextos de crise.

Tudo isto com a finalidade de observar como é que todos estes fatores interligados influenciam as experiências da parentalidade, significados e práticas, e os projetos de fecundidade dos casais pesquisados.

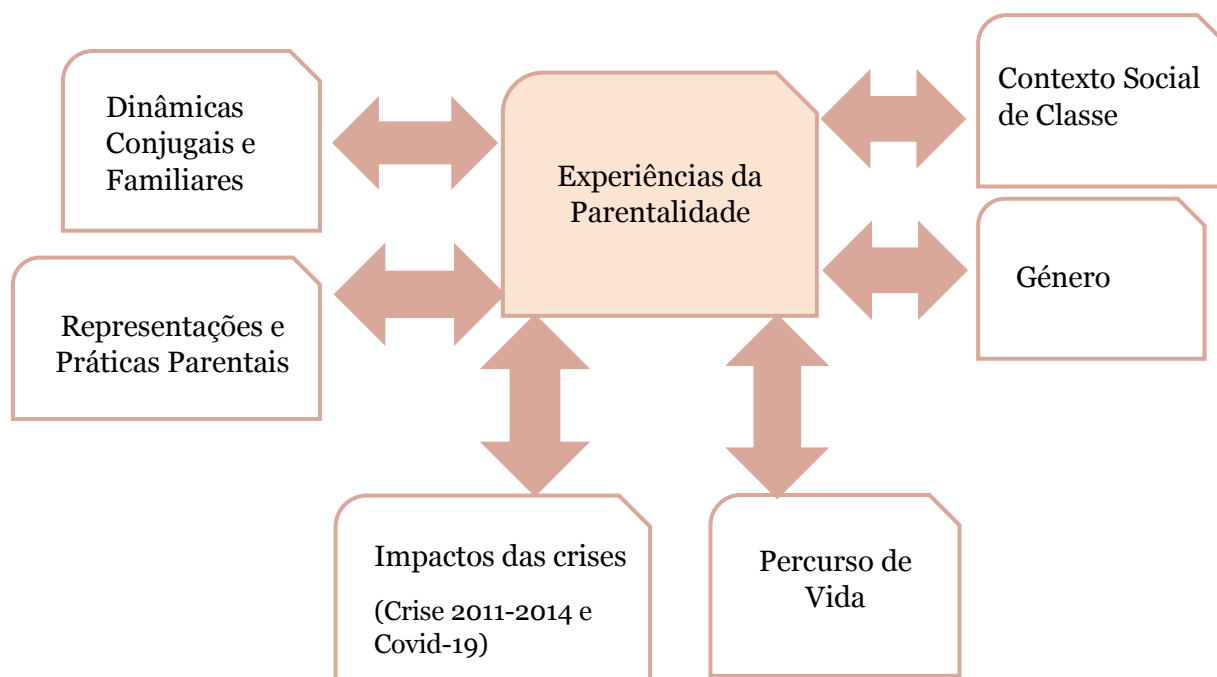


Figura 1: Modelo de análise

2.2 Pesquisa qualitativa: opções e discussão metodológica

2.2.1 A pesquisa qualitativa

Com base num pressuposto construtivista, a metodologia qualitativa prevê flexibilidade na técnica aplicada, permitindo reformulações e adaptações durante o processo de investigação, num vaivém entre teoria e empiria, isto é, entre terreno e problematização teórica (Santos,2014).

Por isso, e mantendo a coerência com os objetivos traçados, adota-se nesta investigação uma metodologia qualitativa, olhando em profundidade a vivência da parentalidade do ponto de vista dos atores sociais.

Santos (2014), afirma que é frequentemente recomendado ao investigador que mantenha uma postura de neutralidade e que siga um guião padronizado, tendo em vista a maior objetividade dos dados recolhidos.

Torna-se necessário ressaltar e clarificar que neutralidade e objetividade científica são conceitos diferentes¹⁰. A neutralidade, numa perspetiva positivista, supõe que o investigador não demonstre qualquer tipo de interesse ou sentimento pelo objeto de estudo e mantenha uma atitude distante face aos participantes da pesquisa. Postura diferente é recomendada por autores como Kaufmann que defendem uma relação aprofundada com os atores sociais e o envolvimento do investigador com os seus

¹⁰ Apontamentos das aulas de Metodologias de Investigação do Mestrado de Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais lecionada pela Professora Doutora Filomena Santos.

informantes/participantes de modo a obter uma maior qualidade das narrativas e discursos. O autor da «entrevista compreensiva» afirma que mais do que uma técnica esta corresponde a um posicionamento teórico-metodológico, situado nos antípodas da neutralidade científica-um caminho para a construção de uma sociologia, também ela, «compreensiva» (Kaufmann, 1996¹¹ in Santos, 2014).

Por sua vez, a objetividade científica significa que há um conjunto de procedimentos metodológicos a serem seguidos e, abordagens teóricas, que nos permitem fazer uma interpretação objetiva dos fenómenos. Nesta perspetiva, o trabalho qualitativo de objetivação, que avança de forma progressiva, depende mais da problematização teórica do que de um conjunto de técnicas.

No caso da pesquisa qualitativa, o objetivo não é fazer uma mera descrição do fenómeno social, já que não acrescentaria nada à discussão sociológica, mas antes compreender e aprofundar o conhecimento, contribuindo para o seu refinamento e qualidade do mesmo (Augusto, 2014).

De acordo com estas propostas, optámos por uma abordagem qualitativa de recolha e análise de dados que nos permite aprofundar o conhecimento sobre os percursos de vida, sobre os fatores que influenciam as decisões reprodutivas e as vivências da parentalidade na sua diversidade.

2.2.2 Entrevista em profundidade e entrevista interativa

O estudo sociológico insere-se na realidade social, sendo que quanto mais próximo o investigador se encontra dela e quanto menor forem as fronteiras entre sujeito e objeto de estudo, melhor será o entendimento (Lalanda, 1998).

A mesma socióloga continua afirmando que essa aproximação à realidade social é possível através de técnicas como as histórias de vida, as biografias e as entrevistas em profundidade. Lalanda (1998) alerta-nos para a necessidade de fazermos uma distinção entre narrativa de vida e história de vida. A primeira remete-nos para o discurso que o ator social faz sobre o seu percurso de vida, «onde se conta» e é relativo a acontecimentos, momentos significativos ou fases do seu trajeto de vida; já a segunda implica «a globalidade de uma existência».

A entrevista em profundidade quando pretende captar trajetos pessoais e familiares, momentos de transição significativos na vida dos indivíduos e experiências subjetivas, como é o nosso caso (entrada e experiências de parentalidade), recolhe necessariamente

¹¹ Kaufmann, Jean-Claude (1996), *L'Entretien Compréhensif*, Paris : Éditions Nathan.

elementos biográficos. Deste modo, justifica-se o recurso à entrevista em profundidade, de estilo biográfico, no âmbito desta pesquisa. A opção por um formato de guião semiestruturado, permite, por um lado, analisar questões previamente delineadas, de acordo com os nossos objetivos e modelo de análise, e, por outro, dar liberdade aos entrevistados para contarem as suas experiências e construírem as suas narrativas de vida.

Lalanda (1998) realça que a entrevista em profundidade não depende só de um conjunto de procedimentos técnicos, mas, também, da relação de empatia que se estabelece entre investigador e entrevistado. De salientar que na condução de entrevistas, para além do envolvimento e escuta atenta, é necessário estabelecer uma relação de confiança, onde o entrevistado é o centro. Quer isto dizer, entre investigador e entrevistado deve existir uma relação de confiança e de proximidade, contrariamente ao que é entendido como neutralidade. O investigador deve procurar a objetividade científica, mas deve criar uma relação de confiança para que o entrevistado tenha vontade de partilhar e sinta que está num ambiente seguro para o fazer, livre de julgamentos. Para além disso, as abordagens mais informais e flexíveis na interação com os entrevistados têm a vantagem, ao contrário dos protocolos de inquérito padronizados e rígidos, de mitigar o problema da assimetria de poder que se estabelece entre investigador e investigado, suscetível de conduzir a enviesamentos, estratégias de encobrimento e dados menos ricos e detalhados (Santos, 2014).

É por isso que Kaufmann entende a entrevista em profundidade como uma entrevista compreensiva e define-a como um processo empático que conduz a uma atitude ativa por parte do cientista social. O objetivo é interpretar e compreender as vivências do entrevistado e os significados que ele atribui à realidade vivida (Santos, 2014). Este é encarado como um informador privilegiado e a entrevista compreensiva um processo dialético, de «bricolage», que permite ao investigador aceder ao mundo do entrevistado através da articulação de diversos níveis do social: micro/macro, objetivo/subjetivo (Santos, 2014).

Os métodos biográficos baseiam-se numa sociologia à escala individual sem deixarem, contudo, de inserir os indivíduos no seu contexto. Possibilitam, assim, fazer uma reconstrução do percurso de vida ou reconstruir um fenómeno concreto, procurando chegar à sua origem (Lalanda, 1998; Rosenthal, 2004; Callejo, 2005; Santos, 2014; Cardenal, 2016).

Santos (2006) discute a questão da entrevista interativa centrada no casal na sua tese de doutoramento. Entrevistar os dois elementos do casal em conjunto, em vez de separadamente, poderá constituir uma mais-valia no enriquecimento dos testemunhos

e narrativas recolhidas, bem como uma forma de ultrapassar algumas dificuldades no acesso a determinado perfil de entrevistados. Poderá também constituir uma estratégia para diminuir eventuais sentimentos negativos relacionados com a perceção da diferença de estatutos sociais. A socióloga alerta-nos para alguns constrangimentos que podem existir, sobretudo quando se entrevista pessoas com baixo nível de escolaridade, tais como o medo de «dizer algo errado» ou não ser capaz de responder, a necessidade de corresponder às expectativas e respostas orientadas com base no que se julga ser «politicamente correto».

Apesar da opção de entrevistar apenas um elemento do casal, esta regra foi quebrada uma vez (Mário e Joana). Poder-se-ia pensar que a intervenção da esposa de Mário seria um obstáculo que poderia constranger as respostas. Mas tal não se verificou, de facto o casal pareceu estar em sintonia quanto aos aspetos da vida familiar, cuidados dos filhos e divisão do trabalho doméstico. A participação da Joana foi encarada como uma mais-valia para complementar a intervenção do entrevistado. Aliás, Mário resistiu, no início, a dar a entrevista e foi ele que solicitou uma entrevista conjunta com a sua mulher. Deste modo sentiu-se mais à-vontade para falar de assuntos (filhos, família) que à partida, segundo a sua perspetiva, as mulheres «sabem mais».

2.2.3 População estudada e guião de entrevista

Na qualidade de bolsista de investigação do Projeto PARENT realizei entrevistas na região das Beiras e Serra da Estrela, num total de 24 entrevistas¹². Os critérios de seleção das entrevistas, para efeitos de realização da presente dissertação, em número de seis, estão de acordo, por um lado, com as questões da pesquisa e obedecendo aos interesses da investigadora e, por outro, dizem respeito à tentativa de constituírem bons exemplos da diversidade de modos de construção da parentalidade em diferentes gerações¹³, contextos sociais de classe e género. Assim, na tentativa de diversificar a amostra procurámos homens e mulheres com vários níveis de escolaridade (básico, secundário e superior), diferentes idades e qualificações profissionais e, ainda, a viver em conjugalidade com filhos menores (pelo menos um até aos 16 anos). Os participantes

¹² O projeto mais amplo em que participei – PARENT: Procriação e Parentalidade em Contexto de Baixa Fecundidade, Mudança Familiar e Crise Económica - tem uma forte componente regional e engloba várias regiões do país: para além da região das Beiras e Serra da Estrela, incluiu a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores.

¹³ Embora a idade (e a mudança geracional) não seja uma questão central no nosso modelo de análise, os entrevistados pertencem a coortes de indivíduos nascidos em 1970-1974 e 1980-1984, de acordo com os critérios da amostra definidos pelo Projeto PARENT.

deste estudo residiam em diversas localidades da região das Beiras e Serra da Estrela (Concelho da Covilhã, Fundão, Guarda e Sabugal).

O guião de entrevista construído no âmbito do projeto PARENT encontra-se dividido em sete partes/tópicos (ver anexo 1) e foi aplicado na íntegra aos participantes da presente investigação. Porém, os dados recolhidos junto dos mesmos não foram trabalhados na sua totalidade. A seleção de partes do guião, e respetivas respostas, para efeitos de análise, foi feita em função das questões e dos objetivos construídos em função desta pesquisa. A descrição e análise dos casos estudados beneficiou, contudo, da informação recolhida ao longo de toda a entrevista.

A construção do guião de entrevista foi um processo dinâmico. Numa primeira fase, após pesquisa exploratória, foram redigidas as questões a serem consideradas e de seguida afinadas, considerando os objetivos traçados. Num segundo momento foi aplicado um pré-teste através da realização de entrevistas em diferentes regiões. O pré-teste aplicado na região das Beiras e Serra da Estrela teve a duração de 3 horas e 10 minutos. Este pré-teste serviu para considerar questões que pudessem estar confusas e situações de cansaço, tanto da parte do entrevistado como do entrevistador. Após este momento foram realizadas alterações que levaram ao guião final que aplicámos nas entrevistas.

Assim, as entrevistas foram realizadas através da aplicação de um guião semidiretivo onde, para além da recolha de dados de caracterização dos indivíduos, foram explorados os temas da pesquisa (ver guião anexo 1). Na parte inicial de caracterização sociodemográfica do entrevistado são consideradas variáveis como o nível de escolaridade, estado civil, ano de nascimento e constituição do agregado familiar. As restantes partes do guião dizem respeito às experiências e significados de ser pai/mãe, enquadrando-se aqui a análise de questões como os ideais de descendência, a experiência da gravidez e do parto, o usufruto de licenças e as decisões de ter o primeiro filho e de avançar, ou não, para o segundo e terceiro filho. O guião contém também questões sobre os cuidados das crianças, procurando saber como os pais e as mães aprenderam a cuidar e a educar os seus filhos, quais as representações, ideais e práticas parentais e como fazem a divisão conjugal dos cuidados aos filhos. No final, o guião apresenta um conjunto de questões sobre o impacto da crise económica 2011/2014 e da atual pandemia de Covid-19 na procriação e parentalidade.

2.3 Entrada no terreno e trabalho de campo

A entrada no terreno teve em consideração os critérios da amostra intencional, como anteriormente referidos.

Do ponto de vista geográfico, apesar da amplitude territorial, o trabalho centrou-se nos concelhos da Covilhã, Fundão, Guarda e Sabugal, pois são os locais onde a investigadora tem contactos mais próximos que facilitaram o recrutamento dos entrevistados. Usou-se aqui o método bola de neve. Alguns contactos efetuados junto de associações e instituições da região de Seia, Castelo Branco, Oleiros, Idanha-a-Nova, entre outros, com o objetivo de conseguir potenciais entrevistados revelaram-se infrutíferos. Assim, a totalidade das entrevistas, incluindo os seis casos analisados, não contemplam a região da Beira Baixa.

Deste modo a aproximação ao terreno foi feita de duas formas: a primeira através de contactos próximos que indicaram pessoas para serem entrevistadas, entre amigos e familiares, que por sua vez indicaram outras pessoas; a segunda através do contacto direto com comerciantes locais foi menos bem-sucedida, mas, ainda assim, foi possível obter alguns entrevistados.

De notar que, numa primeira fase, a aproximação ao terreno foi facilitada, no sentido que coincidiu com o facto de o comércio e outras atividades estarem a funcionar. Porém, com o avançar do tempo e o confinamento geral, restrições de horários e circulação, imposto pelos sucessivos Estados de Emergência, a pandemia veio limitar substancialmente o acesso à população, quer em termos locais, na Covilhã, quer noutros concelhos.

Se inicialmente as entrevistas foram realizadas presencialmente, assegurando todas as regras de segurança, e registadas através de um gravador, com o avançar da pandemia Covid-19, verificou-se a tendência para os entrevistados preferirem¹⁴ uma entrevista à distância, realizada de plataformas online – o zoom foi o meio mais utilizado.

Conforme referido anteriormente, das 24 entrevistas seleccionámos 6 casos dado as limitações na execução e prazo de entrega, bem como o limite do número de páginas da dissertação.

As entrevistas tiveram um tempo médio de duração de uma hora e meia a duas horas, havendo casos que excederam às três horas. O trabalho de campo teve início a 29 de setembro de 2020 e ficará concluído no final do mês de outubro de 2021. As seis

¹⁴ Nos contactos efetuados foi sempre dado ao entrevistado a opção de escolher entrevista presencial ou entrevista online.

entrevistas incluídas no presente trabalho de investigação foram realizadas entre setembro e novembro de 2020, tendo sido uma delas presencial e as restantes cinco online.

Capítulo 3: As entrevistas

Este capítulo encontra-se dividido em dois grandes subcapítulos.

O primeiro onde apresentamos os casos estudados, onde fazemos o retrato sociológico começando com uma breve caracterização, seguindo-se a apresentação do processo de entrada na parentalidade, a perceção do que é ser pai e mãe, como é feita a divisão do trabalho doméstico e dos cuidados aos filhos e quais os impactos da crise económica e da pandemia Covid-19 na vida familiar. Cada apresentação é finalizada com um esquema biográfico que procura sistematizar alguns dos eventos de vida dos entrevistados.

No segundo subcapítulo, é realizado a análise e discussão dos dados recolhidos e finalizaremos com uma breve síntese dos mesmos.

A amostra recolhida é composta por dois homens e três mulheres e um casal. Todos os entrevistados vivem em conjugalidade, têm filhos, quatro estão casados e dois vivem em coabitação conjugal. Quanto aos níveis de escolaridade, temos dois licenciados, dois com 12.º ano e dois com 9.º ano. Todos os participantes foram entrevistados sem a presença dos seus cônjuges, com exceção de um caso: Mário e Joana.

3.1 Apresentação dos casos

António

Tem 38 anos, vive em conjugalidade com a Joana, começaram a viver juntos em 2012 e têm um filho de dois anos e meio que frequenta a creche na cidade onde vivem. António é licenciado e Joana tem um mestrado.

O António é fisioterapeuta e, como forma de complemento do seu rendimento, apoiou crianças com necessidades educativas especiais. Até setembro de 2020, trabalhou como trabalhador independente num consultório de fisioterapia, porém com o avançar da pandemia de Covid-19 foi despedido e com a suspensão das atividades letivas António deixou de ter qualquer tipo de rendimento. Restando apenas o de Joana que trabalha como gestora numa cadeia de hipermercados.

De facto, se a crise 2011-2014 não afetou o jovem casal de forma muito severa, a pandemia trouxe um corte no orçamento familiar de cerca de 500 € mensais. A Joana manteve o seu trabalho e assim o casal conseguiu, até à data, manter as contas equilibradas.

Além da quebra financeira, António sente que a única diferença que a pandemia trouxe no seu quotidiano foi a possibilidade de estar mais tempo com o filho e a Joana. Do ponto de vistas das atividades domésticas, afirma que na sequência de estar mais tempo em casa teve de fazer algumas tarefas com mais frequência, como por exemplo cozinhar as refeições.

Durante o ano de 2016, após a conclusão de uma segunda licenciatura, António e Joana consideraram que estava na altura de terem um filho. Neste período residiam juntos há cerca de 4 anos. Assim, durante o ano de 2017, consultaram médicos para verificar o estado de saúde de Joana e, com aval médico, avançaram com a gravidez.

António descreve que o período de gravidez foi vivido com muita ansiedade, não só por Joana estar a trabalhar em Santarém, longe de casa, mas também por ser o primeiro filho e, pelo facto de Joana ter apanhado varicela a meio da gravidez. No momento do nascimento, António assistiu ao parto e descreve esta experiência com grande entusiasmo e como uma sensação única: *«Não há palavras que consigam descrever o que é ser pai, o que é assistir ao nascimento do filho, o que é ter o primeiro filho»*.

Ser pai já fazia parte dos planos do António desde jovem. Idealmente gostaria de ter dois filhos, um menino e uma menina.

O primeiro passo foi dado, porém, Joana demonstra alguma resistência na vinda de um segundo filho. Não só pela atual conjuntura pandémica, mas, também, pela situação económica do casal e situação de desemprego do António.

O primeiro ano de vida do filho, Martim, foi complicado, as questões associadas à saúde do filho foram as que mais sobressaltaram o casal, sobretudo no início do inverno, quando chegaram as otites e as idas frequentes ao hospital. Por isso, os pediatras foram uma fonte de apoio nos cuidados ao filho. Mas não foram as únicas, António afirma que a aprendizagem dos cuidados ao bebé também foi feita com a família, nomeadamente, com as sugestões das avós, mas, também, com as conversas entre amigos e a experiência quotidiana.

De facto, António vê a entrada na parentalidade com grande entusiasmo: *«Ganhei um companheiro para a vida. Um amor indescritível»* pelo que sente que as perdas, que surgem com o nascimento de um filho, são compensadas por

poder ter mais tempo com ele. A maior dificuldade que encontra atualmente é na procura de emprego: sente-se condicionado pelos horários da companheira e da creche que Martim frequenta, mais apertados na sequência da pandemia.

Aquando do nascimento de Martim o casal usufruiu de cinco meses de licença de parentalidade com bónus de um mês. António justifica esta escolha como uma forma de adiar a entrada na creche, que se sobrepõe à perda de rendimento.

Nesta decisão, de colocar o Martim na creche, o casal estava de acordo. Todavia, idealmente, António teria preferido que o Martim passasse apenas 4 a 5 horas na creche e o restante tempo com os pais em casa. Porém, a falta de uma rede de apoio familiar que facilitasse a articulação e a gestão entre os horários profissionais e a vida familiar, levou a que o casal não tivesse tido outra opção além de colocar o Martim na creche com cerca de 6 meses.

No seio da vida familiar, a divisão do trabalho doméstico é feita consoante as circunstâncias, com exceção do banho que é realizado pela Joana. De forma geral, António sente-se satisfeito com a forma como dividem as tarefas e os cuidados. Inclusivamente afirma que se tivessem outro filho a divisão seria semelhante.

No que respeita ao afeto e à autoridade, António acredita que não devem existir diferenças. Reforça ainda que a questão de ser mais ou menos autoritário não se relaciona com o papel de mãe ou de pai, mas com a personalidade de cada um. Por isso considera que o filho tanto procura a mãe como o pai, quer quando procura afeto, quer quando quer brincar.

António acha que tanto a mãe como o pai podem cuidar da mesma forma, as diferenças sentidas podem surgir da personalidade e pré-disposição de cada indivíduo. No entanto, o bebé pode sentir essas diferenças, sobretudo nos primeiros meses, quando a alimentação é proveniente da amamentação.

Em resumo, António considera que não deve haver diferenças entre pai e mãe, e estes devem estar em sintonia relativamente à educação do filho; quando isso não acontece considera que o casal deve conversar de forma que o filho não perceba o desacordo.

Para o futuro, António espera que o filho seja respeitador e educado. Que se oriente por valores como a honestidade, o amor e a compreensão pelos outros. Acima de tudo deseja que o seu filho seja feliz.

Esquema Biográfico: António

	Ano	idade	Evento
Pandemia Covid-19	2021		
	2020	38	Desemprego.
	2019	37	
	2018	36	Com 6 meses, Martim vai para a creche. Nasceu o filho Martim. Joana foi trabalhar para Santarém.
	2017	35	
	2016	34	Termina a segunda licenciatura.
	2015	33	
	2014	32	
Crise economia – austeridade	2013	31	Joana termina o mestrado e começa a trabalhar.
	2012	30	Começa a morar junto com a Joana. Começou a trabalhar como fisioterapeuta. Inicia a segunda licenciatura.
	2011	29	
	2010	28	
	2009	27	

Carolina

A Carolina tem 37 anos, é casada e tem uma filha de dois anos e meio. A Carolina tem o 12.º ano concluído, iniciou o curso de direito, porém não se identificou e acabou por desistir. Após a desistência começou a trabalhar numa loja de roupa. O marido, Carlos, tem 41 anos, é licenciado e encontra-se a trabalhar como professor de Educação Física numa Câmara Municipal entre as 9h e as 17:30, onde pertence ao quadro de pessoal.

Quando a Carolina engravidou deixou de trabalhar, situação que mantém até hoje, e o marido pediu, com o nascimento da filha, transferência para um local de trabalho mais próximo da residência.

Carolina e Carlos casaram em 2015 e após 3 anos nasceu a Ana. Ambos estavam de acordo. O plano seria terem dois filhos, tendo como limite os 40 anos de Carolina.

A vinda de um segundo filho é um plano em aberto para o casal, porém a pandemia veio adiar este segundo nascimento. Afirma, no entanto, que após um segundo filho não tenciona ter um terceiro.

A gravidez correu de forma tranquila. Não surgiram sobressaltos, foi um período de tal forma tranquila que aos 8 meses saiu à noite. Conta que os primeiros sintomas de gravidez não foram os mais tradicionais, tendo pensado que apenas estava com alguma alergia.

Descreve o momento do parto como tranquilo. Porém, o marido só pôde assistir ao parto no momento da expulsão, pois os médicos receavam que acontecesse alguma coisa, porque a bebé estava muito subida.

Com o nascimento da Ana, surgiram novas mudanças, que Carolina considera ocorrerem de forma natural. A maior mudança que sente foi nos horários, por exemplo: ter de fazer as refeições num horário mais cedo, meio-dia, e ser consistente nesse horário. Mas também sente que ficou uma pessoa mais calma e mais paciente.

A Carolina sente que já tinha uma pré-disposição para tomar conta de crianças. Não só pela aprendizagem que fez ao longo da vida ao tomar conta de primos, mas sente que é algo inato e que surge com o nascimento da filha.

A vinda da filha não veio alterar a relação conjugal ou gerar tensões. A Carolina não usufruiu de licença por se encontrar em situação de desemprego, mas o marido usufruiu de 5 meses de licença e depois foi usufruindo de períodos de férias para acompanhar a filha.

No que concerne aos cuidados com a filha, Carolina acredita que tanto pai e mãe cuidam de formas diferentes, por serem pessoas com personalidades diferentes, mas também associa ao sexo.

Apesar de fazer a divisão das tarefas domésticas, Carolina afirma que houve momentos que considerou que o marido podia ser mais participativo: *«Eu acho que correu tudo muito bem, mesmo ao nível das tarefas de cada conseguimos conciliar as coisas. É claro, de vez em quando era capaz de ir ao Carlos [e dizer] Podias ter feito e não fizeste enquanto eu estive a fazer, mas acho que até correu bem».*

Assim, a Carolina nota que a filha, de dois anos e meio, tem tendência para escolher a mãe e o pai para atividades específicas, por exemplo dormir é sempre a mãe.

Mas também ocorre a Joana ficar em casa a tratar das lides domésticas enquanto o marido e a filha saem em atividades desportivas.

Em novembro de 2019, quando a Ana já tinha 1 ano, optaram por colocá-la na creche. Porém, com o crescente agravamento da pandemia de Covid-19 optaram por retirá-la da creche e a família mudou de casa para uma quinta.

De facto, a pandemia levou não só à mudança de casa para um meio mais rural, onde o casal considerou que teriam mais liberdade, como levou a que o seu agregado familiar tivesse mais um elemento, a avó de Carolina.

Os condicionamentos colocados com os sucessivos Estados de Emergência, também fizeram com que adiassem um projeto profissional e também, dada a afluência aos hospitais, o nascimento de um segundo filho.

Carolina deseja que no futuro a sua filha não seja egoísta e tenha empatia pelas pessoas que lhe são próximas, mas também que não seja ingénua e se deixe enganar.

Esquema Biográfico: Carolina

	Ano	idade	Evento
Pandemia Covid-19	2021		
	2020	37	Entre agosto e novembro a avó de Carolina junta-se ao agregado. Mudança de residência temporariamente. Março optam por tirar Ana da creche.
	2019	36	Novembro a Ana entra para a Creche.
	2018	35	Nascimento da filha.
	2017	34	Inscreveu-se no curso superior – mas não chegou a frequentar.
	2016	33	Trabalhou numa loja de roupa. Desistiu do curso de Direito.
	2015	32	Casou com Carlos.
Crise economia – austeridade	2014	31	
	2013	30	
	2012	29	
	2011	28	
	2010	27	
	2009	26	

Óscar

Óscar tem 39 anos. É casado com a Manuela que também tem 39 anos. Ambos têm o 12.º ano e trabalham como cabeleireiros num estabelecimento criado pelos dois. O Óscar acumula a profissão de cabeleireiro com a de formador.

O casal tem dois filhos, o mais velho, Gabriel, tem 10 anos e frequenta o quinto ano e o mais novo, Joaquim, tem 3 anos, frequenta a pré-escola. O primeiro filho nasceu 9 anos após o casamento.

A gravidez correu bem, apesar ter passado por indisposição severa que a levou a deixar de trabalhar. O filho nasceu aos 8 meses, descreve que nasceu de forma muito rápida e, por isso, não conseguiu assistir.

Para a vinda do segundo filho, sentiram que houve um pouco de pressão do mais novo que via os colegas com irmãos e, por isso, pedia para ter um. No momento do parto, deste segundo filho, também não pode assistir, por questões profissionais.

A vinda de mais um filho trouxe mudanças positivas à família, porém não foi tão complicado como achou que poderia ser. As noites mal dormidas foram o maior desafio. Também aponta algumas limitações do ponto de vista da vida social, já que têm de respeitar a rotina do bebé. A vinda de um filho é também um momento de ver quem são os verdadeiros amigos.

Quando compara os cuidados entre os dois filhos, considera que no segundo são mais liberais, já não se preocupa tanto com determinados pormenores, como seja o cair da chupeta, ou, no caso da roupa se sujar ir a correr mudar.

Ambos usufruíram de licenças com os dois filhos, cerca de cinco meses a mãe e três meses o pai. Estas partilhas surgem para que Óscar pudesse estar mais presente e acompanhar o crescimento dos filhos.

Quando a licença terminou, gostava de ter ficado mais tempo com os filhos, porém a parte económica falou mais alto. Todavia, num cenário ideal, preferia ficar com os filhos até estes completarem 1 ano e só depois colocá-los num infantário para que estes aprendessem a partilhar e a conviver com outras crianças, pois considera que é também uma parte importante para a educação das crianças. No fim da licença de parentalidade, os bebés foram para o jardim de infância.

Óscar é o irmão mais velho pelo que teve a oportunidade de ser envolvido nos cuidados dos irmãos, mas também teve oportunidade de ajudar a tomar conta dos sobrinhos, o que serviu de experiência para cuidar dos filhos.

Neste sentido, diz que gostaria de estar mais presente nos cuidados aos filhos e atividades domésticas.

No que respeita aos cuidados dos filhos afirma que existe uma diferenciação, por exemplo, os banhos foram sempre dados pela mãe, sobretudo nos primeiros meses, assim como a alimentação. Porém, as idas ao médico eram marcadas de forma que os dois pudessem ir.

Óscar relata que há alturas que são os próprios filhos que pedem ao pai ou à mãe para fazer algumas atividades, ilustra com o exemplo de ler a história.

Mas no que se refere à autoridade e ao afeto, acredita que tanto pai como mãe devem ter um papel partilhado e sem diferenciações.

Deste modo, considera que é importante que a mulher tenha a sua independência e deve ser importante que trabalhe fora de casa. Porém, considera que pode ter impactos no bem-estar da criança, pois pode perder acontecimentos importantes na vida da criança.

Se a crise 2011-2014 não teve impactos no agregado familiar, sendo que Óscar considera que até foram os melhores anos, a crise pandémica de COVID-19 foi mais severa. Primeiramente, porque obrigou ao encerramento do estabelecimento onde trabalham, tendo o casal permanecido, durante dois meses, sem qualquer fonte de rendimento e, em segundo, sentiu que o facto de estar em confinamento gerou tensões no agregado.

Assim, a pandemia veio trazer grandes incertezas à família do Óscar, tanto no plano financeiro, em termos de rendimento e da possibilidade de manter o negócio aberto, mas também no plano familiar, já que a ideia de avançar para um terceiro filho é um projeto em aberto, mas adiado pela pandemia.

Apesar das dificuldades que possam encontrar pela frente, Óscar espera que os seus filhos se orientem por valores como honestidade em todas as suas ações.

Esquema Biográfico: Óscar

	Ano	idade	Evento
Pandemia Covid-19	2021		Entre março e maio - Encerramento do estabelecimento.
	2020	39	
	2019	38	Aos 6 meses vai para a creche. Nasce o segundo filho.
	2018	37	
	2017	36	
	2016	35	
	2015	34	
	2014	33	
Crise economia – austeridade	2013	32	Aos 6 meses vai para a creche. Nasce o primeiro filho.
	2012	31	
	2011	30	
	2010	29	
	2009	28	
	2000	20	Casou

Ana

Ana tem 46 e é licenciada em educação de infância. Vive em união de facto, com o companheiro, de 52 anos, que tem o 12.º ano e trabalha como electricista. Atualmente, Ana trabalha num projeto de intervenção social.

Quando Ana tinha 36 anos, nasceu o seu filho. Na altura encontrava-se em situação de desemprego, mas o marido já trabalhava como electricista. O nascimento tardio do filho é justificado pela opção de quererem construir uma casa, pelo que engravidou quando a casa estava quase pronta. Ser mãe era um projeto seu, sempre ambicionou ter um filho e no momento de concretizar o companheiro estava de acordo.

A gravidez decorreu sem sobressaltos, tanto que Ana refere ter gostado de estar grávida, mas vê o momento do parto como algo um pouco traumático, dado que teve de realizar uma cesariana de emergência, pelo que o companheiro não pode assistir.

Descreve a experiência de ser mãe como algo muito positivo e bom. Diz que, talvez pelo facto de ser uma mãe mais velha, tinha alguns medos e estava «*mais em cima do bebé*».

Ser mãe trouxe algumas mudanças, sobretudo nas saídas com amigos. Porém, em termos de divisão do trabalho doméstico não sofreu nenhuma alteração visto que são tarefas que sempre disseram respeito somente à Ana.

Os cuidados ficaram sempre a cargo da Ana, diz que cuidar do filho, além das explicações dadas na maternidade, surge de forma inata. No entanto, assume que monopolizou os cuidados do bebé: «*Não aconteceu comigo porque, lá está, eu peguei e açambarquei-lhe o bebé (...)*»

Deste modo, tanto o cuidado do filho, como o trabalho doméstico fica sempre ao cargo da Ana. O filho, associa a Ana tanto autoridade como afeto, solicitando-a mais para atividades da escola, para a alimentação ou o banho, ao passo que, o pai é solicitado para atividades de lazer como as brincadeiras e atividades desportivas.

No que se refere ao trabalho pago, a Ana, aquando do nascimento do filho, encontrava-se desempregada, pelo que não usufruiu de licença. O marido, também não usufruiu de licença, tendo optado por se manter a trabalhar.

Apesar desta divisão de papéis, considera que tanto o pai como a mãe sabem cuidar do bebé, pelo que, coloca a ênfase de possíveis diferenças na forma como as tarefas são executadas.

Considera que as mães deveriam passar mais tempo com os filhos, o facto de trabalharem fora de casa pode influenciar o seu bem-estar. Desta forma, considera que seria melhor

para a criança se fosse dada a possibilidade aos pais de estarem mais disponíveis para os filhos.

O período de crise económica, com início em 2011, não se fez sentir com muita severidade, teve algum impacto no volume de trabalho do companheiro. Ana, neste período, trabalhava, apenas uma hora por dia, como professora de atividades extracurriculares.

Com a pandemia Covid-19, durante o primeiro confinamento, esteve desempregada. Mas com a reabertura dos serviços começou a trabalhar num projeto de intervenção social, após nove anos de desemprego. Ana sente, uma alteração radical das rotinas dado que agora, sente que tem um horário a cumprir. Assim, durante o primeiro confinamento, quando ainda não estava a trabalhar, teve a oportunidade de ir acompanhando o filho, neste período sentiu que não precisava de ter um horário rígido e quem ditava as rotinas era o filho.

A pandemia não veio trazer alterações nos planos de vir a ter mais filhos, pois o seu ideal fora sempre apenas um.

Para o futuro do seu filho, Ana espera que ele seja uma pessoa bondosa, não faz planos em termos de vida profissional, apenas deseja que seja boa pessoa.

Esquema Biográfico: Ana

	Ano	idade	Evento
Pandemia Covid-19	2021		
	2020	46	Começou a trabalhar como técnica superior no projeto de intervenção social.
	2019	45	
	2018	44	
	2017	43	
	2016	42	
	2015	41	
Crise economia – austeridade	2014	40	
	2013	39	
	2012	38	Ana começou a trabalhar em part-time AEC. Filho entrou na creche.
	2011	37	Nasceu filho.
	2010	36	
	2009	35	
		2005	31
	2004	30	
	2003	29	
	2001	27	
	2000	26	Juntou-se com atual companheiro.

Susana

Susana tem 46 anos e realizou o 9.º ano de escolaridade nas novas oportunidades. Em 1994 casou com o Joaquim que tem 52 anos, e o 6.º ano. A Susana está casada com o Joaquim há 26 anos. Em comum têm dois filhos, o mais novo, Francisco de 16 anos, frequenta um curso profissional do ensino secundário, e a filha mais velha, Sara, tem 22 anos e frequenta a licenciatura em Ciências Biomédicas Laboratoriais.

O percurso profissional de Susana é marcado por entradas e saídas sucessivas no mercado de trabalho. Quando engravidou a primeira vez encontrava-se a trabalhar como operária fabril, porém com a gravidez e o término do contrato despediram-na, tendo ficado em situação de desemprego cerca de um ano. Após este ano, a empresa voltou a contratá-la onde permaneceu e integrou os quadros da empresa, porém, em 2010, a fábrica abriu insolvência e foi despedida tendo tido direito a uma indemnização que serviu de almofada financeira à família. Atualmente encontra-se efetiva como assistente operacional num Hospital. Pelo caminho realizou vários POC (Programas Ocupacionais), primeiro num lar de idosos da região e, mais tarde, como empregada de limpeza no Hospital onde trabalha atualmente. Também realizou limpezas a dias e preencheu vagas de licenças e baixas na equipa de limpeza do hospital.

O marido trabalhou sempre como ajudante de pintor numa fábrica que opera na região da Guarda, sendo o seu percurso profissional mais estável.

O despedimento da Susana, no ano de 2010, correspondeu ao período de crise e austeridade económica. Porém, com o recebimento da indemnização e integração no programa POC, afirma que conseguiram gerir as despesas quotidianas sem tensões, para além de que o marido continuou sempre a trabalhar.

Ter filhos foi sempre um plano de Susana, idealmente gostaria de dois, o que acabou por concretizar. Porém, havia algum desacordo, tanto no primeiro filho: *«É assim, eu queria mais que o marido, mas no final correu tudo bem e ele não se importou»* como na vinda de um segundo filho *«O pai não estava muito inclinado a ter outro filho porque dizia nem tempo, nem dinheiro para um quanto mais para dois»*

Diz que ser mãe foi uma experiência muito boa e que a ajudou a ter melhor compreensão pelos avisos que recebia quando era mais jovem. Define que ser mãe é ter *«amor, aquele carinho que a gente tem, já dentro da barriga uma pessoa fica a gostar da pessoa sem a conhecer»*. Considera que o facto de ter crescido sem mãe presente e ter sido educada pela avó influenciou a forma de ver a maternidade, tendo contribuído para que não tivesse expectativas sobre o que era ser mãe.

Em ambos os filhos, tirou licença: com a filha mais velha ficou 3 meses de licença e com o segundo tirou 4 meses. Após a licença os filhos foram para a creche. O marido não usufruiu de qualquer licença. Susana justifica esta decisão afirmando que não precisava do apoio do marido. Num cenário ideal, gostaria de ter ficado com os filhos até estes fazerem 1 ano.

No que se refere aos cuidados aos filhos, diz que foi aprendendo com a experiência diária, mas também através da maternidade e da televisão.

A experiência do primeiro filho fez com que se sentisse mais à vontade com o segundo, compreendia mais rapidamente os diferentes choros, os cuidados eram diferentes, tinha mais agilidade com o banho e com o agarrar no bebé.

A Susana descreve que o marido esteve ausente dos cuidados aos filhos, mas também da vida doméstica, pelo que todas as atividades ficaram à responsabilidade de Susana. Apesar desta experiência acredita que tanto pai e mãe sabem cuidar de igual modo dos filhos, ainda que dependa da personalidade de cada um e da forma como os filhos convivem com os pais. No caso concreto da Susana, sente que essas diferenças existem e que os filhos pedem mais à mãe do que ao pai, ou seja, a Susana é tanto figura de afeto como de autoridade.

Considera que o facto de as mães trabalharem fora de casa pode gerar um sentimento de abandono na criança, comparando com a experiência que viveu pelo facto de os seus pais terem emigrado *«Eu vejo por mim, fui criada sem mãe. Eles depois sentem-se meio abandonados»*.

Se a crise económica trouxe instabilidade laboral, a pandemia Covid-19 fez aumentar o número de horas de trabalho pago. Apesar disto, sente que não fez alterar muito a sua rotina diária e manteve a visita aos pais. Os filhos adaptaram-se à escola em casa, tendo ficado a filha mais velha responsável por orientar e apoiar o irmão nas aulas. Para a filha, a pandemia veio cancelar o seu estágio. Já o marido manteve o seu horário normal na fábrica.

Acredita que a pandemia irá trazer uma grave crise, não só económica como social.

Para o futuro dos filhos gostaria que estes fossem independentes financeiramente: *«(...) Não quer dizer que não os ajudem, se puder. Mas queria que se tornassem independentes e vivessem para dizer assim: não preciso dos meus pais; e fizessem a vida deles»*.

Esquema Biográfico Susana

	Ano	idade	Evento
Pandemia Covid-19	2021		
	2020	46	
	2019	45	
	2018	44	
	2016	42	Concorre ao concurso público para assistente operacional e efetiva no Hospital.
	2015	41	Realiza segundo POC na equipa de limpeza do Hospital.
Crise economia – austeridade	2014	40	Durante 1 ano substitui pessoas de férias na equipa de limpeza.
	2013	39	
	2012	38	Durante 1 ano substitui uma baixa na equipa de limpeza no Hospital.
	2011	37	Desempregada.
	2010	36	Realiza primeiro POC e faz alguns trabalhos a dias. A fábrica onde trabalha declara insolvência Susana é despedida com indemnização.
	2009	35	
	2005	31	
	2004	30	Aos 4 meses, o filho entra na creche. Nasce o segundo filho.
	2000	26	
	1999	25	Retorna à fábrica e efetiva no quadro.
	1998	24	Aos 4 meses a filha vai para a creche. Despedida da fábrica. Nasceu a primeira filha.
	1994	21	Casou.

Mário e Joana

Mário tem 48 anos e a Joana tem 49 anos, são ambos operários. Casaram com 20 anos, e em comum têm uma filha de 26 anos que trabalha numa cadeia de supermercados e um filho de 20 anos que frequenta o curso superior de Restauração e Catering.

A filha nasceu dois anos após o casamento. Estavam de acordo que era a altura ideal, nesta altura Mário já trabalhava como serralheiro por conta de outrem e a Joana era operária fabril.

Descrevem a experiência como algo muito bom e como um acréscimo de responsabilidade. As mudanças mais significativas ocorreram nas atividades de lazer em casal, como as saídas à noite. Não sentem que a vinda de um filho veio alterar a vida conjugal. Porém, as circunstâncias levaram a que fosse necessário que Mário participasse na vida familiar, sobretudo para levar as crianças à ama, dado o horário de trabalho da Joana.

Seis anos após o nascimento da filha, nasce o segundo filho. A vinda de mais um filho significou um acréscimo de responsabilidade e uma renovação da mesma.

Comparam a experiência entre filhos afirmando que no segundo filho estavam mais à vontade. No segundo filho tanto horários como emprego eram os mesmos.

Quanto ao usufruto da licença de parentalidade, a Joana teve três meses no primeiro filho e no segundo teve direito a quatro meses. O Mário apenas teve direito a 15 dias em cada filho.

Após a licença, os filhos foram para a ama – por causa dos horários de trabalho: *«Não tínhamos opção, tinha de ser mesmo ama porque não tínhamos horários. Nós vivemos numa aldeia perto da Guarda, mas às sete horas quando entrava não havia creche nenhuma aberta, e ele às 8h trabalhava, não tínhamos hipótese (Joana)».*

Em termos ideais, Joana gostaria de ter ficado com os filhos até estes completarem 1 ou 2 anos, para aproveitar melhor o primeiro ano de vida das crianças.

Idealmente o casal gostaria de ter tido três filhos. O Mário diz que gostaria que tivessem sido gémeos. Assim teria sido mais fácil, na sua opinião, a concretização desse projeto.

A aprendizagem dos cuidados aos filhos foi feita através da experiência do quotidiano, mas a Joana já tinha alguma experiência de juventude em tomar conta dos sobrinhos e Mário foi aprendendo com o apoio da Joana.

Os cuidados aos filhos eram todos realizados pela Joana. Tanto banho, como idas ao médico, era tudo com a Joana. O casal encontra-se satisfeito com a forma como dividiram os cuidados.

Consideram que tanto pai como mãe cuidam de forma igual, apesar de puderem realizar as tarefas de forma diferente. Eles acham que os bebés sentem as diferenças quando é o pai ou a mãe a fazer determinada tarefa, apelando a um sexto sentido que vem aquando do nascimento do bebé.

Mário considera que o facto das mães trabalharem fora de casa pode influenciar o bem-estar das crianças apesar de ser importante que as mães trabalhem, até porque é difícil para uma família sobreviver apenas com um salário.

O casal é de opinião que na educação dos filhos não deve haver diferenças entre pai e mãe, ainda que revele uma tendência para considerar o pai figura de autoridade e a mãe figura de afeto. Na sua família, o pai é solicitado pelos filhos para atividades relacionadas com bricolage e arranjo de objetos, enquanto a mãe é para roupa e calçado.

A crise económica de 2011-2014 trouxe algumas alterações: a perda de rendimentos - a Joana ficou 3 anos desempregada - coincidiu com o período em que os filhos estavam a estudar, o que foi dificultou a gestão do dia a dia. Mas puderam contar com o apoio da família, sobretudo para a alimentação.

Ao contrário da crise anterior, a pandemia Covid-19 trouxe uma perda de rendimentos menor. Mário ficou em lay-off duas semanas e a Joana manteve o trabalho normal. O filho mais novo, de 20 anos, regressou a casa, já que se encontrava a estudar fora, e agora só tem aulas em regime online. No início a adaptação foi complicada, mas Joana acredita que o regime online não teve grandes impactos na aprendizagem do filho.

Por sua vez, Mário não sentiu grandes tensões. Refere: *«Nós ainda temos o quintal, ainda temos muito espaço para sairmos. De vez em quando vou à quinta da minha mãe, que é perto, e dá para uma pessoa não estar fechado, como certas pessoas estão fechadas em casa num apartamento».*

Para o futuro deseja que os seus filhos se mantenham num bom caminho e que tenham sucesso naquilo que se propõem fazer.

Esquema Biográfico: Mário e Joana

	Ano	idade	Evento
Pandemia Covid-19	2021	49	
	2020	48	Filho mais novo regressa a casa com aulas online. António fica em lay-off duas semanas.
	2019	47	
	2018	46	
Crise economia - austeridade	2014	42	
	2013	41	Joana começou a trabalhar como empregada de limpeza.
	2012	40	
	2010	38	Joana fica desempregada.
	2009	37	
	2005	33	
	2004	32	Filho entrou na pré-escola.
	2003	31	
	2001	29	Filho muda de ama.
	2000	28	Filhos aos 4 meses vai para ama. Nasce segundo filho.
	1997	26	Filha entra na pré-escola.
	1995	25	
	1994	24	Filha aos 3 meses vai para a ama. Nasce a primeira filha.
	1993	23	
	1992	22	Casamento.

3.2 Análise e discussão dos casos

A nossa análise centrar-se-á em cinco eixos: situação conjugal e profissional aquando do nascimento do primeiro filho e seguintes, intenções reprodutivas (fecundidade ideal e fecundidade concretizada), vivência da vida conjugal, vivência da parentalidade e, por fim, impacto das medidas de austeridade no período compreendido entre 2011-2014 e da Pandemia covid-19.

3.2.1 Percurso conjugal e profissional e nascimento dos filhos

Aboim (2005) e Santos (2013), afirmam que casamento e coabitação são duas etapas que se entrelaçam na vida dos casais portugueses, podendo a coabitação ser de cariz mais permanente ou efémero, traduzindo-se mais tarde num casamento ou no fim da coabitação e do casal. Quer isto dizer, que a coabitação pode ser uma experiência de transição para a vida a dois ou pode resultar na permanência em união de facto. As autoras observam que existe uma tendência de informalização do vínculo conjugal que traduz uma das facetas da desinstitucionalização do casal e da família. De maneira geral, as pessoas não fazem uma distinção moral entre casamento e coabitação.

Os nossos participantes, com exceção de dois casos, encontravam-se casados no momento da entrevista. Mas enquanto uns tiveram filhos após o casamento, outros tiveram filhos durante o período de vivência informal. Vejamos alguns testemunhos da Carolina, do casal Mário e Joana, da Susana e do Óscar:

Carolina: sou casada (...) Casei em 2015 e fazia 3 anos [quando a filha nasceu].

Mário e Joana: Somos casados. Estávamos juntos há 2 anos, casados, e decidimos ter filhos.

Susana: Então, sou casada (...) estamos casados há 26 anos (...), entretanto já estava casada há 3 anos e resolvemos ter uma menina, tentamos. Andamos um ano a tentar.

Óscar: Sou casado (...) Nós casamos novos, (...) pois houve alguns problemas que não conseguia engravidar, depois só ao fim de mais ou menos de 9 anos é que a esposa conseguiu engravidar.

Ao contrário dos entrevistados anteriores, Ana e António, ambos com um filho, vivem em conjugalidade sem vínculo formal. Ana tem uma união de facto com mais de 20 anos e o António vive em coabitação conjugal há mais de dois anos.

Ana: *A situação conjugal é junta, é união de facto (...) Já estou com o meu marido há vinte e tal anos e desde sempre disse um filho sim.*

António: *Vivo juntamente com a minha companheira (...) Então no início de 2017 a minha companheira foi fazer exames, foi ao ginecologista (...) se poderia eventualmente iniciar e ter um filho sem ter grandes problemas.*

Santos (2013), no seu trabalho sobre os significados da coabitação conjugal, assinala uma linha divisória entre os perfis de coabitação com alguns traços mais tradicionalistas e perfis de cariz mais modernistas. Uma das distinções refere-se precisamente à transição para a parentalidade, que ocorre, no primeiro caso, ao abrigo da instituição matrimonial e, no segundo, durante o período de vivência informal. Assim, não será por acaso, de acordo com as tendências verificadas no estudo referido, que os nossos entrevistados mais escolarizados, Ana e António, tenham decidido ter filhos fora do casamento revelando uma visão mais desinstitucionalizada da família e da parentalidade.

Quanto ao percurso e situação profissional, aquando do nascimento do primeiro filho, os entrevistados encontravam-se a trabalhar ou, pelo menos, um elemento do casal encontrava-se a trabalhar. Ter emprego e alguma estabilidade económica é, como mostram outros estudos (Beaujouan e Sobotka, 2019; Tetsa e Bolano, 2018) um dos requisitos para a concretização do projeto de parentalidade dos casais de diferentes meios sociais:

Ana: *Eu estava desempregada e ele sempre foi eletricista. (...) Eu depois quando ele começou a ir para a creche com 7/8 meses comecei a fazer AEC's (...) era 1 hora por dia, tipo part-time.*

Óscar: *Já éramos cabeleireiros e já estávamos a trabalhar por conta própria.*

Joana: *Eu era operária fabril, trabalhava numa fábrica.*

Mário: *A profissão ainda é a mesma [serralheiro], só mudaram os patrões. (...)*

Carolina: *digamos que era a mesma, porque foi quando eu desisti do curso. Um ano antes de pensar em engravidar ainda trabalhei. Ainda trabalhei numa loja de roupa. Mas nada que fosse para se manter. (...) na altura [o marido] estava nas piscinas, mas depois pediu mobilidade interna para a Guarda.*

Susana: construímos uma vivenda na aldeia, entretanto também fiquei grávida. Trabalhava na altura na fábrica, depois tive a miúda. (...)Nessa altura estava segura na fábrica, quer dizer não estava nada, entrei e como estava grávida despediram-me e depois tive a menina fiquei em casa e depois no ano a seguir a fábrica contratou-me novamente.

António: Estávamos empregados(...) nessa altura em termos de trabalho não tive grande diferença. Estava a trabalhar como trabalhador independente, aliás em, 2012, iniciei a minha segunda licenciatura, ou seja, no meio do pico da crise eu iniciei a minha segunda licenciatura que terminei em 2016.

Nos casais pesquisados, a transição para o segundo filho vem acompanhada da estabilidade profissional. De notar que no caso dos casais que avançaram para o segundo filho (Óscar, Susana, Mário e Joana) a situação profissional e conjugal manteve-se.

3.2.2 Vida conjugal

Para melhor compreendermos como os nossos entrevistados vivem a vida conjugal, partimos de uma abordagem de matriz interacionista, uma vez que esta privilegia a forma como são interpretadas as normas sociais e como são negociadas as interações conjugais. Desta forma, deve-se ter em linha de conta as dinâmicas de coesão e integração externa (Roussel, 1989; Aboim e Wall, 2002; Aboim, 2005; Santos e Dias, 2016).

O eixo da coesão, à luz desta proposta de Aboim e Wall (2002), é estudado com base em três indicadores. O primeiro reporta-se às práticas de coesão, partindo da análise da divisão das tarefas domésticas, dos lazeres e das conversas (definindo-as como separadas, fusionais ou polivalentes). O segundo indicador reporta-se à divisão dos papéis de género e analisa a divisão do trabalho doméstico (trabalho feminino, delegação de tarefas e partilha) e profissional (profissão masculina, feminina ou dupla profissão), e, ainda, a divisão conjugal do lazer. Por fim, o terceiro indicador, a regra da coesão, refere-se aquilo que os casais defendem como norma ideal no que toca ao funcionamento do casal e das atividades com amigos (fusão, autonomia relativa ou autonomia) (Aboim e Wall, 2002; Aboim, 2005).

Por sua vez, a integração é definida como sendo a integração da família no meio social observando, por exemplo, as sociabilidades e saídas/atividades fora de casa (Aboim e Wall, 2002; Aboim, 2005).

Na nossa pequena amostra, podemos observar que a interação de todos estes elementos gera diferentes dinâmicas que delimitamos entre práticas e valores institucionalistas e

companheiristas. A conjugalidade institucionalista baseia-se em papéis de género fortemente codificados e na autonomia masculina de tipo tradicional (separação de papéis e competências). A conjugalidade companheirista baseia-se na negociação constante dos papéis familiares e é pautada por uma maior igualdade, valorização dos sentimentos e comunicação dentro do casal e da família (Santos e Dias, 2016). De notar que, apesar de balizarmos estes dois extremos, entre valores e práticas tradicionalistas e valores e práticas modernistas, iremos observar adiante que as dinâmicas conjugais são bastante diversificadas e «misturadas» embora aparentem semelhanças, de acordo com a tendência de modernização da vida familiar, verificam-se pontos de diferenciação.

As categorias adotadas na definição das práticas e dinâmicas conjugais seguem a orientação dos trabalhos de Aboim e Wall (2002), Aboim (2005) e Santos e Dias (2016), de modo a compreendermos como é vivida a vida familiar dos nossos entrevistados.

Começamos pelos entrevistados onde identificamos práticas e valores mais próximos de uma matriz institucionalista. É o caso de Susana e Ana, onde a diferenciação de papéis de género é mais pronunciada e existem práticas fusionais. Do ponto de vista profissional existe duplo emprego, o que vai de encontro com a tendência do trabalho a tempo inteiro das mulheres, uma das especificidades da sociedade portuguesa, mesmo em meios onde as qualificações escolares e profissionais são mais baixas (Santos e Dias, 2016).

Susana: Isso [trabalho doméstico] eu sempre fiz sozinha, o meu homem nunca foi um homem de me ajudar e sempre foi um homem muito ausente. (...) Eu fui sempre umas das pessoas que tratei mais deles (...) O meu marido não era bom para isso. Já disse que o meu marido era uma pessoa muito ausente, foi um marido muito ausente e um pai muito ausente. Que não se importava com nada disso. Fui sempre eu sozinha.

Ana: Connosco não há divisão do trabalho doméstico, o trabalho doméstico calha-me a mim e a ele calha trabalhar fora, que é mesmo assim (...) Não, as atividades eram todas da mãe. Era mãe que dava banho, era a mãe que dava a papa, era a mãe que dava a mama, era a mãe que mudava, era a mãe que vestia, a mãe que adormecia, e o pai dava os mimosinhos. (...)

Podemos observar que na dinâmica conjugal de Susana e de Ana a mulher é responsável tanto pelo trabalho doméstico como pelos cuidados aos filhos.

A Ana esteve quase sempre desempregada (trabalhava apenas uma hora por dia nas Atividades Extracurriculares) enquanto o companheiro, electricista de profissão, se manteve sempre a trabalhar. Só muito recentemente, com o filho já na escola, Ana conseguiu um emprego a tempo inteiro. A assimetria não é alheia ao facto de Ana ter sido

mãe a tempo inteiro, durante 9 anos e o filho ter nascido numa idade que ela considera tardia, aos 36 anos. Como ela própria confessa, ao longo da entrevista, a mãe *açambarcou* a criança.

Esta divisão tradicional dos papéis («o *trabalho doméstico calha-me a mim e a ele calha trabalhar fora, que é mesmo assim*») parece não assentar tanto em valores institucionalistas, e numa visão essencialistas da feminilidade e masculinidade, mas sim, nas circunstâncias e eventos associados ao percurso de vida. Quando fala dos casais em geral, Ana considera que tanto a mãe como pai têm as mesmas competências para cuidar de crianças pequenas e tende a achar que, a este nível, não existem diferenças entre homens e mulheres.

No caso de Susana, da mesma geração da Ana, mas com menos qualificações escolares e profissionais o facto do marido, operário com o 6.º ano de escolaridade, estar completamente arredado das lides domésticas e dos cuidados aos filhos, parece indicar uma visão mais tradicionalista do papel do homem na vida familiar. Joaquim sempre foi o provedor económico da família perante as sucessivas entradas e saídas do mercado de trabalho da Susana, inclusive quando foi despedida da fábrica por motivo de gravidez associado ao término do contrato. Ao contrário do marido de Ana, que embora não participe nos cuidados está envolvido na parentalidade pelo lado dos afetos e das brincadeiras com o filho, Joaquim é, segundo as palavras da Susana, «*um pai ausente*».

Nota-se no discurso de Susana o desejo de uma vida conjugal mais partilhada («*foi um marido muito ausente*») e uma espécie de «*queixa desmaiada*» típica das mulheres operárias com baixa escolaridade, tal como observado em outras pesquisas (Torres, 2002). Susana lamenta ter estado sempre sozinha nas tarefas e nos cuidados: «*(...) o meu homem nunca foi um homem de me ajudar (...). O meu marido não era bom para isso. (...) Que não se importava com nada disso. Fui sempre eu sozinha*».

Num segundo grau intermédio quando analisamos a igualdade na vida familiar conjugal e familiar dos nossos entrevistados, encontramos Mário e Joana, Óscar e Carolina.

No caso do casal Mário e Joana e no caso do Óscar há a tentativa de integração do homem no contexto e nas rotinas familiares, ainda que de forma ténue. Ambos os casos apresentam traços um pouco mais companheiristas, comparativamente com o exemplo anterior de Susana, ainda que centrados na diferenciação de papéis de género. O homem é visto como um ajudante ocasional em casa (Aboim, 2005; Wall, Aboim e Cunha, 2010), tal como transparece nas seguintes narrativas:

Joana: Era quase sempre eu. Mas ajudava também mutuamente, porque quando eu não podia, eu trabalhava muito cedo, ele tinha de levar a miúda para a ama que, no entanto, tínhamos uma ama, e tínhamos de nos organizar.

Óscar: Normalmente quem dava banhos, nos primeiros meses, pronto, foi a mãe que ficou com ele em casa, assim logo após a saída do hospital, normalmente essas tarefas ficou a mãe de fazer tipo: banho, a alimentação, não quer dizer que não houvesse situações que eu chegasse a casa e fizesse essas situações, mas geralmente quando chegava a casa ela já tinha o banhinho dado ao filho. Quando não tinha normalmente ajudava sempre a fazer essas tarefas, mas normalmente já tinha isso feita.

O caso de Carolina, aproxima-se do *modelo associativo desigual de carreira masculina* (Wall, Aboim, Marinho, 2010), em que a prioridade é dada à profissão do homem dado as diferenças de capital escolar. Enquanto o marido, licenciado, teve sempre trabalho, Carolina que desistiu do ensino superior trabalhou numa loja de roupa e quando engravidou já estava em situação de desemprego, situação que manteve até hoje após dois anos e meio do nascimento da filha. Apesar disso, Carolina e Carlos procuram dividir os cuidados à filha. Esta situação contrasta com a de Ana, licenciada, desempregada desde o nascimento do filho, mas, cujo marido, ausente dos cuidados, tem escolaridade intermédia (Aboim, 2005; Santos e Dias, 2016).

Pais mais participativos e que procuram envolver-se nos cuidados aos filhos desde o nascimento, mesmo estando as mães desempregadas, são geralmente mais escolarizados (Wall, Aboim e Marinho 2010).

Carolina: Partilhávamos a nível de atividades, a nível do que tinha que ser feito, por exemplo, o banho, se o Carlos estivesse era quase sempre com ele. De resto, nós fazíamos. Claro, eu tinha que dar de mamar (...), era as refeições dela, mas de resto, nós fazíamos muitos os dois.

O caso de António é, também, um exemplo do impacto dos recursos escolares e simbólicos na parentalidade e na maneira como os homens se veem como pais. Ilustra também a cumplicidade entre paternidades mais envolvidas e dinâmicas conjugais mais igualitárias.

António: Era basicamente, conforme as circunstâncias, tirando o banho. O banho 99% das vezes é a mãe que dava e que dá, o pai dá poucas vezes banho. Não sei porquê...O resto íamos fazendo, íamos dividindo as tarefas, fazer as sopas, fazer as papas, dar as papas, as refeições, essas coisas todas foi sempre, íamos dividindo conforme cada um podia.

No caso de António, observamos uma cooperação entre os membros do casal, assente em valores claramente companheiristas e práticas tendencialmente fusionais (Wall, Aboim e Marinho, 2010). A par de uma divisão mais igualitária das tarefas e dos cuidados, o entrevistado revela, ainda, um forte investimento identitário na parentalidade.

Acerca da análise da vida conjugal dos nossos entrevistados, podemos concluir, em conformidade com Cunha et.al (2018), que há um crescente envolvimento masculino em diversas dimensões da vida familiar, desde o tomar conta dos filhos às tarefas domésticas, pelo que parece estar a emergir um novo tipo de masculinidade, mais ligada ao cuidado e partilha doméstica. Mas também encontramos um entrelaçamento entre novas e velhas masculinidades, entre os entrevistados mais jovens. Assim, o impacto dos recursos escolares e profissionais associados a diferentes contextos de classe sociais, combinados com os eventos e identidades ligados a diferentes percursos e biografias individuais, parecem ter mais impacto do que a idade quando se analisa a mudança social e, mais especificamente, a igualdade na conjugalidade e parentalidade.

3.2.3 Intenções reprodutivas e ideais de descendência

No que respeita aos planos de fecundidade, observamos nos nossos participantes que o *ideal inicial* coincide, nos casos da Susana e no casal Mário e Joana, com as *práticas efetivas* (Cunha, 2012). A construção das descendências apresenta assim um *cenário de conformidade*, já que o ideal coincide com o concretizado (Cunha, 2012).

Rosa e Mendes (2014) verificam que existe um grande número de crianças que nasce fora do casamento. Na nossa pequena amostra, apenas se registou nos casos de António e da Ana, conforme anteriormente referido, o nascimento de filhos fora da instituição matrimonial, sendo eles os elementos mais escolarizados. Isto leva-nos a questionar se na região estudada permanece o ideal de casar e só depois ter os filhos, ou se há uma evolução para um perfil mais modernista de construção da família em que a transição para a parentalidade ocorre frequentemente no período de coabitação informal (Santos, 2013).

Começamos por observar o caso de Óscar que ilustra um plano de fecundidade mais *flexível e ambicioso* no sentido de que idealiza três filhos e a concretização desse ideal permanece em aberto (Cunha, 2007).

Óscar: *Quando casámos tínhamos a ideologia de pelo menos 3 filhos.*

Em termos do número de filhos, identificamos um ideal de uma descendência de três filhos, no caso de Óscar, mas também, no caso do casal Mário e Joana. Mas enquanto Mário e Joana desistiram desse projeto, Óscar e a mulher mantêm em aberto o projeto de um terceiro filho.

Joana: *Eu planeava três, mas o terceiro não chegou.*

O Inquérito à Fecundidade veio demonstrar que tanto homens como mulheres desejam ter mais filhos do que aqueles que realmente têm (Rosa e Mendes, 2014). Contudo, para verificar estas tendências seria necessário um estudo longitudinal.

De acordo Cunha (2007) e Rosa e Mendes (2014), ter dois filhos, e de preferência o «casalinho» tende a ser o ideal. Para António e para Carolina a descendência ideal, corresponde de facto, a dois filhos e a transição para o segundo filho mantém-se em aberto.

António: *Eu sempre quis muito ter filhos. E por mim não ficava por aqui (...)*

Carolina: *Dois [filhos]. Se pudesse ser menino e menina... acho que ao terceiro não vou. (...)*

No caso de Susana, a vinda, quer do primeiro, quer do segundo filho, não foi, pelo menos no início, consensual, mas o desejo de ter filhos por parte do elemento feminino do casal parece ter vencido a relutância do marido que argumentava dificuldades económicas e a falta de tempo:

Susana: *É assim, eu queria mais do que o marido, mas no final correu tudo bem e ele não se importou. (...) O segundo filho veio depois (...) Sempre disse que queria outro filho (...). Também era eu que queria e a irmã. O pai não estava muito inclinado a ter outro filho porque dizia nem tempo, nem dinheiro para um quanto mais para dois.*

Rosa e Mendes (2014) afirmam que na sociedade portuguesa os filhos únicos representam um cenário de contenção e representam frequentemente um ideal por concretizar. No nosso estudo, o caso da Ana constitui a exceção já que sempre ambicionou apenas ter um filho e foi sempre esse o seu plano desde jovem:

Ana: No meu plano foi sempre um. No meu plano foi sempre o que eu disse. Já estou com o meu marido há vinte e tal anos e desde sempre disse um filho sim.

As descendências de filhos únicos são um reflexo da modernização dos comportamentos reprodutivos, traduzindo uma tendência de conciliação entre vida profissional e vida familiar. Porém, as descendências de filhos únicos carecem, segundo os autores, de interpretação e análise, pois se, por um lado, representam o desejo de ter filhos e a tentativa de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, por outro, podem significar uma resposta à pressão social exercida sobre as mulheres para terem filhos (Cunha, 2012).

De facto, o caso de Ana parece seguir a tendência, que Sobotka, Matysiak e Brozowska (2020) descrevem, de uma entrada mais tardia na parentalidade que se encontra cada vez mais próxima dos 30 anos. Tendência verificada nos casos dos entrevistados mais jovens.

Olhando de forma mais detalhada, observamos que António, Carolina e Ana foram os pais com idade mais avançada: Ana 37 anos, António 36 anos e Carolina 35 anos. Em sentido oposto, a Susana e o casal Mário e Joana foram os pais mais novos tendo tido o primeiro filho aos 25 e 24 anos respetivamente. Óscar foi pai pela primeira vez aos 29 anos. Porém, se o seu plano se concretizasse como idealizado teria tido o primeiro filho cerca de seis anos após o casamento, ou seja, aos 25 anos.

Podemos observar nos entrevistados mais escolarizados António, Ana ambos licenciados, Carolina com o 12.º ano, além de terem filhos em idades mais avançadas, a vinda de um segundo filho permanece, para António e Carolina, um projeto em aberto e incerto. Em contraste, os entrevistados menos escolarizados, Susana, Mário e Joana ambos com o 9.º ano de escolaridade, todos eles iniciaram o seu percurso parental em idades mais jovens e concretizaram o ideal de dois filhos.

Esta evolução que parece existir entre duas gerações, a nascida entre 1970-1974 e a nascida entre 1980-1984, ilustra o adiamento dos projetos de fecundidade, e da entrada na parentalidade. Os nossos dados acompanham a tendência descrita por Atalaia et.al (2013) de um reforço da privacidade conjugal, mas também, de um adiamento da parentalidade, sobretudo por parte das mulheres.

O investimento nos estudos e na profissão (António tirou duas licenciaturas), a par do desemprego (António, Carolina), a quebra de rendimentos de um negócio familiar, devido à pandemia (Óscar), ou simplesmente o sonho de construir uma casa antes de preparar a vinda do primeiro filho (Ana), são tudo fatores suscetíveis de adiar a entrada

na parentalidade e/ou dificultar a vinda um segundo filho (António e Carolina), ou, mais raramente, de um terceiro filho (Óscar).

3.2.4 Experiências da parentalidade

Wall, Aboim e Marinho (2010), afirmam que as dinâmicas de parentalidade são fortemente influenciadas pela dinâmica conjugal familiar. Dinâmicas conjugais mais igualitárias pressupõem parentalidades mais igualitárias e dinâmicas de cariz mais tradicional com forte diferenciação de papéis de género pressupõem parentalidades mais desiguais. Estas dinâmicas refletem-se nos cuidados e nos laços que os pais estabelecem com os filhos. O que é, efetivamente, observável no nosso estudo.

Com efeito, os casos da Ana, da Susana e do Mário e a Joana, aproximam-se de um perfil de *parentalidade restrita* que se conjuga com traços de *conjugalidade paralela*, isto é, o homem esteve desde sempre ausente dos cuidados aos filhos, surgindo apenas para algumas atividades quando os filhos são mais crescidos, como, por exemplo, arranjar objetos do uso dos filhos, atividades de mecânica, atividades desportivas e lazer com os filhos e bricolages (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

Susana: Eu fui sempre umas das pessoas que tratei mais deles (...) Os miúdos muitas vezes não viam o pai, porque ele vinha sempre tarde quando vinha tarde eles já estavam na cama. (...) Por isso é mesmo a mãe (...) não estou muitas vezes com ele [marido].

No caso do marido de Susana, que esteve sempre afastado das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, um laço mais distante com os filhos, implicou também que na educação dos filhos seja a mãe, e não o pai, a figura de autoridade, pelo menos no que diz respeito às questões mais rotineiras da vida familiar.

Susana: Eles não têm aquela coisa de pai. o pai pode falar para eles que para eles é chinês, mas se eu falar para mim já obedecem.

Mário e Joana, sublinham os dois, na entrevista co-presencial, as diferenciações acentuadas nos papéis e competências de cada um, bem como nas atividades que cada um deles faz em conjunto com os filhos. Mário vê-se como principal provedor da família e especialista das questões técnicas, pois é a ele que os filhos recorrem quando precisam de dinheiro, ou quando o carro avaria. Joana, por sua vez, refere que costuma fazer as compras do dia a dia com os filhos (alimentação) ou quando eles precisam de roupa e calçado. Já cortar lenha para o inverno é uma atividade masculina que pai e filho costumam fazer juntos.

Mário: *O pai é só para comprar alguma coisa quando estraga. É quando avaria o carro a mim (...) vem a pedir isso, ou quando precisam de dinheiro também vêm. (...)*

Joana: *Vamos [Joana e filhos] às compras buscar isto, vamos às compras buscar aquilo. É aquelas coisas que o pai não dá tanto.(...) irem [pai e o filho] à lenha, cortar a lenha para o inverno. Isso fazem com os dois. É a roupa, é o calçado.*

Como apontam vários estudos (Wall, Aboim e Cunha, 2010; Marques, 2008) uma conjugalidade mais desigualitária, que elege a mãe como principal responsável pelo trabalho doméstico e cuidados rotineiros aos filhos, faz-se acompanhar de uma relação do pai com o filho por via de atividades mais prazerosas como jogos e brincadeiras, sobretudo fora de casa. Já o apoio ao estudo e acompanhamento dos trabalhos escolares, como é nitidamente o caso da Ana, cabe normalmente à mãe.

Ana: *Procura mais a mãe, por exemplo, quando é para auxiliar qualquer coisa da escola, quando é para auxiliar no banho ou na comida e quando é coisas mais de bicicleta ou da bola ou qualquer coisa que se avariou procura mais o pai. Há [atividades entre pai e filho] como andar de bicicleta e jogar à bola. Isso a mãe não faz.*

O que se observa nestas entrevistas é que, além do casal reproduzir as desigualdades de género, os próprios filhos, desde uma idade muito jovem, também as estão a reproduzir quando escolhem mãe ou pai para determinadas atividades. Isto ilustra o peso que a socialização familiar tem para a perpetuação dos papéis de género. Cunha et.al (2018) afirmam que a intervenção dos pais neste processo é central. Contudo, a socióloga sublinha que apesar de central não é o único fator, a escola e o grupo de pares influenciam a forma como a criança se irá comportar perante os papéis de género e demais desafios que surgirão (Cunha et.al.,2018).

Mantendo a coerência com o que foi exposto e analisado nas dinâmicas de vida em casal, também na parentalidade observamos nos discursos de Óscar e Carolina, o que Wall, Aboim e Marinho (2010), definiram como parentalidades de *apoio* e de *cariz associativo igualitário*, respetivamente.

No caso da *parentalidade de apoio* a família é gerida pela mulher, pelo que o homem presta apoio em algumas atividades de cuidado e domésticas. Relativamente aos laços entre pai e filho, estes são de proximidade ainda que baseada na genderificação (Wall, 2005, Wall, Aboim, Cunha, 2010, Santos, 2013, Torres,2000, 2001; Tetsa e Bolano, 2018).

Óscar: Nos primeiros tempos a ida ao médico, sempre fomos os dois, conseguíamos conciliar sempre isso. A ler o livro, dependia havia dias que era a mãe, havia outros dias que era o pai, às vezes a própria criança, quando começava a falar ou já falava dizia «hoje é o pai ou hoje é mãe». (...)Eles quando são um bocadinho maiores às vezes já tem ideologias, se for, por exemplo, o banho já pode ser mais o pai, se for o deitar já pode ser mais a mãe. (...) Depende um bocadinho das situações. Para comer, se for qualquer coisa de comer eles não se importam que seja o pai ou a mãe. Se o for o facto de irem ao médico, procuram mais a mãe já. Se for para a parte de lazer já procuram mais o pai, acho que ... Conforme a situação.

No caso de Carolina, a parentalidade apresenta traços de cariz *associativo igualitário*, onde há uma divisão equitativa das tarefas de cuidado, há a partilha de interesses e realização de atividades em conjunto, o laço entre pai e filha é de proximidade e individualizada, pelo que o pai é visto como cuidador, companheiro e educador (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

Carolina: Partilhávamos a nível de atividades, a nível do que tinha que ser feito, por exemplo, o banho, se o Carlos estivesse era quase sempre com ele. Aí não havia, não havia. De resto, nós fazíamos. Claro, eu tinha que dar de mamar era comia a comida dela, era as refeições dela, mas de resto, nós fazíamos muitos os dois. (...) A parte de ler livros (...). Se eu não estiver, por algum motivo que eu tenha que sair, o Carlos faz isso, mas geralmente essa parte da história é comigo (...) se eu não estiver, ela não dorme. Só se tiver mesmo, mesmo, muito cansada e adormece ao colo do pai. Mas se eu não estiver, ela é capaz de tentar aguentar-se até eu chegar(...) Lá está ela a brincadeiras que ela gosta mais de fazer com o pai como saltar no trampolim, ela adora andar a saltar no trampolim, ela adora andar a andar de bicicleta, adoro andar de trotinete. Eu faço isso, mas a maneira que ela faz com o pai talvez seja mais divertido, ou seja, diferente e ela gosta mais de fazer isso com o pai. Vai brincar para a cozinha, ela tinha uma daquelas cozinhas das crianças, ela adora cozinhar, aí chama a mim. (...) Há certas coisas, por exemplo, para se vestir ela, ela é pequenina, mas ela já é muito vaidosa (...) para se vestir é comigo. Agora ela vê o pai muito como ir brincar para a rua ou ir fazer (...) Ela por exemplo para tratar das plantas na rua, ela vai comigo, e anda na terra, mas isso faz comigo (...)

Por fim, olhamos o caso do António, que adota uma parentalidade com traços mais modernistas. Aqui a parentalidade é marcada por traços *companheiristas*, verifica-se o que Wall, Aboim e Marinho, (2010) identificam como uma *cooperação e gestão conjunta*

que não se baseia, para os próprios, estritamente no conceito de divisão igualitária da vida doméstica e cuidado ao filho. De facto, António reforça que a divisão das atividades domésticas é feita consoante os horários de trabalho, dado que a namorada trabalha por turnos. Agora que o António se encontra desempregado dedica mais tempo ao trabalho doméstico.

António: (...) depende dos dias e depende da intensidade de mimo com que esteja. Há dias que procura mais a mãe porque quer mais miminho, quer mais afeto outros dias, com as mesmas necessidades, vem mais ter comigo e aninha-se mais ao pé de mim e pede miminhos. Tanto vai pedir a um como vai pedir a outro, acho que não há grande diferença nesse sentido. Vai pedindo aos dois, é engraço porque tem dias que estamos os dois e vai chama a mãe e passado um bocadinho já vem e chama o pai. Nunca é dizer só mãe ou só pai, não.

Ambos têm uma relação individualizada com o filho que ora procura um, ora procura o outro, numa clara indiferenciação de tarefas, papéis e competências, quer instrumentais, quer afetivas, emocionais e relacionais. O perfil do António contrasta nitidamente com o dos entrevistados anteriores na forma como é exercida a parentalidade - mais autónoma, mais individualizada e emocionalmente mais envolvida.

Quanto aos significados da parentalidade, observamos que surgem muito associados às funções dos filhos.

A entrada na parentalidade é descrita pelos entrevistados de forma diversa. Para uns a ênfase é colocada na responsabilidade acrescida (que implica abdicar de lazeres e convívios), para outros representa um sentimento de realização pessoal e ter alguém que dê continuidade à herança familiar (material e simbólica) e, para outros significa, ainda, o ganho de um companheiro para a vida.

Mário e Joana: Fiquei com uma responsabilidade não é (...) Já uma pessoa tinha de ter mais responsabilidade, já não podíamos fazer o que fazíamos antes.

Óscar: Mudou de forma positiva. Até porque sempre pensei nessa situação como o facto de ter alguém para nos poder suceder e, também, positivamente, também, porque nós, acho que nos sentimos um bocadinho realizados no nosso ser.

António: É assim, ganhei sem sombra de dúvida um companheiro para a vida. Um amor que é indescritível.

De acordo com as tendências de modernização da vida familiar, a criança tem acima de tudo uma função afetiva, representando uma gratificação para os pais, uma função simbólica de coesão, não como legitimação do casal, mas na concretização de um sentimento que enlaça os cônjuges (Cunha, 2005). Pelo que assistimos ao fenómeno que Philippe Ariès definiu como sentimentalização da infância. Isto significa que o interesse pela criança foi crescendo, a afetividade por esta torna-se a razão da sua existência, tendo deste modo a criança ganho um estatuto central no quotidiano familiar. O crescente interesse na criança fez diminuir a fecundidade e conduziu a medidas de proteção e de promoção do bem-estar da criança (Ariès, 1988 cit. in Cunha, 2007 p.35).

Este processo de sentimentalização também contribui para a emergência da maternidade intensiva e do conceito de instinto maternal que, permanece, ainda muito forte no discurso de algumas das nossas entrevistas.

É por via do instinto maternal, e de uma pré-disposição que se julga característica das mulheres, que é justificado serem elas as principais cuidadoras. Para algumas é uma aprendizagem maternal que resulta do contacto com o bebé, para outras é «quase inato».

Carolina: (...) sempre tive uma pré-disposição, muito virada para crianças, claro, quando a Ana nasceu, havia coisas que nós não sabíamos, mas, por exemplo, os meus pais não estavam cá;

Ana: Para mim, foi quase inato, claro que ninguém me foi lá explicar como é que mudo uma fralda.

Shouten (2011) afirma que em Portugal a maternidade ainda é considerada como um destino esperado da mulher e, portanto, quem não segue este padrão é frequentemente discriminado e estigmatizado. Assim, a ideia de que as mulheres são as principais responsáveis pela criança, supõe, à partida, um amor incondicional pela criança (Bandinter, 1980). A ideia de instinto maternal serviu para confinar as mulheres ao papel de mães visto que só elas poderiam amamentar e teriam uma pré-disposição para cuidar dos filhos, ao passo que os homens, dado a natureza competitiva do mercado de trabalho onde se inserem, seriam incapazes de realizar tarefas orientadas para a delicadeza e sensibilidade que o papel de educar exige; ficaram, por isso, excluídos destas tarefas (Bandinter, 1980).

Todavia, o instinto não surge sempre como justificação por si só. De facto, há casos de entrevistados, homens e mulheres, que reportam ter alguma experiência porque cuidaram de outros familiares, tais como irmãos, sobrinhos ou primos.

Óscar: É assim, no meu aspeto, eu como tenho vários irmãos e como sou dos mais velhos, sempre acompanhei um bocadinho os mais novos. A minha esposa era das mais novas, aliás era a filha mais nova, mas sempre, mesmo quando após o casamento, tivemos alguns sobrinhos e tomávamos, até bastante vezes, conta deles, de maneira que até foi fácil lidar com essa situação;

Joana: É assim, eu também desde muito nova desde os meus 14 anos, foi o meu primeiro sobrinho que nasceu, ele praticamente foi criado por mim, o meu irmão, a minha cunhada e os meus pais, então sempre tive a noção do que era criar uma criança. Já nessa altura era o nosso menino, e foi, eu sempre tive aquela mais responsabilidade do que era criar uma criança.

Por sua vez, António refere um leque mais alargado de formas de aprender a cuidar de um filho. Os avós têm protagonismo nos conselhos aos jovens pais, mas António, refere também as pesquisas efetuadas na internet, a ajuda do pediatra do filho e dos amigos mais experientes.

António: É assim, como sempre as mães. Normalmente, são sempre as mães, digo as mães, é a minha e a da minha companheira, as avós, gostam sempre de tentar dar aquelas ajudas, aquelas dicas, essas coisas todas. Nós também pesquisámos muitas coisas e depois fomos logo procurar um pediatra, também, que tem acompanhado desde sempre. Fomos procurar uma ajuda mais profissional, tivemos um bocadinho de tudo e muitas coisas fomos aprendendo e vamos aprendendo no dia a dia, e até com outros colegas também o que é muito importante.

Parece verificar-se uma tendência para os entrevistados mais escolarizados recorrerem a informação mais especializada e diversificada, oriunda de várias fontes. António quando questionado sobre as formas de educação, refere o método educativo conhecido como método Montessori.

António: penso não estar errado, no método Montessori, e eles [colegas e amigos] procuram muito isso e eu acho que muitas vezes esse método é muito útil. Porque elas próprias [as crianças] vão descobrir as coisas e vão tendo uma evolução ao ritmo deles, claro que o outro método [mais tradicional com regras definidas] também é muito importante tem de estabelecer algumas metas, por isso acho que a junção dos dois é o que nós estamos a tentar fazer com ele [filho].

Embora reconheça a mais-valia dos conhecimentos e métodos educativos oriundos da ciência, António, não os segue «à risca», procurando aplicar uma mistura de referências na educação do filho de acordo com o seu próprio entendimento e reflexividade.

Também Carolina nos fala do método da parentalidade positiva, que lhe foi introduzido por uma amiga. Contudo, ao contrário da amiga que «segue isso ao máximo», isto é, as orientações da psicologia e da pedagogia, Carolina prefere não abdicar do seu próprio estilo educativo já que, na sua opinião, há «*coisas que dá para aplicar e há outras que não*». Neste sentido, mostra-se mais cética do que António em seguir as sugestões propostas pelos métodos científicos de educação.

Carolina: vamos fazer assim porque tal pessoa diz a, por exemplo, agora fala-se muito na educação, na educação positiva... Não é educação positiva... (...) É assim, eu acho que tem coisas boas e coisas más. E que há coisas que dá para aplicar e há outras que não. Não me venham cá com histórias que não e nós temos uma amiga nossa, que ela é fã e ela segue isso ao máximo...

A bricolage de valores e referências múltiplas na educação das crianças, é uma realidade que está muito presente nos nossos entrevistados e que toca a todos os meios sociais. A adoção pelo «senso comum» dos conhecimentos da ciência, sobretudo na área da psicologia, é um movimento relatado por diversos autores (Giddens, 1995) como típico das sociedades contemporâneas e que tem reflexos na forma como os pais e as mães procuram exercer a parentalidade e educar as suas crianças.

Este movimento transversal, conforme comprovam os discursos dos nossos entrevistados, não é, contudo, uniforme nem atinge todos com a mesma intensidade.

Os mais escolarizados, como é o exemplo do António, para além dos conselhos do pediatra e outros profissionais de saúde, dos familiares e amigos, investe mais na literatura científica e nos métodos educativos propostos pela pedagogia e psicologia, sem, contudo, deixar de os aplicar à sua maneira, a partir de uma mistura de referências e, sobretudo, tendo em conta as características, interesses e ritmos da criança que procuram, acima de tudo respeitar. Neste aspeto, António segue uma educação claramente orientada para a autonomia da criança, em vez de procurar seguir e aplicar regras rígidas¹⁵.

¹⁵ Este estilo educativo, mais democrático e negociado, difere substancialmente de outros entrevistados, sobretudo dos menos escolarizados, que colocam a ênfase no cumprimento de regras por parte dos filhos. A educação dos filhos e os diversos estilos educativos, são tópicos que não fazem parte dos objetivos deste trabalho, mas que integravam o guião de entrevista do Projeto PARENT. Os discursos dos nossos entrevistados sobre esta temática não são por isso aqui apresentados e analisados.

António: Nós também, pesquisamos muitas coisas e depois fomos logo procurar um pediatra, também, que tem acompanhado desde sempre. Fomos procurar uma ajuda mais profissional, tivemos um bocadinho de tudo e muitas (...) dia a dia e até com outros colegas também o que é muito importante. (...) Agora aqui em casa ele basicamente, nós tentamos que os brinquedos sejam de acordo com o que ele gosta e ele vai brincando, vamos orientando também algumas brincadeiras para o ajudar e aprender alguma coisa com as brincadeiras, não ser só um brincar por brincar, mas um brincar para aprender alguma coisa. (...) Agora já vai gostando de ver alguns filmes e às vezes nós chamamos para ver o filme damos-lhe dois ou três DVD e ele escolhe o que quer ver

3.2.5 O impacto das crises: a crise económica de 2011-2014 e a Pandemia Covid-19

a) A crise económica de 2011-2014

O período compreendido entre 2011 e 2014 foi marcado por políticas de austeridade bastante severas e com impactos em diversas esferas da vida, mas incidiu mais violentamente sobre os rendimentos e apoios sociais das famílias portuguesas, ainda que se tenha feito sentir de forma assimétrica (Marques e Matos, 2016).

Nos dados recolhidos observamos que a crise económica que desencadeou um conjunto de políticas de austeridade, não se fez sentir com grande severidade no caso dos entrevistados mais novos (Carolina, António e Óscar). De facto, tanto no caso do António como da Carolina, este período coincide com o início da vida a dois. É de salientar que, para além de serem os mais jovens, são também os entrevistados com melhores qualificações profissionais (suas e/ou dos cônjuges) e/ou recursos económicos.

Carolina estava a estudar Direito (curso do qual acabou por desistir) e o seu marido já estava a trabalhar, como professor de educação física numa Câmara Municipal. Nesta altura o jovem casal pode também contar com muito apoio por parte da família.

No que diz respeito a António, este período entre 2011 e 2014, coincidiu, com a entrada numa segunda licenciatura, que ele conjugava com o trabalho de fisioterapeuta.

Carolina: Crise económica. Não nós não mudamos. Não, porque nessa altura eu estudava, não é, eu estudava. E continuei a fazê-lo e o meu marido já dava aulas, por isso não, nós não tivemos assim esse. Depois lá está, nós

temos ajudas dos nossos pais, e então não notamos assim muito. Não houve assim uma coisa, uma coisa que eu digo, olha, isto mudou por causa...

António: É assim, nessa altura em termos de trabalho não tive grande diferença. Estava a trabalhar como trabalhador independente, aliás em 2012 iniciei a minha segunda licenciatura, ou seja, no meio do pico da crise eu iniciei a minha segunda licenciatura que terminei em 2016, e não, é assim, houve certas coisas que uma pessoa sentiu e que uma pessoa tinha de ter alguns cuidados com alguns gastos, mas no meu caso não se refletiu muito a questão da crise. Consegui fazer a minha vida, relativamente normal, aliás fui fazer uma segunda licenciatura e estava a trabalhar e a estudar ao mesmo tempo, e sempre consegui conciliar as duas coisas.

Por sua vez, Óscar, que tem um salão de cabeleireiro por conta própria, em conjunto com a mulher, já tinha casado há algum tempo. Afirma que o período de crise económica foi o período que ele considera que trabalhou melhor. O casal não sentiu o impacto da crise económica na sua vida, e justifica isso pelo facto de não terem um estilo de vida que envolva muitos gastos, para além de viverem numa cidade do interior.

Óscar: Não, para já não teve muito impacto. Até porque foram anos que, possivelmente, até dos que melhor trabalhámos. Até porque, pronto, se calhar também nos limitamos a certas coisas como não temos grandes luxos nem uma vida extravagante, se calhar permitiu-nos que não houvesse ou sentíssemos tanto uma crise tão profunda. (...) Os empregos mantiveram-se, trabalhamos por conta própria na mesma.

Estes dados levam-nos a refletir acerca da importância das redes de apoio familiar e da economia informal no amparo às famílias. De facto, no caso da Carolina, foi referido que os familiares disponibilizaram-se a apoiar e no caso do Mário e Joana, a família apoiou o casal com bens alimentares provenientes da horta familiar e da criação de animais. Este último caso, mostra bem o papel da agricultura de subsistência no atenuar dos efeitos da crise económica, contribuindo para equilibrar os custos com a alimentação no orçamento familiar, sobretudo nos setores do operariado industrial que concilia o trabalho principal na fábrica com o trabalho no campo.

Não obstante, de acordo com as entrevistas realizadas, concluímos que a crise afetou com bastante severidade, a família de Susana e, sobretudo, Mário e da Joana, os entrevistados mais velhos, os menos escolarizados e do meio operário.

Susana: eu estava desempregada, estava a fazer os POC's e assim. Nós orientámo-nos mais ou menos iguais porque o meu marido sempre

trabalhou, e pronto, depois fiz o POC depois ganhei a indemnização da fábrica quando saí. A nós não nos afetou muito.

Mário: Sim(...) Baixaram um bocado (...) comecei a ganhar muito menos tive de mudar de patrão. Ela (...) também a empresa fechou. Ela teve ano e meio em casa sem ganhar nada, só com o meu ordenado e eles os dois a estudar, foi um bocadinho complicado, mas passou-se...

Joana: Foi difícil gerir foi chegar ao fim do mês só com um ordenado e com os dois miúdos a estudar. Não foi fácil muitas das vezes... a minha sogra ajudava naquilo que podia e a minha mãe, nas batatas, nas cebolas, naquilo na alimentação que eles nos podiam dispensar e nos dar, era aquilo que tínhamos de orientar a nível de casa... gerir o orçamento, gerir o ordenado dele até chegarmos ao fim do mês.

Marques e Matos (2016) afirmam que o trabalho é uma fonte que estrutura a vida dos indivíduos e das famílias, uma vez que é a fonte de rendimentos que lhes permite concretizar os projetos que ambicionam, pelo que o desemprego poderá constituir-se como um fator de vulnerabilidade que aumenta o risco de exclusão social.

Através dos testemunhos recolhidos concluímos que as famílias assumem um papel fundamental no apoio podendo constituir-se como um «*amortecedor*» (Room, 1997) das crises e dos efeitos do desemprego em termos da quebra dos rendimentos.

- Impacto da crise nos ideais reprodutivos:

Em relação à natalidade e aos níveis de fecundidade, Atalaia e Cunha (2017), afirmam que a crise terá atingido mais fortemente a população mais jovem, em idade reprodutiva. Porém, nos nossos entrevistados mais jovens, a crise não parece ter influenciado as decisões de virem a ter filhos, pois coincide com o período e que começaram a vida a dois.

Carolina: Ainda não fazia parte dos planos. Então, nós só casamos em 2015.

António: Nessa altura não tínhamos o Martim. Nós começamos a viver juntos em 2012.

No caso dos entrevistados mais velhos, o que observamos, é que aquando da crise os projetos de descendências estavam encerrados.

Susana: Não. Eu como não queria nenhum, não queria mais.

Mário: Isso já estava resolvido.

Ana: (...), *mas mais do resto não influenciou porque filhos não queria mais.*

b) A crise da Pandemia Covid-19

Em contraste com a crise anterior, a pandemia afetou os planos e projetos dos entrevistados mais jovens. No caso do António trouxe-lhe o desemprego e no caso de Óscar, obrigou ao encerramento do seu estabelecimento de cabeleireiro durante o período de confinamento.

António: A primeira coisa foi que neste momento fiquei desempregado há pouco tempo, não teve diretamente, mas indiretamente teve a ver, depois foi o facto de ter estado basicamente de março até final de maio estive em casa com o meu filho. (...) Houve cortes a nível financeiro, ou seja, houve um rombo relativamente grande nas contas, pois para além que eu exercia, e que exerço, de fisioterapia, dava apoio a crianças com necessidades educativas especiais e tudo isso, foi tudo cancelado. (...) Na altura, com a questão da pandemia, mensalmente passei a poder contar menos, quase, 500 €. 500 € mensais é um rombo bastante grande. Teve de se controlar muito bem as coisas, porque pronto. Felizmente a minha namorada continua sempre e ela teve sempre a trabalhar e as coisas correram bem, conseguimos equilibrar as coisas, mas haver ali 3 ou 4 meses com um decréscimo de quase 500 €, ali quase 2mil euros em pouco tempo...

Óscar: Mexeu com tudo. (...) Como económico tivemos de parar a atividades, todas as atividades que tínhamos...

Estudos recentes, tal como o do *International Security and Development Center* (2020), mostram que uma das consequências mais frequentes da pandemia é a perda de rendimentos como resultado das restrições na mobilidade e no acesso a serviços não essenciais, podendo ter consequências a longo prazo na alimentação, nas condições de habitabilidade e perda de capital humano. Nos dados recolhidos observa-se que o fator decisivo que melhor explica a instabilidade no seio das famílias relaciona-se, por um lado, com a precariedade do vínculo laboral, e por outro, com a situação na profissão. No caso de Óscar, sócio-gerente de um cabeleireiro, ficou excluído, inicialmente, dos apoios sociais proporcionados pelo Estado. No caso de António, trabalhar independente, aguardava, no momento da entrevista, pelo subsídio de desemprego.

Por sua vez, Susana e o casal Mário e Joana, não sentiram, ao contrário da crise de 2011-2014, os impactos da crise Covid-19 em termos de perda de rendimento. Mário ficou em

lay-off durante duas semanas, regressando ao trabalho após essas semanas. A sua esposa manteve o trabalho com a rotina habitual.

Mário e Esposa: No princípio ainda não, porque ninguém perdeu o emprego e mantemos as rotinas por igual, e os ordenados estão no fim do mês por igual. A nós, a nível nosso não alterou muito.

Joana: Ele entrou em lay-off, mas eu não cheguei a entrar em lay-off.

Mário: Eu só tive duas semanas de lay-off e tive duas semanas de férias, o ano passado, mas não afetou nada nos ordenados, até ver está tudo. Não tivemos ninguém na família, tudo normal.

Susana, que trabalha num hospital, teve uma sobrecarga horária para compensar a afluência que se verificou, mas diz que manteve a rotina familiar habitual, apesar do esforço acrescido.

Susana: Não, porque trabalho no hospital, por acaso fui para os intensivistas, para os COVIDs dois meses. A fazer turnos de 12 horas, pronto (...) O meu marido sempre trabalhou, eu também sempre trabalhei. Não nos faltou nada. Graças a Deus, não nos faltou nada. A gente trabalhava (...) fazia 12 horas quatro dias seguidos e depois folgava dois.

Porém, a pandemia não afetou apenas a esfera do emprego. No caso de Carolina e fez adiar o projeto profissional (que não quis revelar durante a entrevista) que estava a planear com o marido.

Carolina: Até de casa mudamos! (...) Os nossos projetos foram adiados a nível profissional, como a nível pessoal.

- Crise Pandémica Covid-19 impactos nos projetos reprodutivos:

Mas também se observou que a pandemia veio adiar os projetos de um segundo filho no caso da Carolina e do António.

Carolina: (...) nós queríamos ter um segundo filho e foi um pouco adiado, por isso é... (...)

António: Para já, não está nos planos [ter mais filhos], tendo em conta tudo, agora ainda pior. Tendo em conta a situação pandémica e a situação que estamos a viver que hoje em dia é tudo muito mais complicado. Tenho alguns colegas, uns que foram já pais outros estão para ser pais que até em termos do acompanhamento da gravidez é totalmente diferente. Eu quando

conto algumas coisas do que eu vivi, do que vi, do que eu senti, eles dizem que não conseguem ver nada disso, nem assistir ao parto.

Óscar: e a vinda desse terceiro filho fica condicionada ao facto económico. (...) o Covid o que está a afetar-nos mais agora e não sabemos muito bem ainda, ou o que é que isto ainda vai dar.

Pelos nossos entrevistados podemos observar que o adiamento dos projetos de parentalidade advém da incerteza que a pandemia trouxe ao nosso quotidiano, com constantes avanços e recuos, mas também pelas restrições que traz, nomeadamente da impossibilidade dos pais poderem acompanhar a mãe no momento do parto, excluído o pai do momento do nascimento.

- Rotinas na família:

Do ponto de vista da convivência familiar e das rotinas o mais reportado foi a dificuldade em manter as rotinas habituais e até os horários das refeições, visto que tudo ocorria em casa.

Ana: Sim, durante o confinamento, claro. Acho que toda a gente sofreu alterações na sua rotina. A criança estava em casa, não havia aquela rotina de levantar à mesma hora, era à hora que queria é que acordava, não havia a rotina do almoço a hora, estávamos em casa.

António refere que passou mais horas em trabalho doméstico nomeadamente na confeção das refeições.

António: Sim, de resto foram-se mantendo. A única diferença é como eu estava, passava mais tempo em casa algumas tarefas que eu fazia mais, facto de fazer mais as refeições, essas coisas todas acabou por sofrer alguma alteração. Não é que antes não fosse assim, mas claro que estando em casa era eu que fazia maioritariamente as refeições.

Susana: Os miúdos estavam em casa, a Sara estava em casa, cancelaram o estágio, o Francisco estava em casa, e eu trabalhava as 12 horas. O meu marido sempre trabalhou, eu também sempre trabalhei. Não nos faltou nada. Graças a Deus não nos faltou nada. A gente trabalhava.

Óscar: o nível familiar porque o facto de estarmos todos numa determinada zona ou determinado espaço não é fácil, conseguirmos tolerar-nos tanto tempo 24/24 horas. Nas rotinas familiares alterou

também um bocadinho, o facto de estarmos mais tempo com os nossos filhos também.

Mário: As rotinas foram quase sempre iguais, tirando o meu filho que veio para casa, veio para casa porque as aulas foram suspensas, como está agora a acontecer. Mas as rotinas... Estamos presos em casa, não estamos na cadeia, mas estamos em casa, é trabalho casa, casa trabalho. (...)

Mas Carolina também reporta que ficar longe de familiares gerou alguma tensão e angústia.

Carolina: (...) ficar afastado da minha avó, 5 meses tinha a sorte que o quarto dela dava para a rua com a janela e conseguimos ir visitá-la assim, mas que nos custava imenso. Tanto que depois, em agosto, tive a oportunidade de ir buscar e ela ficou connosco.

Mário afirma que no seu caso não sentiu grandes tensões dado que vivem num meio rural e tinha facilidade em sair para o ar livre e ocupar-se com atividades de cultivo agrícola, como anteriormente referido. Joana salienta que a sua rotina, e do marido, continuaram idênticas, já que passaram muitas horas no trabalho e pouco tempo em casa.

Mário: Nós ainda temos a quinta ainda temos muito espaço para sairmos. De vez em quando vou à quinta da minha mãe, que é perto, e dá para uma pessoa não estar fechado, como certas pessoas estão fechadas em apartamentos.

Este testemunho, do Casal Mário e Joana, leva-nos a refletir sobre o impacto das condições de habitabilidade em diversas esferas da vida, dado que com o confinamento as habitações passaram a ter várias funções. As nossas casas passaram a ser escolas, escritórios, espaço de lazer, até ginásios ou restaurantes familiares. Fica claro nos nossos entrevistados, que a relação entre indivíduo e habitação é desigual, sobretudo pelo facto de morar num apartamento na cidade ou uma moradia no campo, e conseqüentemente a experiência de confinamento também foi desigual.

- Ensino à distância:

A única diferença foi a escola em casa. Mário refere que ao início o filho teve algumas dificuldades de adaptação, mas após se ambientar o seu impacto foi reduzindo na opinião da mãe.

Mário: Foi boa, custou um bocadinho ao início, mas depois começou-se a integrar através das aulas e acho que não teve grande impacto (...) Nós em casa estamos pouco tempo, pronto, o resto é trabalho. Nós ainda temos o quintal, ainda temos muito espaço para sairmos. De vez em quando vou à quinta da minha mãe, que é perto, e dá para uma pessoa não estar fechado, como certas pessoas estão fechadas em casa num apartamento.

Os nossos entrevistados reportam apesar das dificuldades os filhos adaptaram-se ao ensino à distância ainda que fosse necessário prestar algum apoio como mostra o discurso da Susana e da Ana.

Susana: Os miúdos estavam em casa, a Sara estava em casa, cancelaram o estágio, o Francisco estava em casa. (...) Com essa parte [ensino à distância] foi a minha filha que ajudou o meu filho, ajudou a fazer os trabalhos, ajudou com essas coisas. Porque estavam os dois em casa (...) Então eles dois, já são grandes, encarregam-se os dois.

Ana: Teve aulas em casa, mas a mãe estava em casa e a mãe auxiliava nessa tarefa também. Acompanhava-o na escola.

Nos nossos entrevistados, alguns apontam como aspeto positivo da pandemia o facto de poderem estar mais tempo com os filhos e o reencontro familiar.

Óscar: O elemento possível foi que, possivelmente, o facto de darmos mais atenção à família. Mais tempo em família.

Carolina: É assim, eu acho que havia famílias que estavam muito dispersas e já não sabia o que era viver juntas.

Porém, Susana tem uma visão mais pessimista, antevendo uma longa crise económica e social.

Susana: Eu não vejo nada de positivo. Eu vejo é tudo negativo. Não estou a ver nada de positivo, estou a ver uma desgraça aqui.

Apesar de comumente se ouvir que «estamos todos no mesmo barco», a realidade é que os nossos barcos são todos diferentes, pelo que as consequências do confinamento serão diversificadas. É diferente viver no campo ou na cidade, num apartamento ou numa moradia particular.

Em suma, a pandemia trará impacto a longo prazo tanto nas esferas das relações familiares e das suas dinâmicas, nas relações interpessoais, mas também na relação com o trabalho e com a esfera da saúde e habitação, que poderemos aprofundar no futuro.

Folha em branco

Considerações Finais

Nesta investigação procurámos, através de uma metodologia qualitativa, e em conformidade com os objetivos propostos, obter narrativas sobre os percursos e as experiências de parentalidade, as perceções e sentimentos de ser pai ou mãe pela primeira, ou segunda vez e, ainda, a divisão do trabalho doméstico e dos cuidados aos filhos, a fim de pesquisar a grande questão da igualdade de género na conjugalidade e na parentalidade. Procurámos também conhecer os impactos da crise económica e da pandemia Covid-19 na vida familiar e profissional, e mais especificamente, os seus efeitos nos projetos e decisões reprodutivas dos casais da região das Beiras e Serra da Estrela. Em termos de modelo de análise, optámos por uma perspetiva teórica que procura estudar a dinâmica conjugal e familiar dos indivíduos em articulação com o contexto social, o género e o percurso de vida.

Os casos analisados apontam para uma tendência de modernização da vida familiar, no sentido da adoção de valores mais companheiristas e práticas mais igualitárias, embora estes surjam combinados com dinâmicas familiares mais tradicionalistas no que concerne à divisão dos papéis de género, tal como foi descrito em vários estudos (Aboim, 2010; Wall, Aboim e Cunha, 2010; Santos, 2013; Wall et.al.,2016).

Nos entrevistados mais novos, nascidos entre 1980 e 1984, e com escolaridade intermédia, como a Carolina e o Óscar, é visível a procura por uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, embora as tarefas rotineiras acabem por recair principalmente sobre a mulher, enquanto o pai assume o papel de companheiro de brincadeiras e de ajudante ocasional nos cuidados. Nesta coorte de idades, o caso de António e da mulher, ambos licenciados, é também um exemplo de como os capitais escolares e profissionais influenciam a forma de viver a parentalidade e a vida a dois. A par de uma divisão mais igualitária das tarefas e dos cuidados, o entrevistado revela, ainda, um forte investimento identitário na parentalidade. Trata-se de um perfil de paternidade mais autónomo, mais individualizado e emocionalmente mais próximo que contrasta com o perfil dos outros pais entrevistados.

O nosso estudo mostra também, à semelhança de outros trabalhos (Wall, Aboim e Marinho, 2010), que as representações e as práticas parentais estão fortemente entrosadas com as dinâmicas conjugais. De facto, podemos observar que dinâmicas familiares mais igualitárias fazem surgir um «novo pai» mais participativo nas tarefas do cuidado e mais envolvido no universo privado dos sentimentos e da relação com os filhos.

É nos entrevistados mais velhos, nascidos entre 1970-1974, menos escolarizados e oriundos do meio operário (Susana e o casal Mário e Joana), que podemos observar, de forma mais saliente, a conformidade com as normas de género de cariz mais tradicionalista. Os dados mostram, claramente, que são as mulheres operárias que assumem a principal responsabilidade pela casa e pelos filhos. Embora reconheçam a necessidade do duplo emprego e dois salários, quer as mulheres, quer os homens, tendem a achar que as crianças pequenas sofrem quando a mãe trabalha fora de casa.

Esta perspetiva, associada ao ideal de mulher-mãe, com a relativa exclusão do pai da esfera da parentalidade, e que mostra a persistência de concepções de género mais tradicionais, é partilhada por Ana, pertencente ao mesmo grupo etário, com uma licenciatura em educação de infância e com uma descendência de filho único. Ana sempre quis apenas um filho. Muito centrada na maternidade e dando pouco espaço ao pai (“açambarquei a criança”), talvez por ter sido, na sua opinião, uma mãe menos jovem, Ana, por uma questão de opção e, também, devido à dificuldade em arranjar emprego próximo de casa, só começou a trabalhar a tempo inteiro quando o filho ganhou mais autonomia e entrou na escola do 1º ciclo. Este e outros exemplos apontam para a importância da análise dos percursos e das biografias individuais na pesquisa sobre a igualdade de género na parentalidade.

Mais do que a idade, são os capitais das mulheres, e a circunstância de ter ou não ter um trabalho pago – condição da autonomia feminina-, combinados com os trajetos pessoais que parecem ter mais peso na questão da igualdade e da mudança nos significados e práticas da parentalidade.

Também foi interessante observar que a genderificação da vida familiar (Wall, 2005; Wall, Aboim, Cunha, 2010; Santos, 2013; Torres, 2000, 2001; Tetsa e Bolano, 2018) acaba por se refletir nas escolhas e preferências dos filhos. Em todos os casos analisados, à exceção de António, as crianças procuram mais a mãe para atividades relacionadas com a casa (compras), o apoio aos trabalhos escolares, para vestir e dormir, quando são crianças mais pequenas, e procuram mais o pai para atividades de lazer, tais como jogos, brincadeiras, passeios ou atividades desportivas fora de casa.

Os resultados deste estudo mostram que os significados da parentalidade surgem associados à mudança cultural em curso relativa ao lugar da criança, muito focada na valorização da sua função afetiva e simbólica, orientada para o bem-estar e direitos da criança (Cunha, 2005; Marques, 2008). Daí que os pais e as mães entrevistados sintam, independentemente dos meios sociais, que a tarefa da parentalidade é exigente e cheia de desafios.

Os entrevistados com menos escolaridade e rendimentos mais baixos, o casal Mário e Joana, olham para a parentalidade como uma responsabilidade acrescida, ligada às preocupações financeiras, e Susana afirma que o marido teve de ficar em segundo plano já que os filhos exigiam bastante atenção. Mas todos os entrevistados salientam que os filhos trouxeram aspetos positivos à vida do casal e centram o seu discurso no sentimento de realização e afetividade.

A bricolage de valores e referências múltiplas, incluindo os conhecimentos divulgados pelos «peritos», sobre educação e cuidados às crianças é uma realidade presente nas narrativas dos pais e das mães e que parece ser transversal a todos os meios sociais. Assim, a crença no instinto maternal, assente na ideia da mulher-mãe como cuidadora natural, que surge nos discursos de todos os entrevistados, à exceção de António, e/ou as aprendizagens junto de familiares e amigos, parecem ser sentidas como insuficientes perante as novas exigências da parentalidade. Se os pais e as mães mais escolarizados, como é o caso de António, procuram mais informação especializada, seja em pesquisas online, livros ou apoio de médicos e psicólogos, também os mais jovens e menos escolarizados estão expostos à proliferação, sobretudo na internet, de modelos educativos legitimados pelos saberes científicos que, por vezes, podem tentar seguir de forma acrítica. Carolina, uma das nossas entrevistadas, refere o exemplo de uma amiga que segue e tenta aplicar “ao máximo” o modelo educativo conhecido como «parentalidade positiva». Esta é uma área que necessita de uma análise mais cuidadosa e que a nossa pequena amostra de pais e mães não permite extrapolar resultados.

No que diz respeito ao impacto dos contextos de crise na vida familiar, observámos que, quer a crise económica de 2011-2014, quer a crise mais recente relacionada com a Pandemia COVID-19, afetou os casais pesquisados em múltiplos aspetos, de formas diferentes e por razões diferentes.

A crise de 2011-2014 e as medidas de austeridade tiveram mais impacto nos entrevistados menos escolarizados, com profissões operárias, tendo conduzido a situações de desemprego e quebra de rendimentos. Contudo, estes casais por terem entrado na parentalidade numa idade mais jovem já tinham completado o seu ciclo reprodutivo, isto é, já tinham concretizado o seu projeto ou ideal parental com a transição para o segundo filho. Com os dois filhos a estudar, Mário e Joana falam sobretudo das dificuldades económicas sentidas na altura da crise.

Por seu turno, a Pandemia afetou quase todos os entrevistados a nível laboral, embora com consequências mais graves para uns do que para outros. António perdeu o emprego como fisioterapeuta e Óscar foi obrigado a fechar o salão de cabeleireiro; Mário diz que não houve quebra de rotinas, nem dificuldades económicas acrescidas, pois deixou de

trabalhar na empresa por um período muito curto e ao abrigo do lay-off; Susana que trabalha num hospital teve que lidar com o aumento do número de horas de trabalho e relata as dificuldades de conciliação, em especial a dificuldade de continuar a apoiar a sua mãe idosa.

Para os entrevistados mais escolarizados, com o ensino superior ou o secundário, e que entraram na parentalidade numa idade mais tardia, a crise da COVID-19 parece tê-los apanhado em cheio, afetando os seus projetos de parentalidade, principalmente a transição para o segundo filho. A mulher de António com 38 anos não parece estar disposta a fazer a segunda transição devido à situação de desemprego do cônjuge e o casal prefere adiar a vinda de um segundo filho. Carolina com 37 anos, desempregada desde que o filho nasceu, e que já tinha desistido de uma licenciatura em direito, adiou um projeto de negócio com o marido e a segunda transição permanece incerta.

Assim, no que diz respeito às decisões reprodutivas, os casos estudados parecem ilustrar um agravamento da tendência para a contenção das descendências e o adiamento da transição para o segundo filho que corre o risco de nunca vir a realizar-se, sob o impacto da crise da COVID-19, tendo em conta a idade tardia da primeira transição e a proximidade dos 40 anos das mulheres pesquisadas. A transição para o segundo filho, que já antes da crise revelava ser uma questão problemática na sociedade portuguesa, parece agora um projeto ainda mais incerto e de difícil concretização.

Em jeito de reflexão final gostaríamos de acrescentar que muitas questões ficaram em aberto. Este pequeno trabalho de investigação baseado num número reduzido de casos está longe de poder responder de forma definitiva a todas as questões iniciais, uma vez que seria necessário não apenas um suporte empírico mais amplo, como também há aspetos da pesquisa que requerem maior aprofundamento e análise. Num trabalho qualitativo há sempre inúmeras questões interessantes que emergem do terreno, umas mais próximas da temática principal, outras mais distantes e, porventura, mais inesperadas e distintas entre si. Para finalizar, gostaríamos então de referir apenas duas questões: o papel da pequena agricultura tradicional, em especial na região estudada, no atenuar dos efeitos das crises junto das famílias ou, ainda, o papel da internet na difusão, e imposição, de modelos educativos como norma ideal, ignorando a diversidade dos contextos sociais das famílias com filhos e a pluralidade de arranjos e modos de funcionamento familiares.

Referências Bibliográficas

Aboim, Sofia. e Wall, Karin (2002) “Tipos de Família em Portugal: Interações, valores, contextos”, *Análise Social*, nº37, pp.475-506.

Aboim, Sofia (2005) “Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade” em Karin Wall (Ed.) *Famílias Em Portugal: Percursos, interações, redes sociais*, ICS.

Aboim, Sofia (2010) “Conjugalidades no masculino: Renegociando poderes e identidades no quotidiano” in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Ed.) *A vida familiar no masculino negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para Igualdade e Emprego, pp.159-223.

Aboim, Sofia, (2011) “Vidas Conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação” in Ana Nunes de Almeida e José Mattoso (Ed.) *História da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*, Lisboa Temas e Debates, pp.80-111.

Almeida, Ana, André, Isabel e Lalanda, Piedade (2002) “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social* nº37, pp.371-409.

Almeida, Ana, (2011) “Os mundos da Infância: olhares, espaços e personagens” Ana Nunes de Almeida e José Mattoso (Ed.) *História da Vida Privada em Portugal, Os nossos dias*, Lisboa, Temas e Debates, pp.142-173.

Almeida Ana, (2016 [2009]) *Para uma Sociologia da Infância: jogos de olhares, pistas para investigação* 2ª edição, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Amâncio, Lígia (1992) “As assimetrias as representações do género”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp.9-22.

Atalaia Susana, Wall Karin, Cunha Vanessa, Marinho Sofia, Ramos Vasco, (2013) “Como evoluíram as famílias em Portugal?” in *Destaque Informação à comunicação social – Instituto Nacional de Estatística*, pp.1-26.

Atalia, Susana e Cunha, Vanessa (2017) “Impacto da crise nos nascimentos em Portugal uma perspetiva territorial” in *Portugal Social em Mudança: Retratos Municipais*, pp.33-41.

Augusto, Amélia, (2014) “Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência”, *Fórum Sociológico* nº24.

Bandinter, Elisabeth (1980) *O Amor Incerto: história do amor maternal do sec. XVII ao seculo XX*, 1º Edição, Relógio de Água.

Barreto, António (1999) “Portugal na periferia do centro: mudança social 1960 a 1995” *Análise Social*, nº30, pp.841-855.

Bjørnholt, Margunn (2010) “Like father like son? The transmission of values, family practices and work-family adaption to sons of work-sharing men”, *Journal of Theory Research and Practice about Men as Fathers*.

Boyden, Jo, (1997) “Childhood and the Policy Makers: A comparative Perspective on the Globalization of Childhood” in Alan Prout, e Allison James, (Ed.) *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood* Londres, Routledge Falmer, pp.190-229.

Brandth, Berit e Kvande, Elin (1998) “Masculinity and childcare: The reconstruction of fathering”, *Sociological Review*, Oxford, pp.293-313.

Callejo, Manuel, (2005) “Daniel Bertaux. Los relatos de vida. Perspetiva etnosociológica” in *Empiria Revista Metodologica de las Ciencias Sociales* nº11, pp.225-227.

Cardenal Eugenia, (2016) “Biography and story in sociological analysis. The Contribution of the BNIM (Biographic-Narrative-Interpretive Method) School”, *Revista Española de Investigaciones sociológicas* nº155, pp.55-72.

Costa, Firmino e Machado, Fernando (1988) “Processos de uma modernidade inacabada: Mudanças estruturais e mobilidade social” in José Viegas e Firmino da Costa (Ed.) *Portugal que modernidade?* Celta Editora.

Cruz, David, (2011) *Variabilidade ou Convergência? Análise regional da fecundidade em Portugal (1980-2009)*, Dissertação de Mestrado Universidade Nova de Lisboa.

Cunha Vanessa, Rodrigues Leonor, Correia Rita, Atalaia Susana e Wall Karin (2018), “Why are caring masculinities so achieve? Reflection on men and gender equality in Portugal”, in Sofia Aboim, Paulo Granjo, Alice Ramos (Ed.), *Ambiguous inclusions: inside out, outside in*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 304-331.

Cunha, Vanessa, (2014) “Quatro décadas de declínio da fecundidade em Portugal” em Instituto Nacional de Estatística (Ed.), *Inquérito à Fecundidade 2013*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp.19-28.

Cunha, Vanessa (2012) “O filho único na sociedade portuguesa: contributo sociológico para a compreensão da baixa natalidade em Declínio demográfico que mudanças?” Maria Mendes, Maria Pinto e Mário Bandeira (Ed.) *III Congresso Português de Demografia*, Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa.

Cunha, Vanessa, (2010) “Capítulo 7: Projetos de paternidade e construção da Fecundidade Conjugal” em Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Ed.) *A vida*

familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego, pp 265-312.

Cunha, Vanessa, (2007) *O lugar dos filhos: ideias, práticas e significados*, ICS – Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Dienhart, Anna (2001) “Make room for daddy: pragmatic potentials of a tag-team structure for sharing parenting”, *Journal of Family Issues*, Sage Social Science Collection n°22, pp.973-999.

Doucet, Andrea (2004) ““It’s like I have a job, but I don’t get paid”: “Father at home reconfiguring work, care and masculinity”, *Fathering*, n°2, pp.277-303.

Elliott, Karla (2016). “Caring masculinities: Theorizing an emerging concept”, *Men and Masculinities*, n°19, pp. 240-259.

Frejka, Tmas, e Sobtká, Tomás, (2008) “Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement”, *Demographic Research* n°19, pp.15-46.

Giddens, Anthony (1995), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta.

Gillis, John (2000) “Marginalization of fatherhood in western countries”, *Sage Publications* n°7, pp.225-238.

Gomes, Maria, Silva, Carlos e Marques, João (2018) “Evolução da Fecundidade em Portugal: uma perspetiva sobre a diversidade regional”, *Análise Social* n°1, pp.36-70.

Guerreiro, Maria, Torres, Anália., e Lobo, Cristina., (2007) “Famílias em mudança configurações, valores e processos de recomposição”, *Portugal no Contexto Europeu volume II: Quotidiano e Qualidade de Vida* Lisboa, Celta Editora, pp. 7-37.

Instituto Nacional de Estatística – INE (2014) *Inquérito à Fecundidade 2013*.

International Security and Development Center. (2020, outubro 1). *New Report: Life with corona: Shared global sentiments and stark generational divides – Life with Corona*. <https://lifewithcorona.org/six-months-report/>.

Januário, Soraya, (2016) “Capítulo 2 - Masculinidade: historicidade, pluralidade e construção em Masculinidades” em *(re)construção: Género , Corpo e Publicidade*, Covilhã, LabCom.IFP, pp.134-152.

Lalanda, Piedade, (1998) “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica”, *Análise Social* n°33, pp.871-883.

Lupton, Deborah e Barclay, Lesley (1997) *Constructing fatherhood*, Sage Publications.

Marinho, Sofia (2011) *Paternidades de hoje: significados, práticas e negociações na conjugalidade e na residência alternada*, Tese Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Marques, Cristina., (2008) ““Eu gosto muito do meu filho, mas...”: Parentalidade entre o desejo e a realidade” *CIES Working Paper N°39/2008*.

Marques, Teresa, Matos. Fátima (2016) “Crise e vulnerabilidade social: Uma leitura territorial” in Luciana Lourenço (Ed.) *Geografia, Paisagens e Riscos: livro de homenagem ao Professor Doutor António Pedrosa*, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mendes, Maria, Infante, Paulo, Afonso, Anabela, Maciel, Andreia, Ribeiro, Filipe, Tomé Lúcia e Freitas Rita (2016), *Determinantes da fecundidade em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Nico, Magda (2011) *Transição Biográfica Inacabada Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida* Tese Doutoramento ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Nico, Magda, Cunha, Vanessa e Casimiro, Cláudia (2016) “Nota de Apresentação” *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos*.

Prout, Alan e James, Allison, (1997) “A new paradigm for the sociology of Childhood? Provenance, Promise and Problems” in Alan Prout, e Allison James (Ed.) *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*, Londres, Routledge Falmer, pp.7-33.

Ramos, Vasco, Atalia, Susana e Cunha, Vanessa (2016) “Vida familiar e papéis de género: atitudes dos portugueses em 2014”, *Research Brief*, Observatório das Famílias e de Políticas da Família.

Ramos, Vasco, Rodrigues Leonor e Correia, Rita (2019) “Atitudes face à divisão do trabalho familiar em Portugal em 2002 e 2014: mudanças e continuidades”, *Sociologia, Problemas e Práticas*.

Rosa, Maria e Mendes, Maria (2014) “Os sentidos da Fecundidade em Portugal”, *Inquérito à fecundidade 2013*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rosenthal, Gabriele (2004) *Biographical research*.

Roussel, Louis (1989) *La famille incertaine : Essai*, Paris, Odile Jacob.

Santos, Filomena (2013). “Without Ceremony and Without Papers. The Diversity of Conjugal Cohabitations” in *Portugal. Journal of Education and Social Sciences*, 1 (1), 31-44.

Santos, Filomena (2014). “Pesquisa Qualitativa: o debate em torno de algumas questões metodológicas”. *Revista Angolana de Sociologia*, nº 14, pp. 11-24.

Santos, Filomena e Dias, Rita (2016) “Famílias e Mudança em Portugal: uma perspetiva sociológica” em *Contributos para a História da Psiquiatria e Saúde Mental em Portugal* Trilhos Editora.

Santos, Filomena e Dias, Rita (2019), “Building a Family within a Non-Heterosexual Couple: Struggles, Fears, Representations and Practices”, in Rosalino Costa. e Sampson Lee Blair (Ed.) *Childbearing and the Changing Nature of Parenthood: The Contexts, Actors, and Experiences of Having Children (Contemporary Perspectives in Family Research vol.14*, UK, Emerald Publishing Limited, pp. 165-190.

Santos, Filomena., (2008) *Sem cerimónia nem papeis um estudo sobre as uniões de facto em Portugal* tese de Doutoramento Universidade da Beira Interior.

Schouten, Johanna (2011) “Capítulo 3 Maternidade e Paternidade” *Uma sociologia do género*, Húmus.

Sobotka, Tomas, Matysiak, Anna, e Brozowska, Zuzanna, (2020) “Policy responses to low fertility: How effective are they?” *UNFPA Working paper N°1/2019*.

Testa, Maria, e Bolano, Danilo (2018), *From intentions to births: Gendered paths of realization in a multi-dimensional life course perspective* <https://www.researchgate.net/publication/333565809> [From intentions to births Gendered paths of realization in a multi-dimensional life course perspective](https://www.researchgate.net/publication/333565809)

Torres, Anália (2000) “Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos. A relação entre vida conjugal e trabalho”, *IV Congresso Português de sociologia*.

Torres, Anália (2001) *Sociologia do Casamento: a família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta.

Wall, Karin e Guerreiro, Maria (2005) “Divisão familiar do trabalho” in Karin Wall (Ed.) *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, ICS.

Wall, Karin, Aboim, Sofia e Marinho, Sofia (2010) “Perfis de paternidade no Portugal contemporâneo” in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Ed.) *Vida Familiar no masculino*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego Lisboa, pp.313-332.

Wall, Karin, Aboim, Sofia e Cunha, Vanessa (2010) “Negociando velhas e novas masculinidades” in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Ed.) in *Vida Familiar no masculino*, Comissão para a Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego, pp.457-471.

Wall, Karin, Atalaia Susana, Rodrigues Leonor, Correia, Rita e Rosa Rodrigo (2016) *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*.

Wall, Karin, Cunha Vanessa e Ramos, Vasco (2014) “Capítulo 2 Evolução das estruturas domésticas em Portugal 1960-2011” in Anabela Delgado e Karin Wall (Ed.), *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança*, Lisboa, ICS, pp.43-60.

Wall, Karin., Cunha, Vanessa., e Marinho Sofia, (2013) “Negotiating Gender Equality in conjugal life and parenthood in Portugal: a case study” *ICS Working-Paper n°3/2013* Lisboa, ICS-UL.

Walsh, Froma, (2016) “The New Normal: Diversity and Complexity” in Froma Walsh (Ed.) *Normal Family Processes Growing Diversity and Complexity*, Nova Iorque, The Guilford Press pp.3-25.

Anexo

Anexo 1 – Guião de Entrevista

O Projeto PARENT é um projeto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, desenvolvido em parceria com as Universidades de Évora, da Beira Interior e dos Açores. Serão entrevistados homens e mulheres de duas gerações – uma nascida nos anos 70 e outra nos anos 80 – em quatro regiões do país – Área Metropolitana de Lisboa, Baixo Alentejo, Beira Interior e Região Autónoma dos Açores. Pretende-se saber como o/as entrevistado/as vivem e o que pensam sobre a vida familiar, o que é ser pai e ser mãe, os filhos e a educação. Pretende-se também conhecer o impacto da crise económica e do período de austeridade (2011-14) que se seguiu, bem como do atual contexto de Pandemia COVID 19 nas experiências, decisões e mudanças na vida das famílias com filhos.

A equipa do Projeto PARENT agradece a sua participação, que deverá ser voluntária, informada e devidamente autorizada através da assinatura do formulário de Consentimento Informado antes da realização da entrevista.

Para mais informações sobre o Projeto PARENT e a equipa de investigação poderá contactar as investigadoras responsáveis Vanessa Cunha e Sofia Marinho através dos contactos disponibilizados no Consentimento Informado, ou através do website do projeto: <http://ofap.ics.ulisboa.pt/projetos/parent/>

COORTES:

1970-1974 ___ 1980-1984 ___

ENTREVISTA Ref^a

DATA:

PRESENCIAL: SIM ___ NÃO ___

HORA DE INÍCIO: ___:___

HORA DE FIM: ___:___

TERMINADA? SIM ___ NÃO ___

PSEUDÓNIMO (escolhido pelo entrevistado)

REGIÃO:

A.M.L. ___ B. ALENTEJO ___ BEIRA

B. ___ R.A.A. ___

(cont.) DATA: ___ ___ / ___ ___ / ___ ___

PRESENCIAL: SIM ___ NÃO ___

HORA DE INÍCIO: ___ ___: ___ ___

HORA DE FIM: ___ ___: ___ ___

TEMPO TOTAL: ___ ___: ___ ___

Vamos começar por falar de si e das pessoas com quem vive atualmente

ENTREVISTADA/O E CÔNJUGE

1. Idade (data de nascimento), Situação conjugal (primeira conjugalidade ou outra, casado/a ou em união de facto), Nível de ensino. E do seu marido/da sua mulher?
2. Situação profissional ANTES DA PANDEMIA (condição perante o trabalho, atividade profissional, horário)? E do seu marido/da sua mulher?
3. Houve alguma alteração na vossa situação profissional com a Pandemia COVID 19, sua e do seu marido/da sua mulher? (NÃO APROFUNDAR AGORA, SÓ PERCEBER SE ESTÁ DESEMPREGADO, EM LAYOFF, EM TELETRABALHO)
4. Filhos/as: idade/s, ano/s de ensino que frequentam
5. Outras pessoas: parentesco/relação consigo, idade, condição perante o trabalho
6. ANTES/DURANTE a PANDEMIA, houve alterações no agregado doméstico (com quem vivem)?

Vamos agora falar da vida antes da pandemia. Gostava de começar por falar sobre o nascimento do seu primeiro filho e da sua experiência como pai/mãe

NASCIMENTO E EXPERIÊNCIA DE SER PAI/MÃE

7. Fale-me um bocadinho do nascimento do seu primeiro filho.
(DEIXAR FALAR ESPONTANEAMENTE E DEPOIS EXPLORAR: há quanto tempo viviam juntos, fatores que pesaram nessa decisão, estavam os dois de acordo ou um fez mais pressão que outro; gravidez planeada, aconteceu quando e como esperavam, por exemplo recurso à PMA, gravidez não planeada; gostou da experiência da gravidez/parto normal/cesariana/onde decorreu/quem assistiu?)
8. O que é que significou para si ser pai/mãe pela primeira vez? Foi como esperava/imaginava?
9. Ser pai/mãe mudou alguma coisa, de forma positiva ou negativa, na sua vida? Sente que perdeu/ganhou alguma coisa?
10. Qual era a vossa situação profissional quando tiveram o vosso primeiro filho/a? (emprego/desemprego, tipo de contrato e horário?) Manteve-se a mesma depois de ter sido pai/mãe? E do seu marido/mulher?

(SÓ PARA QUEM TEM MAIS DO QUE 1 FILHO)

Entretanto tiveram o/a vosso/a 2º filho/a. Pode falar-me um pouco sobre essa decisão de avançarem para o 2º filho?

DECISÃO E IMPACTO DO 2º FILHO

11. Que fatores mais pesaram na vossa decisão? Estavam de acordo? Algum de vocês fez mais “pressão” nesse sentido?
12. A chegada de mais um/a filho/a mudou alguma coisa na vossa vida e na sua forma de ser mãe/pai ou não houve grandes diferenças? Fale-me um bocadinho dessa experiência (EXPLORAR: comparação da experiência do primeiro filho com a experiência do segundo filho)
13. Qual era a vossa situação profissional no segundo filho? (emprego/desemprego, tipo de contrato e horário?) Manteve-se a mesma?

PARA QUEM TEM MAIS DE DOIS FILHOS

14. E relativamente aos outros filhos, que fatores pesaram na decisão e que diferenças encontram relativamente às experiências anteriores? (Situação profissional de ambos: emprego/desemprego, tipo de contrato e horário? Manteve-se a mesma?)

GOZO DE LICENÇAS (PERGUNTAR PARA O 1º FILHO E RESTANTES)

15. Quando os vossos filhos nasceram, gozou alguma licença paga? E o seu marido/mulher? (quantos dias cada um, gozaram sozinhos ou estavam acompanhados, quanto tempo o bebé ficou em casa? (FILHOS/AS NASCIDOS DEPOIS DE 2009): Usufruíam do bónus de partilha (4M+ 1M ou 5M+1M)? Porquê partilharam/não partilharam?
16. Quando a licença terminou, já tinha vontade de regressar ao trabalho ou gostava de ter ficado mais tempo em casa com o bebé?
17. No fim da licença, com quem ficou o bebé? (creche, ama, avós) (EXPLORAR: Estavam os dois de acordo? Qual seria a situação ideal?)

Gostava agora de falar um pouco mais sobre o primeiro ano de vida do vosso(s) bebé(s)

APRENDER A CUIDAR DO BEBÉ

18. Como é que aprenderam a cuidar do/s vosso/s bebé/s? (alguém vos ajudou/quem/onde buscavam informação? Algum de vocês estava mais à vontade?)

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOBRE COMO SE DEVE CUIDAR DE UM BEBÉ

19. Existem diversas perspetivas sobre como se deve cuidar de um bebé.

-Há pessoas que acham que os bebés devem ter rotinas bem definidas e que os pais devem ser firmes a estabelecer essas rotinas tendo em vista uma maior autonomia do bebé: por exemplo, estabelecer horários para amamentar ou para as refeições quando são mais crescidos, procurar desde cedo que o bebé durma na sua cama sozinho, no seu quarto, evitar adormecê-lo ao colo e dar mama fora das refeições para não criarem “manhas”, não ir logo a correr quando o bebé chora para ele aprender a conforta-se sozinho;

-Há outras pessoas que acham que cada bebé tem o seu ritmo e que os pais devem ir ao encontro dos ritmos e das necessidades do bebé: por exemplo, dar a mama quando o bebé pede sem estabelecer horários, dar a mama para o acalmar quando tem algum desconforto, deitar ao seu lado para o ajudar a adormecer ou deixá-lo dormir na cama dos pais, não deixá-lo a chorar, não limitar os seus movimentos com camas de grades ou parques...

Qual é a sua opinião sobre estas duas perspetivas de cuidar? Com qual se identifica mais? E como é que fizeram no vosso caso?

DIVISÃO DOS CUIDADOS DO BEBÉ NOS PRIMEIROS MESES: O PAI E A MÃE

20. Pensando nos primeiros meses de vida do vosso/s bebé/s, quem é que fazia o quê? Havia atividades mais do pai ou mais da mãe? (quem é que: adormecia, dava banho, dava a papa, dava os remédios/vitaminas, levava ao médico, vacinas, brincava, lia um livro, cantava ou punha música para o bebé... vestia, escolhia a roupa...)

21. Estava satisfeito/a com a forma como dividiram os cuidados nesses primeiros meses, ou gostava que tivesse sido diferente?

22. Acha que pai e mãe cuidam de um bebé da mesma maneira ou de maneira diferente?

23. E para o bebé, acha que os cuidados do pai e da mãe são iguais ou diferentes? Porquê?

Vamos agora falar um pouco sobre crianças e o que é ser criança hoje em dia. De um modo geral, não falando do vosso caso em concreto...

BEM-ESTAR E CENTRALIDADE DAS CRIANÇAS

24. Na sua opinião, o que é que as crianças precisam para crescerem saudáveis e felizes?

25. Acha que ao longo do crescimento das crianças há idades que são mais importantes para o seu desenvolvimento como pessoas? Quais e porquê?

26. Hoje em dia, a maior parte das mães trabalha fora de casa. Acha que o facto de as mães trabalharem influencia o bem-estar das crianças quando ainda são pequenas? Em que sentido?
27. Acha que as crianças e as suas necessidades devem estar sempre em primeiro lugar nas famílias? Explique um bocadinho a sua opinião.
28. Acha que as crianças/jovens devem participar nas decisões tomadas a seu respeito? (escola, atividades, saídas com amigos...)

PARENTALIDADE

29. Na sua opinião, educar uma criança é das tarefas mais difíceis e exigentes ou é um desafio, entre outros, que fazem parte da vida?
30. Foi sempre assim, ou é diferente nos dias de hoje? Porquê?
31. Há alguma coisa que veja na educação das crianças, de hoje, de que goste MUITO ou de que não goste NADA?
32. Alguns pais e mães “vivem ansiosamente para os filhos”, todo o seu tempo e dinheiro é para os filhos, muitas vezes abdicando da sua vida para que os filhos tenham o máximo sucesso. Qual é a sua opinião? Revê-se nestes pais?
33. Acha que uma família de dois pais ou de duas mães pode educar uma criança tão bem com uma família de pai e mãe? Qual é a sua opinião? (Há alguma situação ideal?)

Olhando para o vosso caso, agora que o/a(s) seu/sua/s) filho/a(s) está/estão mais crescido/a(s), gostava de falar um pouco sobre a forma como o/a(s) educa

EDUCAÇÃO PARENTAL – O MAIS IMPORTANTE, REFERÊNCIAS E MUDANÇAS GERACIONAIS

34. Como é educar uma criança? (DEIXAR FALAR ESPONTANEAMENTE)
35. Há alguma coisa que seja particularmente importante para si na educação que dá ao seu filho/a?
36. Já alguma vez recebeu algum conselho, ouviu ou leu algo que que o ajudou ou foi importante na educação do seu filho/a? Qual/O Quê?
37. Como é que compara a educação que dá aos seus filhos com a educação que recebeu dos seus pais?
38. No futuro, como é que gostava que o seu filho/fosse como pessoa?
39. Acha que pai e mãe podem ter papéis papéis diferentes na educação dos filhos? Por exemplo, em termos de autoridade ou afeto... Ou não deve haver diferenças a esse nível entre o

pai e a mãe? Como é no vosso caso? Dê exemplos.

40. O/s seu/s filho/s procura/m mais a mãe para umas coisas e o pai para outras ou quando precisa/m de alguma coisa vai/vão ter com aquele que está à mão? (Explorar: quando está doente, brincar, conversar, pedir algo...)

EDUCAÇÃO PARENTAL – DIFICULDADES, REGRAS, DISCIPLINA, FORMAÇÃO PARENTAL

41. Atualmente, o que é que mais o preocupa/ou que é mais difícil para si na educação do/a(s) seu/sua(s) filho/a(s)?

42. Ao longo do crescimento do/s seu/s filho/s houve momentos em que tenha sido particularmente difícil lidar com os comportamentos dele/s? Que tipo de comportamentos? Como é que ultrapassou essas dificuldades? Teve necessidade de recorrer a alguém (desabafar; procurar informação; ajuda)? Se sim, a quem é que recorreu?

43. Em caso de indisciplina, como é que fazem para disciplinar/impor limites ao/s seu/s filho/s? Pode dar-me um exemplo?

44. Há pessoas que defendem que não se deve bater nos filhos em qualquer circunstância, outras acham que uma palmada no momento certo não lhes fará mal nenhum. Qual é a sua posição sobre este assunto? E a do seu marido/mulher? Já alguma vez aconteceu estarem em desacordo sobre como proceder?

45. Acha que o Estado ou outras instituições deveriam ter cursos de formação que ensinem os pais a cuidar e a educar os próprios filhos ou essa é uma tarefa que cabe só às famílias?

46. Atualmente há áreas da vida dos vossos filhos em que são vocês, pais, que definem regras? Ou costumam deixar os vossos filhos gerirem e decidirem sozinhos a forma como organizam o seu tempo e atividades? Por exemplo: horários para dormir, estudar, utilizar equipamentos eletrónicos, ver televisão; dias em que podem sair com amigos...

Voltando a falar sobre ser pai e ser mãe e fazendo um balanço das vossas decisões em ter ou não ter filhos e de mudanças que possam ter ocorrido ao longo do tempo, gostava de lhe perguntar se...

47. Para si era importante ter filhos? Quando era mais jovem, ter filhos já fazia parte dos seus planos ou não se imaginava a ter filhos? (quando e quantos filhos/preferência pelo sexo?)

48. Em algum momento da sua vida aconteceu querer ser mãe/pai ou querer ter (mais) um filho/a, mas ter de adiar esse nascimento? SE SIM: quando e porquê?

E falando agora da sua opinião sobre o papel que o Estado pode ter em ajudar ou não as famílias com filhos

POLÍTICAS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS

49. Acha que o Estado deve ajudar as famílias a terem os filhos que desejam ter ou não compete ao Estado esse papel?

50. Na sua opinião quais são os apoios do Estado que as famílias mais valorizam quando pensam em ter filhos? (EXPLORAR: apoio em dinheiro durante os primeiros anos de vida da criança, licenças longas e bem pagas, vagas em creches a preços acessíveis, nenhum destes, outro, qual?)

51. No vosso caso, do que é que sentiram ou sentem mais falta? Há alguma iniciativa que o Governo/Governo Regional/Câmara/Junta de Freguesia/outra instituição pudesse fazer para melhorar o bem-estar ou a qualidade da vossa vida familiar?

52. Tem ou alguma vez recebeu algum benefício/apoio específico por ter filhos? Se sim, qual ou quais? Durante quanto tempo? (por exemplo, entidade para quem trabalha, Governo, Câmara, Junta de Freguesia, Escola, Associação, entidade para quem trabalha...)

Vamos agora mudar de tema. Antes da Pandemia que estamos a viver, Portugal passou por um período de crise económica, entre 2010/11 e 2014, marcado por políticas de austeridade (aumento do desemprego, deterioração das condições de trabalho, diminuição dos apoios do Estado, aumento da emigração, etc).

IMPACTO DA CRISE DE 2011-2014

53. Pensando nessa crise económica e no período de austeridade vivido entre 2011-2014, teve algum impacto nas vossas vidas:

Entretanto em Março deste ano surgiu em Portugal a Pandemia Covid19 que veio alterar a vida de muitas famílias. Gostava de falar agora um pouco sobre esta Pandemia e se teve impacto na vossa vida familiar.

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID PERÍODO CONFINAMENTO, MESES SEGUINTE E SITUAÇÃO ATUAL,

54. Por exemplo, considerando os últimos seis meses - o período de confinamento e os meses que se seguiram - que alterações a crise atual provocou na vossa vida familiar?

55. Desde o início da Pandemia até agora, perdeu ou ganhou algum apoio financeiro por parte do Estado? (ex: Subsídios e apoios criados recentemente pelo Estado (assistência à família e teletrabalho, trabalhadores independentes, rendas de casa, contratos renovados, seguros do

carro, etc. abono de Família, Rendimento Social de Inserção ou outro). Precisaram de recorrer a algum tipo de apoio? (financeiro, em géneros, familiar...)

56. Esta situação de Pandemia veio de algum modo a influenciar a decisão de virem a ter ou não mais filhos, e quando, ou não influencia em nada?
57. Pensando na vossa vida familiar atual, o que é mais difícil gerir no seu dia-a-dia? E quais são para si os momentos mais gratificantes do seu dia?
58. É importante para si ter momentos a sós com o/a(s) seu/sua(s) filho/a(s) ou é mais importante estar a família toda junta?
59. Há atividades que faz sozinho/a com ele/s? E o seu marido/sua mulher?
60. Costuma ter momentos de conversa com o/s seu/vosso/s filho/s? Quando? Temas? Problemas?
61. Há alguma coisa que gostasse que fosse diferente na relação que tem com o seu filho ou na relação que ele tem consigo?
62. E como é a relação dos vossos filhos com a escola? (EXPLORAR: bons alunos, comportamento, têm amigos, gostam da escola, dos professores, quem escolheu a escola, quem é encarregado de educação, quem vai reuniões)
63. Para terminar, gostava que me dissesse como encara o próximo ano letivo?
64. Considera que a crise atual irá influenciar a forma como os pais se relacionam com os filhos ou as relações familiares em geral?

